

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA (IFILO)
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

RONES AURELIANO DE SOUSA

EDUCAÇÃO EM ROUSSEAU: FORMANDO HOMENS E CIDADÃOS

UBERLÂNDIA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA (IFILO)
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

RONES AURELIANO DE SOUSA

EDUCAÇÃO EM ROUSSEAU: FORMANDO HOMENS E CIDADÃOS

Dissertação apresentada ao programa de Pós – Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia

Linha de pesquisa: Ética e Política

Orientador: Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior

UBERLÂNDIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S725e Sousa, Rones Aureliano de, 1979-
2015 Educação em Rousseau: formando homens e cidadãos / Rones
Aureliano de Sousa. - 2015.
112 f.

Orientador: José Benedito de Almeida Júnior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Filosofia.
Inclui bibliografia.

1. Filosofia - Teses. 2. Rousseau, Jean-Jacques, 1712-1778 - Crítica
e interpretação - Teses. 3. Educação - Teses. 4. Política - Teses. I.
Almeida Júnior, José Benedito de, 1965-. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

CDU: 1

RONES AURELIANO DE SOUSA

EDUCAÇÃO EM ROUSSEAU: FORMANDO HOMENS E CIDADÃOS

Dissertação apresentada ao programa de Pós – Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia

Linha de pesquisa: Ética e Política

Orientador: Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior

Uberlândia, 23 de junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Ivete Batista da Silva Almeida – Faculdade Fases – Uberlândia

Prof. Dr. Junot Cornélio de Matos – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior – UFU (Orientador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus que, em sua infinita misericórdia, me possibilitou dar mais esse passo em minha carreira docente, sem permitir que eu me afastasse de Sua Palavra e de minhas funções enquanto seu inútil servo. Desse modo, se mostrou mais uma vez que é sempre bom para comigo.

Um agradecimento todo especial a minha esposa Ana Lillian, minha maior incentivadora, amante, amiga, muitas vezes mãe e pai. Com sua singeleza, carinho e firmeza, se faz constantemente mestra, ensinando-me a amá-la cada dia mais. Certamente palavras elogiosas faltariam para descrever essa mulher que verdadeiramente mudou meu viver, trazendo mais vida a minha vida. Minha Branquinha, N.E.O.Q.E.A.V.!

Agradeço a minha família: minha mãe Nair e meu pai Osvaldo (*in memoriam*), pela educação que me deram; meu irmão Wendel, sempre parceiro de caminhada; minha irmã Léa, minha primeira fonte inspiradora nos estudos; minha sobrinha e afilhada Ana Júlia; minha sogra Aparecida; meus cunhados, cunhadas, concunhados e concunhadas.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior, um dos maiores mestres que já tive na academia e um dos maiores especialistas no tema em que pesquisei, por ter me incentivado a prosseguir nos estudos, por ter confiado em mim, pela paciência e zelo na orientação e por tantos ensinamentos, tanto em nível de conteúdo filosófico, quanto didático-pedagógico. Caro mestre, que Deus te abençoe!

Agradeço aos irmãos e irmãs de caminhada da Renovação Carismática Católica de Uberlândia: G.O. São Miguel Arcanjo e Ministério de Formação; e aos irmãos da Comunidade Menino Jesus de Praga por terem me acompanhado e dado forças durante esse período de estudos, pelas orações em tantas ocasiões: vestibular, concurso público, mestrado, dentre outras.

Agradeço a amiga de trabalho professora Ma. Luciana Xavier de Castro, aos amigos professores Me. Serginei Vasconcelos Jerônimo e professor Me. Arcivaldo Gomes pela ajuda, dicas valiosas e empréstimo de material. Também a todos os/as amigos/as filósofos/as que já passaram pela área de Filosofia da Eseba.

Agradeço a direção da Eseba, na pessoa da prof. Esp. Elizabet Rezende de Faria, assessoria especial, e todos da comunidade Eseba: professores, técnicos administrativos e aos alunos do 9º ano do projeto “Filosofando com a Política” 2014/2015, que em meio às constantes conversas políticas me ensinaram muito ao longo desse período nesta escola e também me incentivaram a trilhar esse compensador caminho do conhecimento.

Agradeço aos membros da banca pela leitura e avaliação desta dissertação, aos colegas, técnicos e docentes do Instituto de Filosofia, bem como do Programa de Pós – graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia.

Dedico esse mestrado à minha esposa Ana Lilian e a meu falecido pai, Osvaldo de Sousa.

Deus é bom sempre. Sempre Deus é bom.

RESUMO

Este trabalho analisa as concepções de educação em Jean-Jacques Rousseau sob vários aspectos. No primeiro capítulo, evidencia-se a importância da educação nas obras do filósofo genebrino e faz-se um quadro de suas principais obras e teses sobre este tema: a teoria dos três mestres, as educações intelectual, moral, feminina, doméstica e coletiva. No segundo capítulo analisam-se alguns aspectos pedagógicos de educação em Rousseau, evidenciados principalmente nos livros *Emílio* e *Nova Heloísa*, a partir de algumas passagens destas obras, tais como os diálogos com o jardineiro Robert e com o prestidigitador, o modo de ensinar moral para adolescentes, a crítica apresentada à educação livresca, a questão da utilidade das coisas, por meio da passagem das aulas de astronomia. O capítulo apresenta também as paixões naturais amor de si e amor próprio e discorre sobre a consciência e educação religiosa por meio da profissão de fé do vigário Saboiano. No terceiro e último capítulo, aborda-se a questão da educação política em Rousseau e a questão da educação do indivíduo como homem e cidadão. A discussão se fundamenta no verbete *Economia (moral e política)* e nas *Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada*. Abordam-se os conceitos de educação pública e educação doméstica e os diversos aprendizados na viagem feita pelo jovem Emílio que compreende, ele mesmo, os conceitos de cidadão e amor à pátria. Concluímos que as concepções de Rousseau ainda têm muito a contribuir com a Filosofia e com a educação contemporânea.

RÉSUMÉ

Ce travail analyse les conceptions d'éducation chez Jean-Jacques Rousseau sous plusieurs aspects. Dans le premier chapitre, on met en évidence l'importance de l'éducation dans les oeuvres du philosophe genevien en faisant un tableau de leurs principaux oeuvres et thèses sur ce thème : la théorie des trois maîtres, l'éducation intellectuelle, morale, féminine, domestique et collective. Dans le deuxième chapitre, quelques aspects pédagogiques d'éducation chez Rousseau sont analysés, surtout ceux qui sont evidenciés dans les livres *Emilio* et *Nova Heloisa*. Cette analyse a été faite à partir de quelques extraits de ceux oeuvres, tels que les dialogues avec le jardinier Robert et avec le prestidigitateur, la façon d'apprendre la morale aux adolescents, la critique présentée à l'éducation livresque, la question de l'utilité des choses, présentes dans les classes d'astronomie. Ce chapitre présente aussi les passions naturelles, l'amour de soi même et l'amour propre et propose sur la conscience et l'éducation religieuse à travers la profession de foi du vicaire Savoyard. Dans le troisième et dernier chapitre, on entreprend la question d'éducation politique chez Rousseau et la question de l'éducation de l'individu en tant que citoyen et homme. La discussion se fonde sur la conception *Économie (morale et politique)* et les *Considérations sur le gouvernement de Pologne et sa reforme projetée*. On entreprend aussi les concepts d'éducation publique et d'éducation domestique et les plusieurs apprentissages dans le voyage fait par le jeune Emilio qui comprend, lui même, les concepts de citoyen et l'amour à la patrie. Nous avons conclue que les conceptions de Rousseau ont encore beaucoup à contribuer avec la Philosophie et avec l'éducation contemporaine.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1: A educação em Rousseau: obras, contextos, temáticas e tipologias.....	14
1. A importância da educação em Jean-Jacques Rousseau	14
1.1 Contextos e temáticas	15
1.1.1 Verbete <i>Economia (moral e política)</i>	16
1.1.2 <i>Júlia ou a Nova Heloísa</i>	17
1.1.3 <i>Emílio ou da Educação</i>	19
1.1.4 <i>Considerações sobre o governo da Polónia e sua reforma projetada</i>	22
1.2 Tipologias	24
1.2.1 Os três mestres	24
1.2.2 Os cinco tipos de educação	27
1.2.2.1 A educação intelectual	27
1.2.2.2 A educação moral	29
1.2.2.3 Educação feminina	29
1.2.2.4 Educação doméstica e educação pública	33
 Capítulo 2: Emílio e Nova Heloísa: a utilidade e a experiência no conhecimento das coisas	 35
2. Assuntos pedagógicos	35
2.1 Educação moral: como ensiná-la a um adolescente	35
2.2 A educação livresca	40
2.3 O jardineiro Robert: a questão da propriedade	48
2.4 O prestidigitador: uma análise sobre a educação e a moral	53
2.5 Astronomia: a questão da utilidade das coisas	57

2.6 Amor de si e amor próprio	64
2.7 Consciência, consciência!.....	68
2.8 Educação Religiosa: <i>Profissão de fé do Vigário Saboiano</i>	71
 Capítulo 3: Educação política do indivíduo como homem e cidadão	 75
3. A educação formadora de homens e cidadãos	75
3.1 Lições de educação política	75
3.1.1 Sobre o verbete <i>Economia (moral e política)</i>	76
3.1.2 Sobre as <i>Considerações</i>	79
3.2 Emílio: educação doméstica, da natureza e pública	84
3.3 A viagem de Emilio	94
3.4 Amor à pátria	100
 Considerações finais	 107
 Referências	 110

Introdução

A escolha do tema proposto neste trabalho surgiu a partir da leitura das obras de Rousseau, em especial, *Emílio ou da Educação*. Pressupomos que suas reflexões muito contribuirão tanto para o aperfeiçoamento do docente em suas técnicas, metodologias e práticas cotidianas, não apenas no interior da sala de aula, mas também na constituição de um sujeito completo; quanto para o leitor em geral.

Podemos verificar que o principal objeto de análise de Rousseau é o homem e o tema educação se mostra de extrema relevância em seu pensamento. Ele apresenta a educação como elemento decisivo na constituição desse indivíduo, inicialmente como homem e posteriormente como cidadão, tanto no aspecto pedagógico, quanto nos aspectos social e moral. Assim, verificamos que a educação está intrinsecamente ligada com a política. No caso da educação pública, analisada nas obras *Economia (moral e política)* e *Considerações sobre o governo da Polônia*, o processo é inverso: primeiro forma-se o cidadão e, por consequência, forma-se o homem.

Durante a pesquisa verificamos a complexidade de seus múltiplos aspectos ligados à educação e a política. Uma de nossas dificuldades foi encontrar a harmonia entre os temas.

No primeiro capítulo, optamos em fazer uma apresentação das principais obras do genebrino relacionadas à educação, seus contextos, suas temáticas e suas várias tipologias para comprovar a sua importância desde a sua época até os dias atuais. Verificamos que essa educação acompanha o ser humano desde o seu nascimento – iniciando pelos primeiros choros, a saúde da criança, pouco valorizada na época; passando pela primeira e segunda infância; sua transição para a adolescência; descoberta do amor; casamento; educação dos filhos – até o momento de sua morte. Ele deixa essa importância evidenciada em várias de suas obras, a ponto de iniciar o quarto capítulo das *Considerações* com as seguintes palavras: “eis o artigo mais importante” (ROUSSEAU, 1982, p. 36).

No segundo capítulo, fundamentado no *Emílio* e na *Nova Heloísa*, apresentamos nossa reflexão de que Rousseau sugere, claramente, uma metodologia adequada ao ensinar, o que denominamos de assuntos pedagógicos. É neste momento que

apresentamos duas de suas importantes críticas: aos colégios de sua época pela forma de ensinar moral e religião às crianças e a educação livresca. Ao criticar severamente os colégios, alegava que nada mais faziam do que perpetuar os vícios sociais. Sua crítica não era de a escola ensinar moral às crianças, até porque considera que “a obra prima de uma boa educação moral é formar um homem razoável” (ROUSSEAU, 2004, p. 90), mas a forma que empregava, utilizando raciocínios. Por fim, criticava também a educação livresca, alegando que utilizando os livros, chegava-se apenas ao signo das coisas e não às próprias coisas. Assim, não via sentido alguém aprender uma única coisa duas vezes. Desse modo, sua metodologia estava fundamentada na experiência e na utilidade das coisas.

No terceiro capítulo, discorremos sobre a educação política. Apresentamos argumentos para comprovar que Rousseau, no verbete *Economia (moral e política)* e nas *Considerações*, além de trazer enormes contribuições na área da educação, também as trouxe no âmbito político. Comprovamos isso quando tratamos da educação doméstica, da natureza e pública e descrevemos a transição do jovem Emilio da situação de homem para cidadão. Ele adquire essa cidadania após sua viagem de dois anos, quando descobre o verdadeiro sentido de amor à pátria. Aproveitamos esse momento para evidenciar a diferença da descoberta da cidadania de Emilio com a dos poloneses.

Concluimos que apesar de Rousseau ter escrito suas obras e fundamentado o seu pensamento no século XVIII, o tema continua atual, ultrapassando as barreiras temporais e históricas, apresentando propostas muito interessantes para a contemporaneidade e, que, não apenas a educação, mas também a política pode transformar decisivamente a vida humana, determinando seu futuro.

CAPÍTULO 1 – A Educação em Rousseau: obras, contextos, temáticas e tipologias

1. A importância da educação em Jean-Jacques Rousseau

O objetivo deste primeiro capítulo é discorrer sobre a educação em Jean-Jacques Rousseau a fim de compreender qual sua importância na constituição do homem e do cidadão; apresentar e analisar os textos cronologicamente que se relacionam com a educação, a saber: o verbete *Economia (moral e política)*, escrito em 1755 e inserido na *Enciclopédia*, também conhecido como *Discurso sobre Economia Política*; *Júlia* ou a *Nova Heloísa*, escrita em 1761; *Emílio ou da Educação*, escrita em 1762 e as *Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada*, escrito em 1771; entender as tipologias da educação e conhecer o que Rousseau chamou de “mestres”, a saber: a educação da natureza, a educação das coisas e a educação dos homens; e por fim; diferenciar educação doméstica de educação pública segundo a visão de Rousseau.

Ao analisar as obras de Rousseau, um dos mais bem conceituados pensadores do século XVIII, podemos verificar que o seu principal objeto de análise é o homem e o tema educação se mostra de extrema relevância em seu pensamento. Ele apresenta a educação como decisiva na constituição desse indivíduo, inicialmente como homem e posteriormente como cidadão, tanto no aspecto pedagógico, quanto nos aspectos social e moral. Mais do que isso, ele propõe um projeto para a formação de um “novo” homem e de uma “nova” sociedade, apresentando ao mundo os princípios gerais para uma educação de verdadeira qualidade. Em suas obras sobre educação, o pensador genebrino propõe o retorno à natureza e o respeito ao desenvolvimento físico e cognitivo das crianças. Isso não significa dizer que pretende negar os avanços da civilização como sugere a ironia voltairiana sobre a *vontade de andar de quatro*, ao contrário, sugere caminhos para reconduzir a espécie humana à felicidade.

A felicidade, aos olhos de Rousseau, viria por meio da educação desde a primeira infância por ser o meio mais eficaz, para não dizer o único, de alcançar a posição de homem raro, isto é, que seja homem e cidadão ao mesmo tempo. Para ele a formação de um cidadão não é uma tarefa simples, ao contrário, para formá-lo deve haver um comprometimento com a instrução das crianças. A educação se apresentaria como uma espécie de manual natural para transformar o homem e, estando presente em sua vida desde a infância até a fase adulta, possui o poder de determinar o seu futuro.

A educação tem uma função moral, consegue formar o homem e o cidadão, pois, sua instrução se inicia ao nascer e a educação nasce junto conosco. Segundo Rousseau, a ama de leite é a primeira preceptora da criança. No entanto, é necessário ficar atentos em algumas sutilezas conceituais de Rousseau, pois, diferencia educação de formação e instrução.

A educação, a formação e a instrução, portanto, são três coisas tão diferentes no que se refere ao seu objeto quanto a governanta, o preceptor e o professor. Estas distinções, porém, não são bem compreendidas e, para ser bem dirigida, a criança deve seguir um só guia (ROUSSEAU, 2004, p. 15).

Se analisarmos a etimologia da palavra educação, encontraremos “educare”, do latim, que significa educar, instruir. Palavra composta pelos termos “ex”, fora, e “ducere”, guiar, conduzir, liderar. Neste sentido, a pessoa introduzida no mundo da educação, da instrução, é levada para fora de si mesma. Compreendemos isso facilmente, pois, quando estamos de fora de uma situação, conseguimos analisá-la de forma mais ampla do que se estivéssemos envolvidos nela. De certo modo, é uma abertura de caminhos, uma libertação – de alguém ou de algo, um preconceito, por exemplo. Em nossos dias, não raro se ouve alguém afirmando que a educação (estudos) é a única forma de “ser alguém na vida”, no sentido de ser bem sucedido naquilo que o indivíduo planejou para seu futuro, seja em que área profissional for. No entanto, abrir caminhos não é tão simples quanto possa parecer. O autor chega a dizer que só conhece duas classes de: as que pensam e as que não pensam; e tal diferença provém quase que exclusivamente da educação. Na época de Rousseau, este tema já era pauta de muitas reflexões e podemos perceber que essa realidade não se modificou e perpassa também aos dias de hoje.

1.1 Contexto e temáticas

Se o filósofo diz “moldam-se as plantas pela cultura, e os homens pela educação” (ROUSSEAU, 2004, p. 8), podemos concluir que em sua obra, a educação, de fato, ocupa um lugar de grande destaque, uma vez que, além de estar presente nas obras acima citadas, se encontra também na *Carta a Christophe de Beaumont* e nas *Cartas escritas da Montanha*. Em pouco mais de uma década, produziu as suas principais obras, a saber: *O Discurso sobre as ciências e as artes* (1750), conhecido

como primeiro *Discurso*, discurso este que conquistou o prêmio da Academia de Dijon no ano de 1750, versou sobre a questão: o restabelecimento das ciências e das artes contribuiu para purificar os costumes? O *Discurso sobre a origem da desigualdade* (1754), conhecido como segundo *Discurso*, este se voltava para a questão proposta pela academia de Dijon: qual é a origem da desigualdade entre os homens, e se é autorizada pela lei natural; *Júlia ou a Nova Heloísa* (1760); *Emílio ou da Educação* (1762) e *Do contrato social* (1762). Após o *Emílio*, Rousseau respondeu as críticas às suas concepções sobre educação feitas pelo arcebispo de Paris, Christophe de Beaumont, em forma de carta em 1762 onde reafirma suas teses apresentadas no *Emílio*. Por fim, em 1768 publica as *Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada* nas quais retoma os princípios da educação pública.

Esse destaque à educação se evidencia em várias obras. Nosso objetivo inicial é fazer a apresentação e uma breve análise das seguintes obras, a saber: o verbete *Economia (moral e política)* da *Enciclopédia*; a *Carta III* da quinta parte de *Júlia ou a Nova Heloísa*, por se tratar de um verdadeiro tratado sobre a educação; toda a obra *Emílio ou da Educação* e o quarto capítulo das *Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada*. Enquanto *Emílio* e *Júlia* trazem os princípios da educação da natureza, o *Verbetes* e as *Considerações* trazem os princípios da educação pública. A seguir, faremos uma apresentação cronológica sobre o material sobre educação de Rousseau. Vejamos.

1.1.1 *Verbetes Economia (moral e política)*

A primeira obra a ser apresentada foi publicada na *Enciclopédia*¹ organizada por Denis Diderot (que dirigiu a obra durante vinte anos) e Jean Le Rond d'Alembert no

¹ A *Enciclopédia* organizada por eles é um conjunto de verbetes com dimensões monumentais concluída em 1772, contava com mais sessenta mil artigos que compilavam de “A a Z” o conhecimento científico e tecnológico da época. Seu objetivo educacional é imediatamente político. Os enciclopedistas trataram também da questão do contrato com instrumento que regula e institui obrigações recíprocas aos que dele fazem parte, a saber, de um lado o povo que promete respeito e obediência ao governante, que por sua vez, promete e garante sua proteção. Além destes temas, trataram de agricultura; aristocracia; cidade; cidadão; democracia; despotismo; Filosofia Política; governo; igualdade e lei natural; liberdades natural, civil e política; monarquia; poder; povo; potência; república; riqueza; soberanos, sociedade; tirania, dentre inúmeros outros.

século XVIII. Ambos vislumbraram aí a possibilidade de criar uma obra que se distanciaria muito de uma simples tradução da enciclopédia já existente. Representantes notáveis do movimento conhecido como Iluminismo, viram-se diante da oportunidade de combater as superstições e permitir, a todos, o acesso ao conhecimento humano. Para os iluministas, os seres humanos poderiam tornar o mundo melhor, se tivessem acesso ao conhecimento e fizessem uso da razão.

O verbete *Economia (moral e política)* é a segunda obra² em que o tema da educação aparece no pensamento de Rousseau, publicada no Tomo V da *Enciclopédia* em 1755 e enfatiza a importância das questões relativas à educação no que diz respeito à preocupação dos governos e estabelece um vínculo necessário entre o interesse destes e o sucesso no processo de formação de cidadãos virtuosos e competentes. Chama a atenção o fato de o verbete adiantar temas que mais tarde aparecerão no *Emílio* e no *Contrato Social*. Observamos que, a perspectiva do verbete é a da educação pública. Para Rousseau, a função principal do governo é manter os bons costumes, o respeito pelas leis e o amor à pátria:

Mas todas estas precauções serão insuficientes se não se tiver mais cuidado ainda. Acabo aqui esta parte da *economia* pública, por onde devia ter começado. A pátria não pode existir sem a liberdade, nem a liberdade sem a virtude, nem a virtude sem os cidadãos; tereis tudo se formais cidadãos; sem isto tereis apenas escravos cruéis, a começar pelos chefes de Estado. Ora, formar cidadãos não é tarefa de um dia, e, para ter homens, é preciso instruir as crianças. (ROUSSEAU, 2006, p. 104).

As ideias iniciais sobre educação pública serão novamente discutidas sete anos depois no *Emílio* e dezesseis anos mais tarde, nas *Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada* onde seus princípios são retomados.

1.1.2 *Júlia ou a Nova Heloísa.*

² A primeira obra de Rousseau foi escrita em 1740, *Projeto de Educação do Senhor de Sainte-Marie*, onde o autor elabora os planos para a educação dos filhos do Senhor Jean Bonnot de Mably com o objetivo de Rousseau conseguir o cargo de preceptor. Apesar de ser inserida em alguns estudos sobre a educação em Rousseau, nós não a abordaremos aqui por causa da pequena profundidade conceitual da obra.

Apresentamos, agora, um dos romances epistolares³ mais lidos e comentados do século XVIII. Escrita em 1760, esta obra foi um sucesso editorial e teve mais de cem edições desde seu lançamento em 1761 até 1800, o que era muito expressivo para a época. Com base nestas informações, essa obra foi considerada um *best-seller*, capaz de modificar a mentalidade dos europeus daquele tempo. Estamos nos referindo à *Júlia ou a Nova Heloísa*.

Nesta obra, a grande maioria das cartas eram entre Júlia, personagem principal do romance e Saint-Preux, seu professor de Filosofia que viveram uma intensa paixão. Além destas, havia cartas endereçadas a outras pessoas e estas cartas auxiliam o entendimento do leitor, pois, inserem elementos que não poderiam ser fornecidos pelos protagonistas.

Rousseau inicia seu primeiro prefácio desta obra com os seguintes dizeres: “As grandes cidades precisam de espetáculos e os povos corrompidos de romances” (ROUSSEAU, 1994, p. 23). Essas palavras servem de justificativa para o empreendimento que realizou. Seu livro causou uma enorme repercussão positiva em seu tempo, pois, além de provocar uma mudança no tipo de leitura praticada na época, provocou uma mudança no estilo de vida das pessoas, pois, os escritos faziam os leitores se emocionarem e buscavam viver melhor. Essa busca por uma vida melhor, foi incentivada pelas posições filosóficas, estéticas, morais e educacionais de Rousseau.

A obra é composta em mais de seiscentas páginas, divididas em dois prefácios, o primeiro bem curto, apesar de muito rico e o segundo, mais longo e em forma de diálogo, e na sequência, mais seis partes. A primeira parte é a maior e possui sessenta e cinco cartas, incluindo alguns bilhetes e suas respostas; a segunda parte possui vinte e oito cartas; a terceira com vinte e seis; a quarta com dezessete; a quinta com quatorze e a sexta e última, possui a menor quantidade de cartas, apenas treze.

O enredo do romance consiste em apresentar a paixão do professor de Filosofia Saint-Preux, por sua aluna Júlia. Eles se apaixonam, mas nunca puderam viver essa

³ Este romance apresenta uma estrutura epistolar, ou seja, uma técnica literária que consiste em desenvolver a história principalmente por meio de cartas. O termo epistolar é advindo do latim que significa *epístola*, muito utilizado na Sagrada Escritura, principalmente na pessoa do apóstolo Paulo que escrevia epístolas para se comunicar com as comunidades que fundava. Um famoso romance epistolar na época foi *As ligações perigosas*, escrito por Pierre Choderlos de Laclos em 1782.

paixão devido a uma promessa de casamento de Júlia com outro homem, o senhor de Wolmar. Após o casamento, o professor vai embora, retornando depois de muito tempo e é gentilmente acolhido por Wolmar em sua casa, mesmo sabendo do sentimento que anteriormente existira entre sua esposa e o ex-professor. Morando na mesma casa, formam, talvez inconscientemente, um triângulo amoroso. Conversam por carta, diversos temas, tais como política, moral, arte, história e, o que nos interessa: o tema da carta III da parte V, quando Júlia explica suas concepções de educação. “Fez-me sentir que a primeira e a mais importante educação, exatamente aquela que todo o mundo esquece é a de preparar a criança para ser educada” (ROUSSEAU, 1994, p. 486).

1.1.3 *Emílio ou da Educação*

Discorrido sobre algumas obras de Rousseau, que em algum momento tratam do tema educação, empenhemo-nos, neste momento, em tratar daquela que mais aborda o tema: o *Emílio ou da Educação*. Enquanto que nas outras, a educação é tratada por uma vertente pública, nesta, a defesa é pela educação da natureza. Essa obra influenciou de modo decisivo o campo educacional mundial com suas concepções inovadoras para sua época e essas inovações que de tão atuais, continuam sendo até hoje, intenso objeto de estudo e análise de milhões de pessoas pelo mundo. Tornou-se para muitos como que uma espécie de “manual de educação”, no entanto, essa não teria sido a intenção de seu autor. Seu foco era a educação, contudo, aprofundou essa temática tratando de temas determinantes ao homem, tais como, antropologia, religião e ética, dentre outras. Seu gênero literário era o “romance”, diferente de *Júlia ou a Nova Heloísa*, pois, possui o objetivo de acompanhar o desenvolvimento de uma pessoa desde seu nascimento até a maturidade de modo a contribuir com os seus processos formativos como um todo.

Nos originais do *Emílio*, encontra-se uma divisão das “idades” do homem. Até os doze anos, a idade da natureza; até os quinze, idade da razão; até os vinte anos, idade da força vital; até vinte e cinco, idade da sabedoria e a partir daí, idade da bondade. Em relação ao original final do *Emílio*, se encontra dividida em cinco livros, sendo que a introdução do Livro I abrange os demais livros. Para efeito didático, a seguir, apresentaremos as principais ideias apresentadas nos cinco livros. Para tal, foi utilizado o livro *Como ler Jean-Jacques Rousseau*, de Almeida Júnior (2013) e *A pedagogia de Jean-Jacques Rousseau* de Martins (2009).

O Livro I aborda o período da vida do ser humano que vai de zero a dois anos de idade, o mais curto de todos. Retrata como os indivíduos dessa faixa etária devem ser educados e ainda os costumes – ora muito ruins – daqueles que lidam com essas crianças. Impressiona a atualidade dos assuntos tratados, como alimentação, higiene das crianças, brinquedos, dentre outros. Muitos aprofundaram na reflexão desses temas e hoje, encontramos áreas de conhecimento que discutem sobre eles.

Armond (2012) discorre sobre o conceito de saúde da criança. Segundo a autora, o conceito de saúde da criança em Rousseau, se relaciona com a ideia de uma proposta de ausência de vícios na sociedade, semelhante ao hipotético homem em estado de natureza. Na primeira infância, que compreende do nascimento até os dois anos de idade, é a idade das necessidades e dos cuidados. Nesse período, a educação natural deve seguir a marcha da natureza, ou seja, seguir o caminho do respeito e da compreensão de suas verdadeiras necessidades, o que implica valorizar a natureza livre da criança ainda não corrompida pela ação do adulto. Na segunda infância, que compreende dos dois aos doze anos, a educação natural terá o foco na educação das coisas, objetivando o fortalecimento do corpo da criança e o refinamento de seus sentidos, com a natureza e os adultos na condição de preceptores.

O Livro II abrange um período maior, dos dois aos doze anos, período este que se deve atentar para a valorização das atividades físicas para o fortalecimento do corpo, pois, segundo uma máxima, “um corpo sadio é escravo da alma, ao passo que, quando é doentio, torna-se seu senhor”. É fácil compreender essa máxima em nossos dias, pois, estamos acostumados a ouvir orientações médicas aconselhando a regular prática de atividades físicas infantis até mesmo para combater doenças, principalmente respiratórias. Além de descrever a importância do contato com a natureza, nos alerta que existe uma série de coisas que a criança aprende sozinha e muitas coisas que os adultos as ensinam, é uma antecipação daquilo que certamente aprenderiam sozinhas mais tarde, por isso, evidencia a importância da experiência, de se aprender com as próprias coisas e não com as ideias que se tem das coisas. Verifica-se que o preceptor, sabiamente cria situações-problema de acordo com a capacidade de seu discípulo resolver. Outro importante ensinamento deste livro e que nos leva à reflexão, é o fato de ensinar precocemente algo que as crianças não estão em condições de aprender e só lhe fazem perder o presente em prol de um futuro incerto.

O Livro III abrange o período entre os doze e quinze anos. Pode-se nortear pela seguinte máxima: a educação consiste mais em “perder” tempo do que ganhar. Essa máxima nos faz lembrar um conhecido ditado popular de nosso tempo: “não deixe para amanhã o que você pode fazer hoje”, contudo, devemos analisa-lo de modo diferente, talvez assim: “melhor deixar para amanhã, o que será melhor compreendido pela criança do que hoje”. Essa máxima deixa claro que é preferível ganhar em qualidade do aprendizado que em quantidade. A qualidade traz autonomia, enquanto que a quantidade pode ser subutilizada, não sendo muito útil. O Emilio aprendeu poucas coisas, mas todos os conhecimentos que adquiriu são efetivamente seus e dificilmente os esquecerá. Aparecerá a questão da utilidade. A palavra *útil* impressiona muito o aluno, pois, ele vê uma relação com o seu bem-estar. Nesta faixa etária o jovem não terá interesse em aprender o que não julga útil. Entendido isso, o preceptor excitará a curiosidade e conduzirá Emilio de acordo com interesse do jovem. Aprendeu muito dessa forma, inclusive a profissão de marceneiro entendendo que esse ofício era-lhe útil e que a prática o ensinaria mais que o próprio mestre. No livro, aparece como destaque a crítica feita à educação livresca “detesto livros; só ensinam a falar do que não se sabe” (ROUSSEAU, 2004, p. 243). O único livro recomendado seria *Robinson Crusoe*, que propõe ao leitor, além de outros ensinamentos, tem como foco uma reflexão sobre a sociabilidade ao trazer a história de um homem isolado em uma ilha por vários anos, sem a presença de outros seres humanos.

O Livro IV abrange a o período em que os sentimentos estão “saindo pelos poros”: é um leão, um surdo e desconhecedor de seu guia; idade entre quinze e vinte anos. O nascimento dessas paixões não deve ser impedido, pois, elas são comuns e naturais entre os seres humanos, inclusive, aqueles que não as tem, não seriam bons cidadãos. É o momento em que Emilio “nascerá” novamente, pois, adentrará o mundo moral, entenderá seus sentimentos e enxergará os semelhantes com “outros olhos” após comparar-se com eles. Uma vez tendo-os enxergado “de longe”, agora é o momento de enxergá-los “de perto”. Rousseau retoma uma discussão desenvolvida no *Discurso sobre a desigualdade* e a aplica no *Emilio*, os conceitos de piedade natural e amor de si e mostra como nos jovens, o amor de si se degenera em amor-próprio. No mundo das máscaras sociais, se faz necessário conhecer os corações para diferenciar o *ser* do *parecer*, o falar do agir. Ao perceber o comportamento social, Emilio desgostoso do que vê, naturalmente se afastará da sociedade e procurará conhecer a si mesmo. Nesse

momento, por meio do texto *A profissão de fé do Vigário de Saboia*, Rousseau trabalha a educação moral e religiosa de Emílio. Ao término deste quarto livro, ao conhecer Paris, conhecerá também os espetáculos, o verdadeiro caráter dos homens e se libertará do império das paixões.

O Livro V é último livro do Emílio, mas não o menos importante e abrange o período entre os vinte e vinte e cinco anos. Período em que conhecerá Sofia e “ajudado” por seu preceptor, apaixona-se por ela e tem o amor correspondido. Eles se relacionam e depois de um tempo se separam, fato que fortalece ainda mais o amor que sentem um pelo outro. Nessa idade, o preceptor – que o acompanha até seu casamento – julga necessário fazê-lo conhecer a política e torná-lo um cidadão. Para favorecer esse conhecimento, viaja por dois anos para conhecer outras sociedades e após retornar, casa-se com Sofia.

1.1.4 Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada

Considerado um dos mais poderosos escritores políticos de todos os tempos, Rousseau conclui em 1771, sua última obra política: as *Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada*, considerada também uma obra prima, que se apresenta como uma espécie de “testamento político”.

A Polônia em questão, segundo Fortes (2004), apresentada por Gustave Pétitain era a do século XVIII, ainda quase feudal e ainda assim, por vezes, encontraremos semelhanças com a contemporaneidade. Esse país era dividido em pequena Polônia, grande Polônia e ducado da Lituânia. Os pouco mais de oito milhões de habitantes eram divididos em trinta e três províncias, chamadas também de *palatinados*. Cerca de cem mil nobres regiam soberanamente, um rei eletivo e um senado perpétuo. Diferentemente de nossa e da maioria das sociedades, os ocupantes de cargos ou funções públicas não recebiam salários, apenas algumas gratificações distribuídas pelo rei. Quando esse beneficiário morria, o benefício retornava às mãos do rei.

Depois de muitos anos afastados de Paris, logo que retorna, Rousseau é procurado pelo conde polonês Wielhorski, para escrever uma obra sobre o governo de seu país. Este conde era uma espécie de relações públicas de nobres poloneses revoltosos contra o rei da Polônia Stanislas Poniatowski, que inclusive, travam com ele

uma guerra patriótica armada, com táticas de guerrilhas, contra o poderoso exército de Catarina II da Rússia. Esta guerra teria contado com o patrocínio discreto de grandes autoridades francesas. Naquele momento, a Polônia era disputada por três grandes potências, a saber, Prússia, Áustria e Rússia, sendo esta última, na pessoa de Catarina, a verdadeira comandante daquele país, pois, na realidade, Stanislas, o rei oficial, não passava de um “fantoche” sem nenhum poder efetivo: não poderia cunhar moeda, não tinha autonomia para fazer ou declarar guerra, nem ao menos casar-se sem a autorização dos nobres soberanos lhe era permitido. Falando em casamento, Stanislas talvez tenha ganhado a coroa por ter sido amante de Catarina II, fato odioso aos poloneses. Enquanto isso, nos bastidores, já se tramava a partilha da Polônia entre as três potências, o que veio a acontecer em agosto de 1772. O país se encontrava em conflitos internos e a nobreza polonesa dividida em dois partidos radicalmente opostos, entre as duas famílias mais influentes politicamente: a do conde que fizera o convite à Rousseau e a do rei “fantoche”. Com sua habitual perspicácia, Rousseau enfrenta os problemas poloneses de modo sistemático, não apenas fazendo leis em âmbito político-jurídico, mas transformando àquela nação, proporcionando-lhes novos rumos. Sugere “tímidas” mudanças que serão apresentadas mais adiante com o objetivo de apresentar a contribuição dada pela educação para solucionar situações importantes do país.

O escritor político aceitou o convite do conde para escrever a obra, pois, teria a rara oportunidade, diante do caso particular da Polônia, de pôr à prova os princípios gerais que desenvolvera nos anos de 1760 na obra *Contrato Social*, constituindo-se como um adequado complemento. No período da composição da obra, seis meses debruçados sobre o numeroso material informativo sobre a Polônia, Rousseau estava esgotado mental e fisicamente, até porque trabalhava como copista de partituras musicais para dali garantir o seu sustento. O resultado de seus esforços materializara-se em uma obra estruturalmente composta por quinze capítulos fundamentados em uma realidade local e real, diferente das abstrações que fizera em obras anteriores. Ao término do trabalho, gratificou-se por ver na Polônia, similaridades com a Grécia e Roma antigas. O “testamento político” desenvolvido pelo pensador genebrino é objeto de muitos estudiosos políticos até os dias atuais e será novamente abordado no terceiro capítulo deste texto.

Podemos verificar que no *Verbete* e nas *Considerações*, Rousseau estabelece vínculos necessários entre a vontade política dos governos e a boa formação de cidadãos virtuosos, competentes e preocupados com o destino da comunidade.

1.2 Tipologias

Como alertamos anteriormente, o *Emílio* é uma obra toda dedicada ao tema da educação. Nela, trata o desenvolvimento de uma criança acompanhada de um preceptor que a auxiliará a ter uma educação conforme a natureza, preservando-a da sociedade corruptora, pois, o autor preconiza uma educação afastada do artificialismo das convenções sociais, sendo o homem educado para si mesmo. Dessa forma, apresenta uma proposta que valoriza a liberdade, bem como o desenvolvimento das faculdades das crianças. Assim ver-se-á necessidade de se repensar a educação, considerando para tanto uma nova forma de compreender a infância, a adolescência e a fase adulta. A partir disto chega-se aos diferentes modos de educar segundo as diferentes etapas de formação humana e as várias formas de educação. A seguir, nos propomos a discorrer sobre a educação intelectual, a educação moral e a educação feminina, a educação da natureza e educação pública.

1.2.1 Os três mestres

Serão apresentados a seguir, os tipos ideais de educação para Rousseau, o que chamou de “mestres”, a saber: a educação da natureza, a educação das coisas e a educação dos homens.

Sobre o tema do “mestre” em Rousseau, há um excelente estudo de Dozol (2003) que o analisa em suas múltiplas perspectivas e complexidades. Destacamos a seguinte passagem que indica a necessidade do mestre “educador” colocar em harmonia as tarefas dos três mestres acima citados:

A pedagogia rousseauiana está à procura de nexos entre o homem, sua vida, seu destino e um projeto educativo intencionalmente organizado e dirigido, que começa com o nascimento e estende-se até à fase adulta. Noutras palavras, uma tentativa de alcançar que em Emílio se conserve a integridade da natureza. Isto, Rousseau o fez apoiado em um conceito pedagogicamente aberto e dinâmico de natureza humana, ampliando o alcance da categoria *formação*, para além da mera instrução. Só assim poderemos compor a figura do mestre de Rousseau, seu papel, sua ação, seus objetivos. Só assim é que também sentiremos a força de sua personalidade, o apelo a estratégias na

condução, por vezes obsessiva, de Emilio, criança, jovem ou adulto. (DOZOL, 2003, p. 60).

O primeiro mestre é a educação da natureza. Ela é o alvo da educação e o homem não tem nenhum poder sobre esse tipo de educação. É a única que não depende dele. Assim sendo, os adultos são simplesmente os tutores das crianças no trato com este mestre. Levando isso em consideração, a responsabilidade dos adultos é tão grande que, se não seguirem o mestre e agirem por conta própria, incorrem em grave erro. Trata-se do desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos. Rousseau cita no *Emilio* exemplos de adultos que erram ao se esforçarem e apressarem as crianças a falar e a andar. Considera isso um grave erro, pois, certamente a natureza se encarregará dessa façanha e fará isso com facilidade melhor do quem quer que seja.

Emilio não terá gorros acolchoados, nem cestos rolantes, nem carrinhos, nem cordões protetores; ou pelo menos, a partir do momento que começar saber pôr um pé diante do outro, só seguraremos nos lugares pavimentados, pelos quais passaremos depressa. (ROUSSEAU, 2004, p. 71)

O segundo mestre é a educação das coisas. Nesse tipo de educação o homem tem um pequeno poder em alguns aspectos. Nele o aprendiz deve ser colocado à frente das coisas para que ganhe experiência, e os adultos devem acompanhar esse ganho de experiência sem comprometer a ação do mestre (as coisas). Momento adequado para adquirir experiência sobre os objetos que diretamente afetam-nas. É a oportunidade de superar os obstáculos que nascem de suas próprias ações, como por exemplo, subir ou descer degraus, voltar a caminhar após uma queda, dentre outros. Se for para seu aprendizado, que a criança caia em um só dia quantas vezes forem necessárias, pois, quanto mais cair, mais cedo e com mais facilidade aprenderá a se levantar. Indiscutivelmente o bem estar da liberdade compensa muitos machucados e cicatrizes. Uma vez que criança vive a experiência, deixa de ser impotente e supera os obstáculos que deixam de serem vistos como problemas. Verificamos isso quando, não raro as crianças se envolvem em pequenos acidentes domésticos, mesmo tendo sido anteriormente alertadas por seus pais de tais perigos. Ela não acreditará que levará um choque ao colocar o dedo na tomada. Depois da experiência sim, acreditará e provavelmente, não mais o fará, além de sempre se lembrar da experiência, mesmo anos depois do ocorrido. “Conservai a criança unicamente na dependência das coisas e tereis seguido a ordem da natureza no progresso de sua educação” (ROUSSEAU, 2004, p. 83).

O terceiro mestre são os homens⁴. Diferentemente dos mestres anteriores, são os pais os verdadeiros mestres e responsáveis pela educação das crianças. É deles a responsabilidade de ensiná-las a fazer aquilo que elas aprenderam com os outros mestres. Essa é única instância que o homem tem verdadeiramente o comando, desde que, esse comando não seja contraditório, pois, na verdade, nunca teremos o controle das ações de todos os adultos que rodeiam uma criança. Isso é simplesmente impossível. Essa educação é o uso que nos ensina a fazer do desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos. Aqui é o contrário do ditado popular: “não deixe para amanhã o que você pode fazer hoje”. Para que amadureça a infância na criança, é preferível evitar hoje uma lição que pode trazer mais prejuízos do que benefícios, para aplicá-la sem perigo amanhã, desse modo, evita-se as ações precipitadas. Esse mestre deve estar atento aos perigos que circundam a criança. Segundo Rousseau, é muito perigoso, por exemplo, o período entre o nascimento e os doze anos, pois, é nesse período que nascem os vícios, que nesse momento não há proteção contra eles. Faz-se necessário ir contra o modelo tradicional de educação, o de educar apenas pelos livros. A criança deve exercitar o corpo, mas a alma deve permanecer no ócio. A demora não é perda de tempo, mas ao contrário, é vantajosa e um ganho. Para o filósofo, a primeira educação deve ser totalmente negativa. Vale lembrar que a educação negativa⁵ é um excelente artifício utilizado por Rousseau e não implica simplesmente em não fazer nada.

A educação negativa impede que as crianças perpetuem os preconceitos da sociedade, por isso que as primeiras lições não devem ser os ensinamentos morais, uma vez que as crianças não estão preparadas para absorvê-los.

Segundo Rousseau, é só na congruência destes três “mestres”, que o homem será realmente educado, que estará realmente conforme a natureza. Em congruência, não serão mais opostas, mas mirarão no mesmo alvo, atingindo a educação da natureza.

⁴ Neste momento da apresentação dos mestres, se faz importante análise de Santos (2011). Ele apresenta uma análise das concepções de pessoa em Rousseau. Para o autor, baseado na tradição dos intérpretes, especialmente Goldschmidt (1974), a “pessoa” em Rousseau apresenta três aspectos fundamentais: a pessoa física ou natural, a pessoa individual e a pessoa social.

⁵ Almeida Junior (2009) nos auxilia a compreender esta questão ao recordar-nos que para Rousseau a natureza prepara os homens para serem sãos e, bons, o principal recurso para que a educação da natureza atinja seu objetivo é a educação negativa. Essa consiste em fechar as portas ao vício para que a virtude se manifeste.

Assim, o aprendiz se desenvolverá na infância, ganhará experiência na adolescência, e por fim, terá uma boa relação com a sociedade, tornando-se o homem raro, que é aquele que é homem e cidadão ao mesmo tempo.

1.2.2 Os cinco tipos de educação

1.2.2.1 Educação intelectual

A educação do jovem Emilio é completa e certamente não lhe poderia faltar a educação intelectual, importantíssima para a vida de qualquer ser humano. Ele não estudou nos colégios tradicionais de seu tempo, mas teve acesso a todos os conteúdos que todos os alunos desses colégios tiveram: leitura e escrita; os cálculos matemáticos, história, geografia, filosofia, literatura, astronomia, botânica, física e outros. Logo, podemos nos perguntar o que fazia, pois, a tamanha diferença em sua postura com a dos outros alunos? Segundo Rousseau, o que fazia a grande e decisiva diferença era a forma com que aprendia as coisas. Nos colégios não existia qualquer tipo de flexibilidade, lá “horário é horário”, se o aluno “tem que fazer”, ele certamente o fará, querendo ou não, estando preparado ou não. Um leitor desatento poderia interpretar que Rousseau, ao tecer críticas sobre os colégios, era contrário ao aprendizado das ciências e das humanidades, mas isso não é verdade, ao contrário, estudou-as todas. Na realidade ele era contrário ao modo como esses conteúdos eram ensinados pelas instituições tradicionais.

A educação intelectual tem dois princípios, a saber: o aprendizado pelas coisas e a utilidade. Rousseau não foi o primeiro a falar sobre o aprendizado pelas coisas, Agostinho, em sua obra *De Magistro*⁶ escrita em 389, já observara que por meio das palavras, o homem não pode aprender mais do que palavras. Segundo o filósofo genebrino, os jovens se cansam rapidamente diante de longos discursos e pelo fato de darmos muitos poderes às palavras, “com nossa educação tagarela, só criamos tagarelas” (Rousseau, 2004, p. 236). Além da concepção dos dois filósofos, existe um princípio pedagógico que também tem uma defesa nesse direcionamento e segundo esse princípio não se aprende por palavras ou livros, porque eles são apenas a representação das coisas e não as coisas mesmas. Quando representamos, ficamos limitados

⁶ AGOSTINHO, Santo. *De Magistro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

unicamente à utilização da memória que sabemos que é falha e limitada. Podemos identificar em dois tipos de alunos: naquele que decorou e no que aprendeu a matéria ministrada pelo professor. Verificamos que o aluno que apenas memorizou o conteúdo que cairia na prova, não o retém por muito tempo após tê-lo repassado ao papel; ao passo que, o outro que aprendeu verdadeiramente o conteúdo, identificando uma maneira pela qual chegou nesse determinado conhecimento, seja por associação ou outro modo, se chegar a esquecer do que aprendeu, demorará muito mais tempo do que o primeiro aluno.

Em *Os ensaios*, Michel de Montaigne (2010), já alertava para que a experiência individual baseada em procedimentos úteis não fosse desconsiderada, pois, percebia que esta estava sendo gradativamente substituída pelo discurso e pela experiência científica. Parecia que algo só tinha valor, se fosse indicado ou referendado pela ciência. Logo, perceberemos que o acúmulo de informações não trará benefícios para as crianças se estas não estiverem associadas a uma experiência e, o conhecimento intelectual será praticamente inútil se estiver separado do conhecimento de si mesmo e dos outros.

Rousseau opta educar o seu aluno pela natureza e não pelo senso comum. No estado em que foi educado, foi exercitado desde cedo a bastar-se a si mesmo na medida do possível e não se pautar em fantasias, entendidas como distorções produzidas pela sociedade e obstáculos para se chegar à razão. O jovem Emílio aprenderá a julgar, prever, raciocinar em tudo o que se relaciona consigo e isso se evidencia como uma autonomia do uso da razão que tem como base o atendimento *útil real* das necessidades das crianças e não meras fantasias.

Chegamos ao outro princípio da educação intelectual: o da utilidade. *Para que serve isso?* Não raro as crianças o querem saber. Apesar de Emílio ser uma criança “diferenciada”, faz a mesma pergunta que milhares de alunos fazem constantemente a seus professores. Esta pergunta aparece no momento em que o preceptor ministra aulas de astronomia a Emílio e este, não encontrando sentido para tal ensinamento, em um determinado momento, lança a desconcertante pergunta ao mestre. As crianças geralmente demonstram interesse em aprender aquilo que lhes pareça útil, não em aproximadamente cinco ou dez anos, mas imediatamente. Não tem paciência de esperar um tempo tão longo. Tanto o princípio da utilidade quanto o aprendizado pelas coisas,

apareceram nas *Considerações* quando Rousseau veio tratar de educação pública, que veremos adiante.

1.2.2.2) Educação moral

Certamente um processo educativo não estaria completo se lhe faltasse a educação moral, pois, entendemos que seria praticamente impossível desvencilhar educação de moral. Segundo Almeida Júnior (2013, p.125), “o tema da moral é recorrente durante todo o *Emílio*. Desde os primeiros choros até a decisão de Emílio residir no país em que nasceu, há elementos da educação moral”. Moralidade é um “presente” que não foi ganho, mas arduamente ensinado, não é naturalmente intrínseco ao homem desde seu nascimento. Se Rousseau considera que o homem é bom por natureza, como explicar que os vícios nascem com ele? Certamente eles são adquiridos no convívio social que além de “ensinar” vícios, permite ao homem também a ser virtuoso, pois, tem a oportunidade de ser verdadeiro, humilde, compassivo, dentre outros. Veremos adiante, que para Rousseau, o homem é possuidor de duas paixões naturais: a piedade e o amor de si. A piedade aparece como um sentimento de comisseração, empatia, sensibilizar-se com a dor do outro; enquanto o amor de si é um sentimento de autopreservação. Da primeira, nascem as virtudes sociais citadas acima, enquanto que da última, pode se degenerar em amor próprio, processo de socialização que corrompe e deprava o indivíduo.

Aqui aparece novamente outra crítica feita por Rousseau à educação tradicional. Esta ensina moral, mas de forma incorreta e em momento inoportuno. É vã a intenção de ensinar moral às crianças por meio de discursos – que como já vimos, são cansativos e infrutíferos – e de raciocínios abstratos. A razão é simples: a natureza ainda não os preparou para entender essas particularidades. Querer força-las a aprender isso seria não menos que uma violência.

1.2.2.3) Educação feminina

A educação feminina é abordada no Livro V do *Emílio*. Logo no início do livro, existe um intertexto intitulado “Sofia ou a mulher”. Nele, Rousseau tratará da semelhança e diferença entre os dois sexos; da educação intelectual e estética, religiosa,

moral e sentimental de Sofia; seu encontro com Emílio, o desenvolvimento do amor, a separação, casamento, dentre outros.

Rousseau considera que homens e mulheres são iguais em tudo, exceto no que se refere ao sexo, a “máquina é construída da mesma maneira”. Martins (2002) concebe a necessidade de uma educação diferente para homens e mulheres, pois, apesar o princípio da educação ser o mesmo, ou seja, seguir a natureza, homens e mulheres são diferentes por natureza. Podemos aparentemente encontrar uma contradição entre o pensamento de Rousseau e a análise de Martins, mas não há. Na realidade, homens e mulheres são iguais no que tem em comum; ao passo que, no que tem de diferente, não podem ser comparados. E o que tem de diferentes? A natureza do sexo.

A única coisa que sabemos com certeza é que tudo o que eles têm em comum pertence à espécie e tudo o que eles têm de diferentes pertence ao sexo. Desse duplo ponto de vista, achamos entre eles tantas semelhanças e tantas oposições, que talvez seja uma das maravilhas da natureza ter feito dois seres tão parecidos constituindo-os de modo tão diferente. (ROUSSEAU, 2004, p. 516).

Das diversidades nascem as diferenças. A primeira é que o homem é naturalmente “ativo e forte” e seu mérito está em sua potência; ao passo que a mulher, feita especialmente para agradar o homem é “passiva e fraca”. O domínio e a violência feminina não se encontram em sua força física, mas em seus encantos e em sua doçura. De tão artista, sabe fazer de suas lágrimas, verdadeiras ordens, difíceis de não serem cumpridas, uma vez que consegue unir o amor próprio ao desejo. Outra diferença é que o mais forte deve ser aparentemente o senhor, mas que dependa do mais fraco; o primeiro para satisfazer seus desejos, o segundo, suas necessidades. Nesse sentido, Sansão, reconhecido principalmente por sua força física não era tão forte quanto a perspicaz Dalila.

Essa lei da natureza existe para conservar o gênero humano. A desigualdade entre os sexos não é devido ao preconceito masculino, mas é obra da razão. Diante de tantas diferenças, podemos considerar que não há como as mulheres serem educadas do mesmo modo que os homens. As mulheres devem ter o direito de conhecer muitas coisas, contudo, apenas as que convêm conhecer. É citado pelo autor alguns defeitos femininos que devem ser evitados como a ociosidade, indolência, frivolidade e inconstâncias. Evitados esses defeitos, tem-se uma mulher honesta.

Em relação à educação feminina, Rousseau apresenta-se mais duro em relação às capacidades intelectuais das mulheres. Segundo ele, elas não são competentes em relação à procura das verdades abstratas e especulativas, não tem precisão e atenção para as ciências exatas. Inclusive, nem é conveniente um homem educado casar-se com uma mulher sem educação, contudo, se tivesse que escolher entre uma intelectual e uma de educação simples, escolheria sem dúvidas a segunda opção.

“Mas eu preferiria cem vezes uma moça simples e educada rudemente a uma moça erudita e intelectual que viesse estabelecer em minha casa um tribunal de literatura de que se faria presidenta. Uma mulher intelectual é o flagelo de seu marido, de seus filhos, de seus amigos, de seus empregados, de todo o mundo. Toda moça letrada permanecerá solteira a vida toda quando só houver homens sensatos na terra” (ROUSSEAU, 2004, p.600-601).

Rousseau instrui o jovem Emilio que a pessoa ideal é escolha da natureza, e a dele já fora escolhida, bastava descobrir a escolha que ela fez. Ele não esperou para encontrar a esposa do aluno, simulou uma procura como pretexto para fazê-lo conhecer as mulheres, a fim de que sinta o valor da que lhe convém. Sofia já se achava encontrada, instruída, pensava em um homem honesto, de mérito, que pudesse devolver-lhe a felicidade que receber dele. Sabe que saberá reconhecê-lo, trata-se apenas de encontrá-lo. Em relação à aparência física, não é nem extremamente bonita e nem extremamente feia. Sua educação não é a de uma intelectual, mas era mulher inteligente que saberia bem educar seus filhos, aluna da natureza, assim como Emilio. Não será professora de seu marido, mas sua discípula.

Emilio e o preceptor iniciam a procura da esposa ideal, fora da grande cidade de Paris, onde naquele “lugar de tagarelice” perderam muitos dias em vãs buscas. Preferiram ir a cavalo para saborear e descobrir novas paisagens a fim de aprender com elas. Gozar a vida, o caminho, a busca, não queriam se irar com aquela experiência prazerosa. O escritório de Emilio é a vida, o mundo e não os gabinetes dos filósofos sedentários. Uma vida sem muito luxo ensinam os homens a serem gratos pelo que possuem.

Em seu caminho de buscas várias, perdem-se, pedem informações a um camponês que os leva para sua simples casa e os alimenta e lhes sugere procurar ajuda do outro lado da colina, onde existe uma família rica e de coração igualmente bom ao do camponês. Encontram a tal família e são, assim como previam, bem recebidos. Mal podia imaginar Emilio que o motivo de sua viagem poderia ser contemplado naquela

casa. Após reestabelecidos, sentam juntos à mesa para se alimentarem. Enquanto ceiam, conversam natural e agradavelmente. Emilio se envolveu profundamente na conversa do casal acolhedor e ainda não “enxergara” seu amor, sentada ali naquela mesa. Ela já o enxergara, prestava atenção e começara o encanto. O despertar e o “enxergar” do jovem àquela moça vem de uma palavra, mais especificamente de um nome, do nome daquela que seria seu eterno amor. Quando a mãe da moça a chama, Emilio treme ao ouvir seu nome “Sofia”. Palavra doce por quem se apaixonara de imediato. Rapidamente se conhecem, conversam e começam a se relacionar apesar daquilo que se tornaria um obstáculo, a distância. No entanto, Emilio não se esquece dos ensinamentos que aprendera e por vezes se atrasava no encontro com Sofia, porque parava no meio do caminho para auxiliar alguns camponeses. Sofia encantava-se com ele e com suas atitudes.

Certa manhã com uma carta na mão, seu preceptor questiona o que ele faria se de súbito recebesse a notícia da morte da amada. Enlouquecido, quase irreconhecível, agita-se, mostrando profundo amor à namorada. O preceptor alerta-o que sua paixão o estava “atrapalhando” raciocinar, a partir do momento em que aprendera a desejar, tornara-se escravo de seus próprios desejos. Em uma longa e sincera conversa, aprende mais uma lição: agora que já sabe suportar as dores do corpo, deverá aprender a suportar as dores da alma. Compreendeu que tudo o que amamos, nos deixará mais cedo ou mais tarde, nada durará eternamente, nem mesmo a sua amada Sofia. Segundo seu preceptor, ela deveria “morrer” antes dele, propõe-lhe uma separação, dolorosa a princípio, mas que certamente colheria dela, grandes benefícios.

Em relação ao casamento, logo no início do Livro V, Rousseau assegura que “não é bom que o homem esteja só”. Podemos supor que faz referência à citação bíblica encontrada no décimo oitavo versículo do segundo capítulo do livro do Gênesis: “Não é bom que o homem esteja só. Vou dar-lhe uma auxiliar que lhe seja adequada”. Como Emilio é homem, o preceptor se preocupa em arrumar-lhe uma auxiliar para que sua educação fique completa. Essa “companheira adequada” para o Emilio tem nome, como já sabemos, chama-se Sofia. Ela tem religião, mas uma religião baseada na devoção, na moral, dedica sua vida inteira a servir a Deus fazendo o bem.

Destacamos também a crítica de Badinter (2003), as concepções de “Educação feminina” em Rousseau. Segundo ele, contrariando as expectativas de seus

contemporâneos, Rousseau não inovou neste ponto. Apenas se contentou em recolocar em moda o modelo milenar de relações entre homens e mulheres. Qual seria o motivo? Segundo ele, a reivindicação de igualdade entre homens e mulheres, de tão sem sentido que é, chega a ser quase uma depravação. A riqueza da relação se encontra exatamente na diferença, logo, qualquer tentativa de equiparação, seria no mínimo, um total empobrecimento da relação para não dizer uma aberração. Ao invés de equiparar, a educação rousseauísta tem o objetivo de acusar as diferenças entre os sexos.

A educação feminina consiste, não em se equiparar ao homem, pois, longe de beneficiar a mulher com as qualidades do homem, tal educação a faria perder as suas. Assim, Rousseau se insurge, portanto, contra a pretensão das mulheres da sociedade parisiense à cultura e ao saber. A timidez, a fragilidade e o pudor de Sofia, por exemplo, lhe interditam toda a concorrência séria com Emilio, sob pena de arruinar suas virtudes naturais. A mulher pretenciosa trai sua destinação e corre o risco de perder o encanto e a graça que acompanham a espontaneidade de seu instinto. Cabanis, como Rousseau, receia que “a seca razão desvie sua sensibilidade em detrimento de sua beleza e de sua felicidade”. Seria um espetáculo desagradável ver uma mulher fazer aquilo que cabe ao homem e é por isso que Rousseau demonstra interessar-se mais por uma moça simples, de educação rude a uma moça erudita e intelectualizada.

1.2.2.4) Educação doméstica e educação pública

Neste último tópico do primeiro capítulo, faremos a distinção de dois dos principais temas abordados por Rousseau: educação doméstica e educação pública. Será feita praticamente uma introdução ao assunto e uma explicação dos termos, pois, será novamente abordado no capítulo três, na ocasião de forma mais aprofundada.

É importante desde já fazermos um importante esclarecimento: educação doméstica e educação da natureza, ao contrário do que muitos pensam, não são termos sinônimos. A educação doméstica ocorre quando existe um preceptor para educar um único aluno, contudo, é feita nos moldes da sociedade. O que a difere da educação ofertada nos colégios é o fato de ela ser individualizada, enquanto que nestas referidas instituições ela é oferecida de modo coletivo. A educação doméstica e a educação pública são chamadas de educação da sociedade, pois, seja individual ou coletivamente,

como já dissemos, a educação é realizada obedecendo aos ditames sociais. Essas duas modalidades de educação também são chamadas de educação positiva, uma vez que é o contrário da educação negativa que será tratada mais adiante.

Já a educação da natureza, realizada geralmente, de modo individual, como o próprio nome já diz, é feita nos moldes da natureza, seguindo somente as suas regras. O próprio Emílio foi educado de forma individualizada por um preceptor que o acompanhou até seu casamento. Esta educação foi doméstica, pois, não foi realizada nos colégios, mas em casa, em ambiente campestre, contudo, seguindo sempre os moldes da natureza. Em uma determinada conversa, o preceptor diz a seu discípulo: “mantive-me no caminho da natureza, esperando que ela me mostrasse o da felicidade. Acontece que era o mesmo e, sem saber, eu o tinha seguido”. (ROUSSEAU, 2004, p. 653).

A educação pública também é muito bem vista aos olhos de Rousseau, contudo, considera que muito dificilmente poderá ser novamente aplicada. Consiste em educar os indivíduos de modo coletivo, geralmente em colégios. Estas instituições de ensino chamadas de colégios foram duramente criticadas por Rousseau, pois, considerava o método adotado muito falho e que não fazia mais do que apenas perpetuar os vícios sociais, ao invés de combatê-los. Se uma vez que o Estado considera pertinente oferecer tal modalidade de educação, tem por obrigação favorecer que todos os indivíduos tenham acesso e se essa dificuldade for financeira, deve possibilitar o acesso por meio de bolsas, como já faziam os franceses, ou por outro meio que julgar mais conveniente.

A educação pública segue alguns princípios da educação da natureza no *Emílio*, mas evidentemente não todos. Destacaremos a educação negativa que Rousseau recomenda para a Polônia. A educação pública se faz importante na vida, principalmente das crianças, porque as faz entrar em contato com a sociedade, estimula o espírito de coletividade e retrai o da individualidade e dentre outros benefícios, colabora para que compreenda o funcionamento e a importância das regras sociais, uma vez que será obrigada a conviver com elas por toda a sua vida. Compreenderá que as regras que aprendeu quando crianças tornarão leis em sua idade adulta e que ao contrário de aprisioná-lo, o tornará um homem livre para exercer com plenitude a sua cidadania.

CAPÍTULO 2 – *Emílio e Nova Heloísa*: a utilidade e a experiência no conhecimento das coisas

2. Assuntos pedagógicos de Rousseau

O objetivo deste segundo capítulo é apresentar os assuntos pedagógicos, ou seja, a pedagogia adotada por Rousseau em alguns de seus escritos inseridos nos Livros II e III do *Emílio* para discorrer sobre a crítica que faz em relação à educação livresca, alegando que se deve ir às próprias coisas e os livros apenas permite que o leitor tenha uma ideia dessas coisas. Com isso, Rousseau valoriza e destaca a importância da experiência no aprendizado do indivíduo e é somente por meio desta experiência que o aluno perceberá a utilidade daquilo que lhe é ensinado. Se necessitássemos resumir esse capítulo em duas palavras, estas certamente seriam experiência e utilidade. A partir desta crítica, poderemos refletir sobre a educação moral nas passagens do diálogo com o jardineiro Robert, da experiência com o prestidigitador e sobre as aulas de astronomia. A educação moral era realizada somente na teoria e por meio de longos discursos, veremos se é ou não um método eficiente. A reflexão destes temas nos possibilita também, abordar temas importantes tratados pelo filósofo genebrino, tais como: a educação negativa, o amor de si e amor próprio, consciência e educação religiosa por meio da análise do intertexto *Profissão de fé do Vigário de Saboia*.

2.1 Educação moral: como ensiná-la a um adolescente

Como já foi dito anteriormente no capítulo I deste texto, a educação ocupa um lugar privilegiado na obra de Rousseau e é por esse motivo que se encontra na maioria de suas obras. Dentre as várias formas de educação presente no pensamento deste autor, nesse momento destacamos a educação moral e as possibilidades de ensiná-la às crianças e adolescentes.

Seria praticamente impossível separar os termos educação e moral, pois, consideramos que são indissociáveis, e sem a educação moral, o processo formativo humano certamente estaria incompleto. Segundo Almeida Júnior (2013, p.125), “o tema da moral é recorrente durante todo o *Emílio*. Desde os primeiros choros até a decisão de Emílio residir no país em que nasceu, há elementos da educação moral”. Talvez um

pouco mais do que as outras, a educação moral deve ser eficaz, se não, correr-se o risco de se educar maus cidadãos para a pátria, por isso, não se pode pecar em sua oferta nem pelo excesso e nem pela falta, tarefa que nem sempre os educadores conseguem fazer, pois, ora a enchem de mimos para acalmá-las e logo a ameaçam e lhe batem para que fiquem quietas. Em relação ao choro, que certamente ocorrerá durante toda a primeira infância, aparecerá com ou sem motivos, é preciso com urgência discernir se este é de dor ou não, porque em alguns casos elas já dão ordens antes mesmo de saberem falar. Se a criança é acostumada a ter tudo o que quer, se torna miserável e mais adiante, temia e certamente a natureza não as fez com esse intuito, mas, ao contrário, para serem amadas e socorridas. A educação da criança depende dos educadores e se esta educação moral falhar, a criança tornar-se-á má e os educadores nem perceberão que se esforçaram para que isso ocorresse. É importante destacar que, independente do fato de ter abandonado seus filhos, Rousseau valoriza a participação da família na educação moral dos filhos. Ele é categórico ao afirmar que “assim como a verdadeira ama-de-leite é a mãe, o verdadeiro preceptor é o pai... ela seria mais bem educada por um pai judicioso e limitado do que pelo mais hábil professor do mundo, pois, o zelo suprirá melhor o talento do que o talento ao zelo” (ROUSSEAU, 2004, p. 26).

Na mesma época, Kant também dedicou parte de seus estudos para tratar da questão moral, entretanto não de maneira idêntica à Rousseau. Em uma dessas obras intitulada *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, defende que o comando moral que faz com que as nossas ações sejam moralmente boas, se expressa no imperativo categórico (um princípio universal com um fim em si mesmo, não visando, portanto, interesses particulares): “age somente segundo a máxima tal, que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal” (KANT, 2004, p.51). O filósofo alemão assegura que um indivíduo que age somente de acordo com suas necessidades, não possui uma moralidade bem definida. A moral kantiana baseia-se num princípio formalista: o que interessa na moralidade de um ato é o respeito à própria lei moral, e não nos interesses, fins ou consequências do próprio ato.

A moralidade não é um presente divino, mas adquirida no extremo respeito às leis. Este indivíduo praticará vícios ou virtudes exclusivamente por meio das ações que praticar. Rousseau concorda com ele alegando que os vícios não nascem com o homem, que é bom por natureza, ele os adquire por meio de seus atos e no convívio social. Nesse convívio com seus semelhantes, se deparará com as inevitáveis paixões humanas.

Duas delas são naturais, a saber, a piedade e o amor de si. A piedade se manifesta como um sentimento de comiseração, empatia pelo outro. Fundamental na vida da criança, pois, em situações cotidianas se coloca no lugar do outro, reconhece suas dores e necessidades, sentindo compaixão e ternura pelo próximo. É isso que o faz sociável e o impede de se tornar um monstro perante o semelhante. Já o amor de si, se apresenta como um sentimento de autopreservação. Da primeira, nascem as virtudes sociais citadas acima, enquanto que da última, pode se degenerar em amor próprio, processo de socialização que corrompe e deprava o indivíduo. Em Kant, a ação do indivíduo independe de qualquer coisa, pois, é a sua ação que determina se ele é virtuoso ou o contrário; mas em Rousseau, o convívio social, inclusive o dos colégios, pode influenciar em sua educação moral.

Ainda no terreno da escolarização, Rousseau tece severas críticas aos colégios, a saber: a introdução precoce da moral filosófica, a metodologia em forma de longos discursos e o modo de ensiná-los por meio de raciocínios.

Rousseau não era contrário aos colégios ensinarem educação moral às crianças, no entanto, o que o incomodava é o fato de que nestas instituições o ensino ocorre de forma incorreta e em momentos inoportunos. Considera a necessidade de certa maturidade para que a criança possa compreender alguns valores morais por uma razão muito simples: a natureza ainda não os preparou para entender essas particularidades e querer forçá-las a aprender tais ensinamentos morais seria não menos que uma violência contra as crianças. O conveniente seria impedir, estrategicamente, que a criança assuma os preconceitos da sociedade e só depois, quando estiverem mais amadurecidos, iniciarem os ensinamentos morais. A essa estratégia, Rousseau chamou de educação negativa. Vejamos um pouco sobre esta tão adequada estratégia.

A educação negativa assegura que a primeira infância deve ser assim: lenta, reflexiva, demorada e na realidade a mais importante e útil regra da educação “não se trata de ganhar tempo, mas perdê-lo”. Nunca é muito lembrar essa modalidade de educação é um artifício utilizado pelo genebrino e não consiste em simplesmente não fazer nada, mas em “perder” tempo para depois ganhá-lo não correndo o risco de empregá-lo mal. E o didático Rousseau, para ilustrar, relaciona a tarefa do preceptor com a do médico, dizendo que “o médico sábio não dá estouvadamente receitas à primeira vista, mas primeiro estuda o temperamento do doente antes de lhe prescrever

qualquer coisa; começa a tratá-lo tarde, mas cura-o, ao passo que o médico apressado demais o mata” (ROUSSEAU, 2004, p. 98). O mérito de tal estratégia está em impedir a entrada dos vícios para que no momento adequado, adentre as virtudes. Logo, a “demora” não é perda de tempo, mas ao contrário, é um ganho, uma vez que é uma preservação da alma juvenil. Almeida Junior (2009, p.26) nos auxilia a compreender esta questão no sentido que nos recorda que

para Rousseau a natureza prepara os homens para serem sãos e, bons, o principal recurso para que a educação da natureza atinja seu objetivo é a educação negativa. Essa consiste em fechar as portas ao vício para que a virtude se manifeste.

Logo, podemos considerar que a educação negativa também se constitui como educação moral e forte aliada da educação da natureza.

A segunda crítica de Rousseau aos colégios se refere à sua metodologia em forma de longos discursos. “Mestre! Poucos discursos, mas aprendei a escolher os lugares, os tempos e as pessoas e depois dai todas as vossas aulas pelo exemplo, e podereis estar certo de que surtirão efeito” (ROUSSEAU, 2004, p. 319). Ele alega que os colégios ensinavam moral às crianças somente por meio da teoria e não percebiam o equívoco que cometiam, pois, as crianças não se atêm tanto a discursos teóricos, sua natureza é muito agitada e para isso e para aprenderem, necessitam de uma dinamicidade tal que consiga prender-lhes a atenção. Na realidade, longos e cansativos discursos não atraem nem mesmo a maior parte dos adultos. Haja vista, que em nossos dias a didática tem se modificado e a inserção da tecnologia da educação contribuiu de forma decisiva para essa mudança. A mudança se fez necessária porque de nada servem belos e incompreensíveis discursos. Segundo Rousseau, se educarmos as crianças de modo “tagarela”, conseguiremos apenas criar novos pequenos “tagarelas” e correremos o risco de contribuir negativamente na formação de cidadãos que falam muito e nada de edificante dizem. Podemos nos lembrar dos discursos políticos de nosso tempo onde são proferidas belas palavras, no entanto, incompreensíveis para a maior parte dos ouvintes, que apesar da comoção popular, parece pouco ou nada dizer-nos. Saímos desses discursos com a “cabeça cheia” e com as mentes vazias. Presenciamos o contrário dessa realidade no jovem Emilio que ao não entender o assunto de que tratava o preceptor, o deixava arengando sozinho e ia brincar no quarto, ou seja, fazia aquilo que compreendia e percebia uma utilidade, correlacionando com o seu próprio bem estar.

E para concluir a que nos propomos a apresentar – lembrando que existem outros inúmeros exemplos – Rousseau critica a forma de os colégios ensinarem por meio de raciocínios, o que considera um inevitável círculo sem fim de perguntas e respostas sem grandes sucessos. Um dos grandes expoentes dessa metodologia era o filósofo inglês John Locke que considerava o método excelente. Segundo ele, todas as ideias simples são conforme as coisas. “O matemático, por exemplo, considera apenas a verdade e propriedade pertencentes ao retângulo ou ao círculo apenas como estão na ideia em sua própria mente” (LOCKE, 1999, p. 239).

Ao contrário de Locke, Rousseau considerava a razão o composto de todas as outras faculdades, por isso, se desenvolve mais facilmente com o avanço da idade. Aquele que pretender começar a educar a criança pela razão estaria começando pelo fim, é almejar da obra querer fazer o instrumento, é querer o contrário da natureza: que antes mesmo de serem crianças se tornem homens. A razão é o freio da força da qual a criança não precisa. O filósofo genebrino considera que “a obra prima de uma boa educação moral é formar um homem razoável” (ROUSSEAU, 2004, p. 90), não um homem prematuro, inseguro por ter-lhes atribuído algo superior ao desejo da natureza e que logo, não estava em condições de absorver. O intervalo entre o nascimento e os doze anos é muito perigoso e determinante para a formação da criança. É preciso exercitar seu corpo ao mesmo tempo em que é necessário deixar a sua alma no ócio e não se pode transformar a idade da alegria em idade da tormenta e do sofrimento. Se a criança não enxergar uma utilidade na educação moral, rapidamente a ignorará.

As instruções morais, que são de extrema utilidade, podem ser aplicadas mais cedo ou tardiamente, isso dependerá do caráter do aluno que pode ser acelerado ou retardado. Para ilustrar a importância da preferência da educação moral prática em detrimento da educação moral teórica, trazemos à lembrança o exemplo do garoto intratável que estraga as coisas da mãe e as suas próprias. Muito mais eficaz do que lhe dar infundáveis sermões – que podem ser nem ao menos ouvido ou facilmente esquecido – talvez uma boa estratégia seja deixá-lo sem aquilo que estragou. Se acaso quebrar as janelas de seu quarto, melhor opção é deixá-lo sentir o frio que adentra a falta dos vidros por alguns dias, sem nada a dizer. Ele sentirá em sua própria pele as consequências. Repetindo-se a situação, é privá-lo de sua liberdade. Nesse momento é importante deixar claro que não é um castigo, mas uma das muitas possíveis consequências naturais de sua má ação. Após um determinado tempo, alguém lhe

proporá que faça um acordo adequado para ambas às partes: que ela tenha sua liberdade restituída com a promessa de não quebrar mais vidros. Com isso, a criança assume um compromisso e automaticamente se insere no que Rousseau denomina “mundo moral”, já estando apta a receber explicações dos efeitos morais. Deverá a partir de agora assumir seus compromissos e será regido por uma “lei da consciência”. Assumir compromissos exige responsabilidade não apenas com o *eu*, mas também com o *outro* e uma falha na educação moral pode prejudicar a muitos. Todos devem ficar atentos aos acontecimentos e situações sociais que se envolvem, pois, é muito fácil “esquecer” os ensinamentos morais e deixá-los de lado, prometendo, por exemplo, algo que não se pode cumprir ou quebrando uma promessa feita de acordo com interesses particulares. A partir desse e de inúmeros outros exemplos, comprovamos a importância da educação moral na vida do indivíduo.

Em relação à educação moral, poderíamos discorrer ainda sobre vários outros aspectos enunciados por Rousseau, mas optamos concluir esse tópico resgatando o episódio de Robinson em sua ilha, destacando a importância do trabalho e da utilidade de uma educação moral prática na vida das crianças. Para o genebrino, os ensinamentos morais práticos devem se sobressair aos teóricos. O preceptor deve colocar os ensinamentos ao alcance do discípulo para que este, conforme seu desejo, o procure naturalmente, assim, os ensinamentos morais farão mais sentidos em sua vida, pois, certamente, jamais os ensinamentos teóricos farão mais sentido do que os práticos na vida de uma criança. Se alguém ficasse relegado a uma ilha deserta assim como ficou Robinson, e imaginasse que ficaria ali até o último de seus dias, por mais que tivesse os melhores livros do mundo, certamente não se preocuparia em obter conhecimentos intelectuais, mas provavelmente só se recorreria a eles caso julgasse poder retirar deles algo útil para a sua sobrevivência ou ao menos seu próprio bem estar. Assim, inicia uma crítica à educação livresca, foco do próximo tópico, alegando que a moral não necessita da ajuda nem dos livros e nem dos colégios e sugere que “se, em vez de colar uma criança aos livros, eu a ocupar numa oficina, suas mãos trabalharão em prol de seu espírito; tornar-se-á filósofa acreditando ser apenas uma operária” (ROUSSEAU, 2004, p. 231).

2.2 A educação livresca

“Odeio livros; eles só ensinam a falar do que não se sabe” (ROUSSEAU, 2004, p. 243). A partir dessa afirmação, podemos compreender facilmente que Rousseau faz uma severa crítica à educação livresca de seu tempo. Em outro momento diz: “Nunca conceberei que aquilo que todo homem é obrigado a saber esteja encerrado em livros e que não está ao alcance nem desses livros, nem de pessoas que os entendam seja punido por uma ignorância involuntária. Sempre livros! Que mania!”. (ROUSSEAU, 2004, p. 432). No entanto poderíamos nos questionar: seriam de fato, todos os livros inúteis ou desinteressantes?

Podemos compreender que a escrita não existe desde sempre. No início, os ensinamentos eram transmitidos de geração em geração de forma oral. Conta-se que Homero, Hesíodo e Heródoto já há muitos séculos transmitiam histórias contadas oralmente e Rousseau considera de suma importância esse fato. Muitos assim também o fizeram, transmitiram ensinamentos por inúmeras gerações utilizando exclusivamente a história oral. De acordo com Thompson (1992, p. 17), “a memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos”. Por isso, muitos afirmam que o que é registrado na memória é mais bem fixado do que o que é escrito em livros.

“Dizem que Hermes gravou em colunas os elementos das ciências, para pôr suas descobertas ao abrigo de um dilúvio. Se tivesse bem gravado na cabeça dos homens, ter-se-iam conservado por tradição. Cérebros bem preparados são os monumentos em que mais seguramente se gravam os conhecimentos humanos”. (ROUSSEAU, 2004, p. 243).

Os ensinamentos de Jesus Cristo, por exemplo, não nasceram com a escrita das Sagradas Escrituras, mas muito antes. O Catecismo da Igreja Católica, em seu parágrafo número cento e vinte e seis, nos apresenta que inicialmente, tais ensinamentos foram testemunhados pelas pessoas, lembrados ou recontados por aqueles que lhes eram mais próximos – os apóstolos – e transmitidos oralmente por séculos por aqueles que ouviram tais histórias e as reproduziram até que se foi possível ou necessário registrar por escrito tais fatos. Antes mesmo de Jesus, outro homem, na Grécia Antiga, já não utilizara a linguagem escrita, mas somente a oral, estamos nos referindo ao filósofo grego Sócrates. Este não deixou nada escrito, pois, acreditava que as ideias escritas se degenerariam e cairiam no esquecimento.

Poderíamos nos perguntar: até quando os ensinamentos de Jesus perdurariam de forma oral? A *Iliada* e a *Odisseia* de Homero estariam completas em nossa memória até os dias de hoje? O pensamento socrático teria sido preservado? Ou precisaríamos como Hermes gravar em colunas os nossos conhecimentos?

Impossível seria guardar tantas informações. Segundo pesquisas, há alguns anos atrás, levava-se cerca de dez anos para que as pessoas dobrassem as informações que possuíam de mundo. Hoje, este tempo caiu drasticamente para um ano apenas. Logo, como memorizar tantas coisas? O ideal seria reunir todos os conhecimentos dos livros em num objeto agradável, interessante e estimulante, mas como esse objeto não existe, poderíamos utilizar um termo popular dos tempos atuais para nos referir aos livros: “um mal necessário”. Os livros físicos são importantes, mas não mais que os “livros da vida” que são os verdadeiros mestres da instrução. Segundo Rousseau, são os sentidos que devem ser os primeiros guias dos seres humanos e o único livro deve ser o “livro da vida”, pois, pelos livros físicos aprende-se a ler palavras, mas não a “ler o mundo”.

Outro fator determinante da leitura é que desperta as faculdades virtuais e a mais ávida de todas é a imaginação. A criança que lê muito, conseqüentemente imagina muito e esse fato torna-se um perigo a partir do momento em que, ampliada a medida dos possíveis, tanto para o bem quanto para o mal, nutrirá desejos que por vezes não terá nem mesmo a mínima possibilidade de satisfazê-los, o que a frustrará certamente. Desse modo, os objetos de nossos desejos sempre se ampliam e se afastam de nós, à medida que não os alcançamos, inutilmente nos esgotamos sem chegar a alcançá-los e, quanto mais vencemos o prazer, mas a felicidade se afasta de nós. O mundo real tem definido os seus limites, ao passo que o mundo imaginário não os tem, ele é infinito e já que não podemos ampliar o real, deve-se diminuir o imaginário, porque é da diferença entre eles que nasce a dor e o sofrimento. Somente no estado primitivo, fora da imaginação, o homem encontra o equilíbrio entre o poder e o desejo. Essa relação entre poder e desejo é determinante aqui. Quando no homem a força excede suas necessidades, diz-se dele que é forte; ao contrário, quando no homem são as necessidades que excedem a força, ele é fraco. Na verdade as forças não se ampliam à medida que se ampliam as faculdades, logo, quanto mais o homem permanecer próximo à sua condição natural, maior é a chance de ele ser feliz, pois, a miséria não consiste na privação das coisas, mas na necessidade que sentimos delas.

Michel de Montaigne (2010) criticou a educação livresca e mnemônica, propondo um ensino voltado para a experiência e para a ação. Acreditava que a educação livresca exigiria muito tempo e esforço, o que afastaria os jovens dos assuntos mais urgentes da vida. Para ele, a educação deveria formar indivíduos aptos ao julgamento, ao discernimento moral e à vida prática.

No direcionamento de Montaigne, Marques (2004) nos convida a uma reflexão: seria uma incoerência ou uma controversa um dos mais influentes homens de letras de seu século e amante de paradoxos dizer que odeia livros e recomendar que as crianças fiquem longe deles até os doze anos de idade? Ao examinarmos seu Livro III, seu monumental tratado de educação, chegaremos certamente à resposta que não há contradição ou incoerência alguma, mas ao contrário, ele está coerente com os princípios mais fundamentais de seu pensamento.

Uma das principais críticas é a substituição das coisas pelos seus signos, ou seja, do que é pelo que parece ser. De nada servirá a uma criança, conhecer palavras das quais ignora o significado, pois, não raro nos deparamos com crianças que repetem o que os pais dizem sem ter a menor dimensão do que falam.

Outro problema apontado por Rousseau é a introdução das fábulas no cotidiano e aprendizado infantil. Tais fábulas não são totalmente absorvidas pelas crianças porque, para compreendê-las, exige-se uma multidão de conhecimentos dos quais elas ainda não possuem, principalmente em relação aos ensinamentos morais. Cita como exemplo a fábula do corvo e da raposa de La Fontaine, tanto no *Emílio* quanto em *Júlia ou a Nova Heloísa*. Nesta última, quando Júlia a contava para seu filho mais velho, percebendo suas deficiências, resolveu suprimir este recurso, concluindo que a mesma era instrutiva para os adultos, mas totalmente inadequada às crianças, pois, possuem sutilezas e perversidades das quais deveriam ser poupadas.

Certamente Rousseau aprovaria a ideia de que os livros são, apesar de prejudiciais e “um flagelo para a infância”, necessários, e uma vez que considera os livros indispensáveis aos homens, existe um, que em sua visão, oferece o melhor tratado de educação natural, pois, traz ensinamentos úteis à vida e uma leitura do qual sempre agradará. O primeiro livro a ser lido por Emílio será *Robinson Crusoe*. Este, diferentemente das fábulas, enfrenta problemas que não envolvem seres humanos, logo, não se resolvem por influência de atos e opiniões distorcidas de outras pessoas ou ao

resolver os seus problemas, não criam outros para seu próximo ou ainda ao resolver seus problemas causa constrangimento e ridiculariza outrem; mas conseguem resolvê-los apenas com a atuação sobre a natureza. Por que este e não algum clássico da literatura mundial? Simples: os clássicos, certamente trazem conhecimentos, mas nem todos realmente relevantes e úteis ao homem. Segundo o filósofo genebrino é certo e observável que:

“dos conhecimentos que estão ao nosso alcance, uns são falsos, outros inúteis e outros só servem para alimentar o orgulho de quem os tem. Os poucos que realmente contribuem para nosso bem estar são os únicos dignos das pesquisas de um homem sábio, e de uma criança que queiramos tornar sábia. Não se trata de saber o que existe, mas apenas o que é útil”. (ROUSSEAU, 2004, p. 213).

Robinson Crusoe se encaixa perfeitamente nesse pensamento: ensinamentos úteis, adequados e oportunos para serem utilizados ao longo da vida de Emílio, porque seu preceptor não o educara com uma “filosofia de gabinete”, mas fundamentada na experiência. Propomo-nos agora, a fazer um breve resumo da história.

O livro de Daniel Defoe é uma narração que retrata a história de um homem simples e que, quando jovem, não aprendera ofício algum. Seu pai, que conseguira acumular certa fortuna, sonhava que seu filho fosse advogado, mas ao contrário, ele sonhava em dedicar a sua vida ao mar. Mesmo muito advertido pelos pais, aventurara-se neste intento. Passara por diversas aventuras – para não falar dificuldades – muitas delas quase a ponto de perder a vida. Em uma determinada ocasião, após ser surpreendido por um naufrágio, viu-se obrigado a morar sozinho em uma ilha deserta por mais de vinte anos. Na ilha, ao mesmo tempo em que era prisioneiro, era imperador. Neste período, ele viveu isolado e privado da companhia de seres humanos, o que em determinados momentos chegou a ser um grande sofrimento. Conviveu apenas com animais e plantas. Emílio poderia aprender com isso a importância de valorizar a companhia das pessoas. Muitas vezes, achamos as pessoas inoportunas e inconvenientes, mas quão difícil seria viver sem elas.

Viveu isolado, mas viveu. Esforçou-se ao máximo para garantir a sua sobrevivência. Não pensou em momento algum em acabar com sua vida, mas sempre procurou meios de melhorá-la, tornando-a mais prazerosa e confortável. Após um tempo, o conforto veio, mas não como que um presente que “caiu do céu”. Apesar de seu pai ter acumulado certa riqueza, aquele dinheiro não lhe serviria em nada naquela

ocasião. O que lhe serviu foi um grande esforço, proveniente de trabalho, muito trabalho, tanto físico quanto mental. Ele, enquanto jovem e morador da casa de seus pais, não aprendera nenhum ofício – isso talvez porque pensasse que deles não precisaria. O certo é que na ilha, o viu obrigado a aprender muitos deles: construção, engenharia, agricultura, a forja, carpintaria, artesanato, costura, dentre outros, sem falar em sua grande criatividade, coragem e ousadia.

Como viver em uma ilha e se submeter às estações da natureza sem se proteger delas? Precisaria de uma casa. Não construiu uma apenas, mas duas. Ao iniciar a exploração da ilha, achou conveniente construir sua casa naquele determinado lugar. Após um tempo, ao explorar mais a ilha, considerou outro lugar ainda mais conveniente. Bem disposto, não hesitou em construir a outra, que ficou melhor que a primeira. Não fixou residência na segunda, pois, já havia se acostumado e se afeiçoado com a primeira. Inútil não foi o segundo lar, pois, serviu-lhe posteriormente em uma situação que lhe foi adversa. Como construir sem minimamente planejá-la? Fazer isso é correr o risco de vê-la ao chão após o primeiro “sopro do lobo mau”: é preciso um serviço de engenharia. Como viver em uma ilha deserta sem supermercado, sacolão, shopping, restaurantes, ou serviço de entrega? A resposta nos vem de imediato: trabalho, muito trabalho. É preciso trabalhar a terra e retirar dela o sustento: a agricultura. Como trabalhar a terra utilizando apenas as ferramentas dadas por Deus: as mãos? A solução seria a forja. Necessário seria a confecção de ferramentas, se não perfeitas, ao menos adequadas que auxiliaria o trabalho diário. Suprida as necessidades básicas de sobrevivência e como o tempo era coisa abundante, porque não almejar um pouco mais de conforto?

Teve como única companhia por algum tempo, a Bíblia que o sustentara e confortava a alma. Desejava um local mais adequado para ler e escrever. Sabia que só a ele poderia recorrer. Tornou-se um bom carpinteiro: construiu cadeiras, mesas e até barcos. Ainda não era tudo, porque ainda se tornaria artesão e costureiro, capaz de confeccionar utensílios que lhe seriam muito úteis e roupas e chapéus para lhe cobrir a nudez e preservar-lhe do frio e até um guarda-chuva que lhe protegeria o corpo nas estações adversas da natureza. Tudo isso, pode ter ensinado a Emilio a vital importância do trabalho. Ao conhecer em sua sociedade as “multiplicações” das ferramentas de trabalho se preocupará com quem os inventou, temendo “que seus braços e seus dedos

não lhe sirvam para nada, de tanto que inventam instrumentos para não precisarem deles” (ROUSSEAU, 2004, p. 250).

Certamente, “braços cruzados” não lhe salvaria a vida, não o alimentaria, não o vestiria e muito menos lhe traria bem estar, enquanto que o seu valioso trabalho fez dele um rei, um imperador, um homem livre. Recordamos neste momento daquilo que o filósofo Nietzsche⁷ chama de “moral do senhor” e “moral do escravo”. Existe ali uma inversão: o senhor sempre mandará seu escravo realizar determinada função e este o fará e sempre o saberá fazer; ao contrário do senhor, que nunca saberá realizar aquela função. Se por ventura, não tendo em quem o senhor mandar, também não saberá fazê-lo, sofrendo as consequências. Neste sentido, ocorre uma inversão dos papéis: o escravo torna-se livre – pois, conhece e sabe fazer e o senhor, torna-se escravo de quem detém o conhecimento.

Nenhum dos ofícios realizados por Robinson foi aprendido teoricamente nos livros, mas ao contrário, vivenciados e aprendidos na prática. Assim também era o desejo do preceptor para seu aluno, que colocassem seu gênio a serviço da engenhosidade e desenvolvessem os próprios instrumentos de que necessitassem. Desse modo certamente, “todas as pessoas tão orgulhosas de seus talentos em Paris não seriam capazes de nada em nossa ilha, e seriam nossos aprendizes” (ROUSSEAU, 2004, p. 251). Rousseau sugere que a própria criança faça sua máquina, após ter vivenciado a experiência como que por acaso, mesmo que os instrumentos não sejam tão exatos e perfeitos como era a forja de Robinson, que aprenda em detalhes o que precisava saber, na experiência com as próprias coisas e não nos livros.

Quando no *Emílio*, o jovem aluno tiver desperto o desejo de fazer e criar o que é útil, terá mais desejo de aprender do que o mestre de ensinar, assim, o mestre terá mais que contê-lo do que guiá-lo. Quanta coisa poderá tirar de lição da experiência daquele solitário em sua ilha e uma delas se refere à utilidade das artes mecânicas. Aprenderá ver a importância da utilidade e nesse sentido, perceberá que um pasteleiro pode ser mais importante que um ouvides; um sapateiro mais importante do que um escritor. Verificará que nem todas as artes são medidas por sua utilidade real, pois, muitos valorizam a arte “inútil”; o valor de algumas obras de artes para os ricos está no simples

⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral: Uma Polêmica*.

fato de saber que o pobre não pode pagar por ela. Desses preconceitos, Emilio deve afastar-se.

Rousseau evidencia a importância do trabalho, não apenas o teórico, o intelectual, fruto dos livros; mas o prático, braçal, fruto da utilidade e da necessidade. Alega que nenhum pai pode transmitir ao filho o direito de ser inútil. O trabalho para o seu jovem discípulo não seria apenas sustento, mas para sua glória, para a sua independência, não financeira, mas social.

Karl Marx⁸ defende que o trabalho é o ato fundante do ser social e expressão da vida humana, por meio da qual é alterada a relação do homem com a natureza. O trabalho do homem transforma a natureza e a si mesmo. Ele se preocupava com a exploração do trabalho do homem, que não sentia prazer em trabalhar, pois, o resultado de seu trabalho acabava, em sua maior parte, nas mãos dos donos do capital. Não era o caso de Robinson em sua ilha, mas exatamente o contrário, pois, seu trabalho era prazeroso, uma vez que via nele sua condição de sobrevivência. Desse modo, o trabalho não lhe escravizava – como defendia Marx – mas era para aquele solitário aventureiro, condição de libertação.

Um dos verdadeiros mestres é a experiência, por isso, à criança, é mais interessante ocupar seu tempo em uma oficina do que dar-lhe um livro. Na oficina aprenderia em uma hora o que levaria uma semana para aprender teoricamente. Assim, suas mãos trabalharão em prol do seu espírito. “Dos jogos da filosofia podemos elevar-nos às verdadeiras funções de homem”. Na oficina ela poderá fazer conexões do que aprendeu na prática, assim ficará mais fácil reter esses conhecimentos na memória do que se os mesmos tivessem sido apresentados por meio de fatos ou raciocínios isolados. Em meio à civilização, não sentiu necessidade de aprender ofício algum, talvez por isso seja possível que o preceptor Rousseau tenha interpretado o período de isolamento de Robinson na ilha como uma etapa de instrução do corpo e de formação do caráter.

Para concluir, verificamos que o “livro da vida” serve de diversão e instrução para Emílio e interessante também é que o aluno pode se inspirar em Robinson para analisá-lo: fez certo ou errado? Precipitou-se ou agiu com sabedoria? O que faria de diferente se se encontrasse na mesma situação? Poderia aprender com ele a arte da

⁸ Marx tem essa defesa na maioria de suas obras, incluindo *O capital*.

criatividade e tomar conhecimento que em algumas ocasiões, exige-se a necessidade de se tomar decisões rápidas e decisivas. Poderia aprender que a liberdade é uma felicidade e a gozar o tempo sem ser seu escravo. A propósito, como atualmente os jovens são “escravos” do tempo...

2.3 O jardineiro Robert: a questão da propriedade

Comumente Rousseau, como um dos recursos de sua escrita, sugere que é a natureza, com sua voz viva e segura, que indica o caminho a seguir. Utiliza a figura do jardim, o Eliseu, como meio de facilitar e possibilitar o livre curso da natureza, tanto no *Emílio* quanto na *Nova Heloísa*. Em *Os devaneios do caminhante solitário*, o autor procura registrar suas impressões quanto à beleza das condições naturais. No início do intertexto a *Profissão de fé do vigário Saboiano*, também faz uma detalhada referência à natureza.

De acordo com Paiva (2009), com a imagem da natureza, objetiva inspirar os corações e fornecer elementos que colaborem na formação das virtudes (virtude: palavra-chave para compreender a especificidade do jardim rousseauiano), refletindo sobre as condições originais abandonadas pela humanidade. Objetiva ainda reconciliar natureza e cultura, de modo que o trabalho do homem não se oponha ao da natureza, mas que se integre numa ação conjunta, favorecendo o desenvolvimento humano sem ser preciso desfigurá-la ou violentá-la. Seu “Eliseu” é uma figura educativa, onde o preceptor procura desenvolver habilidades necessárias em seu educando que o possibilite guiar-se a si próprio, descobrindo e seguindo os caminhos da natureza.

Nesse caso, a natureza contribuirá com o discípulo na aprendizagem do conceito de propriedade. Quando se fala em propriedade, geralmente se refere à ideia de pertença. Imagina-se algo que pertence a alguém ou direito que alguém tem de possuir alguma coisa, geralmente material. A noção de propriedade existe desde que “mundo é mundo”.

Mas o que, provavelmente já esteja fundamentado para um adulto, talvez ainda não esteja para uma criança. É, no entanto, necessário que a criança conheça algo sobre propriedade, afinal, ela já possui seus brinquedos, suas roupas, seus familiares e assim por diante. Mas para que a criança compreenda de maneira satisfatória esse não simples

conceito, é preferível, que o aprenda de forma prática, para que depois consiga compreendê-lo teoricamente.

Mestres zelosos, sede simples, discretos, contidos... Nesta terra, de que a natureza teria feito o primeiro paraíso do homem, temei exercer o papel do tentador, querendo dar à inocência o conhecimento do bem e do mal. Não podendo impedir que a criança se instrua por fora através de exemplos, limitai toda a vossa vigilância a imprimir esses exemplos em seu espírito sob a imagem que lhe convém (ROUSSEAU, 2004, p. 101).

O adulto nunca pode se esquecer de que é preciso ser mestre de si mesmo antes de almejar ser mestre da criança, desse modo, podereis conhecer a maneira adequada e o tempo oportuno para inserir na criança a noção de propriedade. O certo é que, na medida em que a criança vai crescendo e se inserindo cada vez mais na sociedade, ela precisa minimamente compreender as relações entre os homens e a moralidade proveniente de suas ações. E como é próprio da natureza do ser humano, ele buscará inicialmente sua conservação e seu bem estar, e é por isso que o mestre deve ensinar a criança a ser justa em toda e qualquer circunstância e não apenas quando a justiça a beneficia, pois, caso contrário não estaria praticando uma ação moral.

Para educar uma criança, precisamos ter em mente que crianças não atacam pessoas. Em uma nota de rodapé do *Emílio*, Rousseau defende que nunca devemos incentivar que crianças agredam fisicamente nenhum adulto, seja esse adulto quem for. Caso essa lamentável cena ocorresse, os golpes deveriam ser-lhes devolvidos e com juro para que ela saiba que nunca se devem agredir adultos e nunca mais tenha essa vontade de agredir nenhuma pessoa. Mas as crianças atacam as coisas, inclusive as propriedades alheias e estas, diferentemente das pessoas, não sabem se defender. Para que esse ataque não ocorra, a criança deve ser educada por completo, por isso, é necessário falar sobre propriedade e sobre liberdade com elas. Inicialmente, o mais importante é falar sobre propriedade, apesar de ela ainda não ter muitos subsídios para compreender completamente o que é propriedade. Esforçar-nos-emos para essa compreensão.

Para falar sobre qualquer coisa que seja com crianças é preciso que elas tenham ideia daquilo que se fala com elas. Poderíamos começar por falar de suas coisas: roupas, móveis e brinquedos, mas isso não significa nada, pois, apesar de ela ter isso ao seu dispor, ela não sabe o fez para adquiri-las. Poderíamos simplesmente dizer que ela as tem porque alguém deu a ela, mas isso por si só também não explica, porque para dar

é preciso ter. E como quem deu a ela obteve tal propriedade? Seria necessário recorrer a uma propriedade anterior sem ter explicado o conceito. Assim, acreditamos ter instruído muito bem as crianças, mas, no entanto, tais palavras vazias não as fizeram nada compreender. Certamente, se este aluno for questionado, falará de suas dúvidas e que por vezes os ensinamentos que recebem são confusos, perceberemos claramente que é pelo fato de a natureza ainda não os ter preparado bem para esse tipo de ensinamento teórico.

Para que elas entendam, de fato, é preciso, pois, retornar à origem da ideia de propriedade, não na teoria, mas na prática. Peguemos como exemplo uma criança nascida no campo. Certamente ela tem noção e certo contato com os trabalhos campestres. No entanto, não tem experiência alguma, mas, almejando demonstrar a sua potência, a criança quer criar, imitar, produzir, semear, cultivar; querará cultivar um jardim. O que fazer? Recriminá-la? Certamente que não, ao contrário, incentivá-la. Muitas crianças do nosso tempo poderiam ter adquirido muitos benefícios ao crescer: terem se constituído profissionais brilhantes, atletas vitoriosos, pessoas notáveis, mas simplesmente não o foram pelo fato de seus pais não apenas não as incentivarem, mas impedirem-nas de “crescer”; no lugar de impedi-la, o interessante é incentivá-las e ensiná-las mais por meio de exemplos do que de inúmeras, cansativas e infundáveis palavras.

Jovens mestres, peço-vos que penseis nesse exemplo e vos lembreis de que em todas as coisas vossas lições devem consistir mais em atos do que em palavras, pois, as crianças facilmente se esquecem do que disseram e do que lhes dissemos, mas não do que fizeram e do que lhes fizemos (ROUSSEAU, 2004, p. 107).

Para ilustrar, Rousseau nos apresenta a figura do jardineiro. Uma rica e valiosa situação que Emilio vivenciou e por meio desta experiência, adquiriu grandes e decisivos ensinamentos morais por meio da noção de propriedade. Ele discorre a respeito da importância de ter definido os conceitos de liberdade, propriedade e valorização da vida em si. Conceitos importantes para que a criança entenda alguns valores necessários, como: respeitar o que pertence aos outros, ter noção de espaço e de limites.

Vimos logo acima que simplesmente falar que determinadas coisas são da criança porque elas as ganharam de alguém tem pouco significado, pois, não se chega ao conceito de propriedade. É preciso inserir na criança o sentimento de pertença. Como

ela foi educada no campo e tem proximidade com as coisas da terra, a solução está mais próxima do que se imagina: fazê-la plantar algo. O preceptor deve tornar seu “jardineiro ajudante”, lavrando a terra para que ela possa plantar. Não importa qual será a “plantação”, se dará fruto imediato ou não, o importante é o que ela aprenderá com essa situação prática e útil para sua vida. Como o simples plantar feijões nas aulas de ciências no ensino fundamental marca a vida de uma criança dos nossos tempos... Mas ao invés de feijões, favas. Ao plantá-las, a criança toma posse da terra e isso é de fundamental importância para ela compreender sobre propriedade. Inicia a responsabilidade e comprometimento para com algo: a terra, e essa experiência a fará se comprometer com as pessoas e consigo mesmo. Regar diariamente e vê-las crescer: que alegria! Alegria maior ainda é ter a consciência que aquilo lhe pertence, reafirma e dá real sentido ao sentimento de pertença. Nesse momento é mais fácil que ela compreenda o significado de propriedade: algo que empregou trabalho, tempo, sofrimento, se envolveu, se entregou àquilo. Assim ela poderá compreender que existe algo no mundo que é dela, que lhe pertence, como se fosse algum membro de seu corpo. Algo a que ela possa reclamar ou exigir seu direito.

Para Emilio, estava tudo tranquilo com “sua propriedade” até que um dia, ao chegar para regar as favas, fora surpreendido por um terrível acontecimento: suas favas haviam sido arrancadas e o terreno todo revirado. Sentiu dor, raiva, indignação, revolta. Gritou, chorou, gemeu e procurou saber quem cometeu tamanha injustiça para com ele. Descobriu: foi Robert, o jardineiro. No entanto, descobriu com o jardineiro, muito mais do que esperava. Juntamente com seu preceptor, foi tomar satisfação e dizer-lhe de sua indignação e se possível, tomar providências e castigá-lo, exigindo imediata reparação. Nova surpresa: quem se queixa é o jardineiro.

Como! Senhores, fostes vós que estragastes minha obra. Eu havia semeado ali alguns melões de Malta cuja semente me fora dada como um tesouro e com os quais queria presentear-vos quando estivessem maduros; mas eis que, para plantar ali vossas miseráveis favas, destruístes meus melões já todos germinados, que não substituirei nunca. Causastes-me um dano irreparável, e vos privastes do prazer de comer melões finíssimos (ROUSSEAU, 2004, p. 105).

Quantos ensinamentos a vida nos dá! E agora? Os que foram ali reclamar, exigir seus direitos, se viram em uma situação de extremo embaraço. Na realidade, era o jardineiro que tinha algo a reclamar sobre eles. Aqueles que se sentiram injustiçados

foram os que primeiro praticaram injustiças contra o outro. Que golpe levaram ao ouvir do jardineiro “causastes-me um dano irreparável”. Como reparar algo irreparável? Não há como. Que lições tirar daquela situação? Aprendeu que para algumas coisas, simplesmente, não existe reparação. Envergonhados, se desculparam, fizeram questão de propor um ressarcimento material do mal que causaram e se comprometeram, na próxima vez, a ser mais atentos e verificar se alguém já trabalhara a terra antes deles. Essa é uma boa lição, pois, não raro, encontramos pessoas sem terras, mas dificilmente haverá uma terra “sem dono”. Certamente, alguém já se apropriou das terras existentes, já se fez proprietário delas, mesmo daquelas que aparentemente estão desocupadas. A não ocupação não significa necessariamente que a terra não tem proprietário e que tenho permissão para plantar naquele local as minhas “favas”.

Após o diálogo, aparentemente o jardineiro os desculpou e explicou como funcionava a realidade local: cada um trabalhava na terra que lhe pertencia e todos por ali eram obedientes a esta lei. Assim, ninguém tem o direito de mexer naquilo que não lhes pertencia (propriedade alheia) para que, conseqüentemente, todas as propriedades fiquem em paz e segurança. Quando⁹ Emilio, inocente, diz que não tem um jardim para que possa trabalhar o jardineiro não demonstra muita compaixão, ao contrário, está preocupado em preservar aquilo que é seu, sua propriedade (terra e trabalho) de pessoas desatentas como o jovem Emilio, mesmo que para isso precise proibir-lhe o acesso ao jardim. Após um pedido do preceptor, o jardineiro cede um pedaço de terra para que o menino também possa trabalhar a terra, desde que haja respeito com os limites territoriais predeterminados entre eles.

Aprenderá que sua propriedade não lhe trará apenas alegria, mas, por vezes, contrariedades. Se trabalhar a terra com responsabilidade, tudo irá bem. O fato, é que não estamos sozinhos no mundo e isso nos faz compreender que os outros podem, positiva ou negativamente, interferir em nossas propriedades. Esse acontecimento, inicialmente foi constrangedor, mas de extrema importância ao menino Emilio, pois, pôde levá-lo a refletir na prática, sobre a ideia de propriedade, que, corresponde naturalmente ao direito do primeiro ocupante pelo trabalho. Essa noção Emilio tem de forma clara e límpida ao alcance de sua reflexão. Tendo isso claro, no futuro, facilmente chegará à noção de direito de propriedade e de trocas.

⁹ Conversa de Emilio com o jardineiro Robert (ROUSSEAU, 2004, p. 106).

Concordamos com Paiva (2009) que, em algumas passagens de seu tratado de educação, a arte de formar jardins aparece de forma análoga à arte de formar os homens, como pode ser lido logo no início do *Emílio*, possibilitando uma comparação entre a arte do jardineiro do Eliseu com a tarefa educativa de Rousseau, o preceptor.

2.4 O prestidigitador: uma análise sobre a educação e a moral

Propomo-nos, neste item, fazer uma análise sobre a educação moral por meio da cena pedagógica¹⁰ do prestidigitador.

Rousseau se propõe a educar o seu aluno de acordo com as situações reais da vida, por isso, não se restringe ao interior delimitado de salas de aula, mas em todas as outras situações e espaços em que habitamos. Não apenas por meio de livros didáticos, regras prontas, dentre outros. Enquanto que para ensinar geografia, por exemplo, os demais professores se recorrem a globos, esferas, mapas e outros tipos de representações, o filósofo genebrino considera que é muito mais eficaz se recorrer à experiência real dos fatos, como por exemplo, a de ver o sol nascer e se pôr, dentre outras experiências. Existem coisas que não se aprende apenas olhando, mas sentindo, fazendo, experimentando.

É preciso inclusive, aprender com os erros, pois, se a criança nunca se enganasse não teria condições de aprender tão bem. Ele pretende educar seu aluno para a vida, para a sociedade, estimulando-o da maneira mais natural possível. Entende que seu aluno não precisa aprender rapidamente as coisas, mas almeja que aquilo que foi aprendido seja fixado, pois, foi construído em um processo, muitas vezes lento, mas em seu entendimento, eficaz. Se bem guiado pelo educador, o aluno se tornará aberto e interessado em observar os fenômenos naturais e aprender noções sobre as ciências naturais. Fazendo isso, não aceitará passivamente os ensinamentos transmitidos pelo preceptor, mas aprenderá a racionar por meio das comparações, aproximações, relações, associações dos dados coletados. Seu intelecto estará apto a novas, contínuas e ininterruptas descobertas de seu cotidiano.

¹⁰ A cena pedagógica são pequenas narrativas em que o aluno imaginário Emílio entra em cena com seu preceptor, o próprio Rousseau e tem o intuito de ilustrar, esclarecer e mostrar ao leitor como certa máxima pode ser aplicada na prática, evidenciando-se assim que, de fato, ela é “realizável” e totalmente útil na conduta do educador frente a seu aluno; testas as máximas apresentadas, a fim de se ter a certeza de que são as verdadeiramente adequadas para educar o homem e de dar “provas” da verdade das máximas, especificamente para aqueles que precisarem dessas provas, por não serem evidentes para o leitor ou as que sejam mais importantes.

Relata no Livro III do *Emílio*, onde trata da idade da força, uma história que se passa em uma feira, provavelmente em uma feira livre. A situação que viveu Emílio foi adequada para inúmeras aprendizagens, a princípio o conteúdo de física, mas a principal aprendizagem se deu no campo moral. A seguir, um breve resumo do episódio.

Nesta feira existiam várias atrações, mas uma delas chamou a atenção do jovem aluno. Encontra um prestidigitador, uma espécie de ilusionista. Ele atraía um pato de cera que boiava em uma bacia de água, aparentemente, apenas com um pedaço de pão. O jovem ficou muito surpreso e visivelmente impressionado, pois, nunca tinha visto nada igual. Diferentemente dos jovens de nossos tempos, que ficariam eufóricos e insistiriam para que o “segredo” lhes fosse revelado, “Emílio repousa em sua ignorância até que tenha a oportunidade de sair dela” (ROUSSEAU, 2004, p. 224). Mas esse repouso é interrompido apenas até o momento de chegar a sua casa para tentar desvendar aquele mistério. Tenta imitá-lo. Faz como que uma espécie de laboratório e utilizando os devidos instrumentos: a bacia com água, a agulha imantada, a cera branca que modelara em forma de pato e um anel de chave. Rapidamente se alegrou, pois, conseguiu imitar o feito do homem e não se demorou a retornar à feira e a desafiá-lo. Para qual não foi sua surpresa, o homem aceita o desafio e o jovem consegue fazer com que o pato seguisse o pedaço de pão que trouxera em seu bolso. O público que acompanhava o desafio se enlouquece e o jovem ainda mais, por ser aclamado com palmas. Ele vivera uma experiência sem igual, ainda mais para alguém que era educado de forma doméstica, campestre e quase sem contato social, ser aclamado daquela maneira. Até mesmo o prestidigitador se surpreende, vai cumprimentar o garoto e o convida para repetir o feito no dia seguinte na presença de ainda mais pessoas. Que emoção! Inocente, Emílio convida todos àqueles que ele encontra pelo caminho para verem brilhar novamente a sua glória e mal consegue esperar o amanhecer.

É chegado o grande momento. Ao chegar à feira, o local já está repleto de gente. Ansioso espera os números que o prestidigitador apresentava antes de dar-lhe oportunidade. A oportunidade chegou e ele é chamado a apresentar o número. Decepciona-se, pois, não tivera o sucesso do dia anterior, revoltado, reclama julgando-se enganado. Indignado, desafia o prestidigitador a conseguir a empreitada em que falhara. Para sua surpresa e tristeza, o ilusionista consegue com facilidade atrair o pato com um pedaço de pão. O garoto pensando na certeza de ter sido enganado faz nova tentativa com o mesmo pedaço de pão, novo fracasso. Afasta-se debaixo de fortes vaias do mesmo público que o aplaudira no dia anterior. Para comprovar seu mérito e rebaixar

ainda mais o garoto, o ilusionista obtém o mesmo sucesso, desta vez com o pedaço de pão trago por Emilio. Repete o feito várias vezes obtendo o mesmo sucesso fazendo coisas extraordinárias, até mesmo por comando de voz, sem contato físico, consegue comandar o pato de cera. Em silêncio, retiram-se, aluno e preceptor sem nada entenderem.

No dia seguinte, mais calmo, recebem uma inesperada visita: a do prestidigitador. Sua visita tinha dois propósitos: o primeiro era se queixar do comportamento de ambos no dia anterior. Levou-os a compreender que o sucesso deles seria o fracasso daquele, inclusive financeiro e que profissionais possuem mais habilidades do que amadores. O segundo propósito da visita era revelar-lhes o segredo, que tanto os embaraçara no dia anterior. O aluno e o preceptor agradeceram e se desculparam e para “reparar” de certo modo sua falha, propôs-lhe presentes, o que não foi aceito pelo artista, dizendo “eu cobro por meus truques, não por minhas aulas” (ROUSSEAU, 2004, p. 227). O artista perdoou a inocência do jovem, mas não a omissão do preceptor que deveria tê-lo advertido antes que errasse. Resolvem, pois, retornarem à feira no dia seguinte para acompanhar o número cujo segredo lhes havia sido revelado. Foram bem recebidos pelo artista que além do truque, proporcionou-lhes vários outros ensinamentos. Quais seriam estes ensinamentos? Vejamos.

Apresentado o episódio, tentaremos tirar dele algumas reflexões. Rousseau nos ensina que “os frutos do trabalho do jovem não podem ser armazenados em cofres ou celeiros, mas em seus braços e em sua cabeça” (ROUSSEAU, 2004, p. 213), frente a isso, como criticar radicalmente o aluno “curioso” que quer aprender tendo experiências reais e não se limita aos aprendizados teóricos proporcionados pelos livros? Talvez a primeira dessas reflexões seja que não podemos tirar o mérito de um aluno que fica curioso para aprender algo, que se inquieta até que o aprenda, que pesquisa por conta própria e se recorre à ajuda de quem é mais experiente e sábio; que retorna à situação a fim de demonstrar aquilo que aprendeu. Tão pouco, podemos tirar o mérito de um mestre com uma didática diferenciada e que leva o aluno a se superar, a construir, a resgatar um conhecimento que já possui, de maneira clara, real e útil. Contudo, a análise não pode ser feita apenas por um par de olhos, mas de modo a abarcar a visão de todos os envolvidos neste processo. Até agora, analisamos o lado do aluno e do mestre. Mas e o lado do prestidigitador, e o lado de seu público? Vejamos.

Pela história, verificamos a existência de duas classes antagônicas: ricos e pobres. O aluno representa aqui os ricos e o prestidigitador, os pobres. Se analisarmos

apenas pelo lado intelectual, o aluno teve um comportamento exemplar, que deveria servir de modelo para tantos alunos nos dias atuais. Ele se mostrou interessado não em receber uma boa nota em uma avaliação ou um elogio do mestre, mas o conhecimento por si só. Contudo, não mediu esforços para que este conhecimento fosse alcançado. O que ele fez? Aprendeu química e física, mas deixou um pouco a desejar a ética. Pela sua inocência, não pensou que poderia de alguma forma, prejudicar aquele ilusionista. Este era um homem trabalhador, um comunicador, um artista e adquiria seu sustento por meio de seus truques, sua arte. Era profissional naquilo que fazia. Além de adquirir daquela atividade o seu sustento e de sua família, assumira um compromisso com sua sociedade micro, ou seja, o seu público: diverti-los.

Inicialmente assumiu a postura do filósofo: olhar atento, reflexão, espanto, indignação e tentativa de desvendar o que ignora por meio de pesquisa. Relembrou algumas aulas que já havia tido e enfim, havia descoberto o segredo do prestidigitador. A atitude reflexiva do filósofo deu lugar ao vaidoso descobridor. Ao invés de curvar-se ao artista, quis demonstrar que também o era. Inconscientemente, talvez, almejou reconhecimento, glória, sucesso. “Em meio às palmas, às aclamações da multidão a sua cabeça gira, ele está fora de si ... orgulhoso, meu pequeno naturalista quer falar, mas imediatamente fecho-lhe a boca e o levo embora coberto de elogios” (ROUSSEAU, 2004, p. 225).

Não se preocupou em revelar o segredo daquele artista de rua. Talvez pela inocência, repito, não imaginou que uma vez seu segredo revelado, perderia a fonte de obtenção de seu sustento, como disse o artista, o seu “ganha-pão”. Não pensou em “destruir” a alegria do povo que se divertia com aquela arte e que talvez não tivesse outra fonte de diversão tão próxima e barata quanto aquela.

Poderíamos inicialmente condenar o prestidigitador por ludibriar o público e pela vergonha que fez o garoto passar perante este mesmo público, mas analisando um pouco mais, poderemos concluir que ele apenas se articulou para continuar garantindo o entretenimento de seu público, de preservar o respeito e credibilidade que tinha com eles e, conseqüentemente continuar garantindo o seu sustento. Analisando de forma ainda mais cautelosa a postura do ilusionista, podemos falar que empregou uma postura ética e educativa ao visitar o menino no dia seguinte. A visita foi para repreendê-lo pelo que fez no dia anterior, repreensão esta que poderia ter feito perante o grande público e o envergonharia mais ainda. Ao invés de humilhá-lo, agiu com zelo e levou-os a

entender que aquela era a sua arte e que ele a faria muito melhor do que meros “aprendizes” ou “curiosos”.

Para comprovar a atitude ética, respeitosa e zelosa, o prestidigitador revelou ao aluno e ao mestre como procedera em sua arte, não cobrou pelos ensinamentos e ainda os convidou para acompanhar a próxima exibição. Eles retribuíram a atitude ética assistindo em silêncio ao show e não revelando o segredo a ninguém e “mal ousaram erguer os olhos para ele”.

Concordamos com Francisco (2011) em quatro pontos, chamados também de máximas. O primeiro é que o aprendizado alcançará com mais facilidade os alunos dessa faixa etária quando este é prazeroso, assim tomará gosto pelo modo peculiar de raciocinar e pesquisar a natureza das ciências naturais, pois, as crianças e adolescentes tem um ritmo próprio de aprendizagem. O segundo é que é possível encontrar conteúdos de aprendizagem e aprender não apenas no instante da aula, mas o tempo todo, pois, o aluno atento está sempre a aprender com a vida. O terceiro é que os conteúdos de ensino-aprendizagem devem estar encadeados entre si de maneira lógica e progressiva. E, finalmente, a máxima que defende que numa única situação de ensino-aprendizagem conteúdos de diferentes áreas do conhecimento podem e devem estar presentes para dialogarem e se relacionar. Isso fica evidenciado no episódio ou na cena do prestidigitador, mas nem sempre fica evidenciado nas escolas dos dias de hoje.

Na cena analisada, podemos identificar uma atitude de investigação, própria do filósofo e a proposição dessa atitude investigativa, própria do verdadeiro mestre. Essa metodologia fará com que o discípulo não apenas aprenda a ciência natural, mas também a invente.

A experiência foi muito importante para aquele jovem aprendiz, “quantas lições dentro de uma só!” (ROUSSEAU, 2004, p.228), pois, além de aprender química e física em experiências concretas e não em livros, aprendeu a não ser vaidoso, a valorizar a profissão e o “ganha-pão” dos outros e a respeitar a arte das outras pessoas, aprendeu, enfim, ética.

2.5 Astronomia: a questão da utilidade das coisas

A educação de Emílio será guiada pelo princípio da utilidade e da necessidade, que conduzirá o discípulo ao que é conveniente e bom. Dessa maneira, o método do

preceptor constrói-se por meio da predominância dos objetos sensíveis sobre os objetos intelectuais. O discurso teórico da instrução deve ser substituído pelo exemplo concreto e as representações pelo próprio objeto, pois, é melhor a criança aprender pelas próprias coisas do que pelos signos que representam as coisas. Um exemplo adequado disso foi o processo de experimentação utilizado por Robinson na fabricação de vários objetos e utensílios úteis para sua sobrevivência e adequados para o seu bem-estar. Aprender apenas o que é útil significa, no romance de Defoe, literalmente, aprender o que é necessário para a sobrevivência.

Rousseau nos apresentou a importância da experiência no aprendizado das coisas e quer continuar a nos ensinar. Os instrumentos são importantes para nos auxiliar a buscar tais conhecimentos, mas o desagrada quando “entram em nossas vidas sem pedir licença”, de forma abrupta, antes de surgir a real necessidade, fruto da experiência. Entendemos isso quando diz “quero que nós mesmos façamos as nossas máquinas, e não quero começar fazendo o instrumento antes da experiência... prefiro que nossos instrumentos não sejam tão perfeitos e tão exatos...” (ROUSSEAU, 2004, p. 230), mas que sejam adequados à sua necessidade e vivência. Cita como exemplos o termômetro, mas antes percebeu que os corpos encolhem-se no frio e dilatam no calor; o barômetro, mas antes percebeu que quando estamos deitados na banheira, sentimos nosso braço muito pesado quando o levantamos horizontalmente para fora da água; na primeira aula de estática, utilizou um bastão ao invés de uma balança; assim como estes, outros instrumentos como o sifão, as zarabatanas, a máquina pneumática também possuem a sua importância, mas jamais podemos nos esquecer de que todas as leis da estática e da hidrostática, hoje fundamentadas e teorizadas, podem ser encontradas através de experiências simples e grosseiras e não permitir que “o ar científico” e todas as suas ferramentas sejam mais importante que a ciência.

O filósofo genebrino defende que as crianças aprendem mais quando aprendem por elas mesmas e tornam-se mais engenhosas descobrindo as relações entre as coisas que aprendeu. Valoriza os estudos teóricos, mas tais estudos serão muito mais aproveitados aliados ao trabalho útil à sociedade e afirma que “a mais visível vantagem dessas pesquisas lentas e laboriosas é manter, em meio aos estudos especulativos, o corpo em atividade, os membros em sua agilidade, e educar continuamente as mãos para o trabalho e para os usos úteis ao homem” (ROUSSEAU, 2004, p. 230). Para ele, as crianças devem ser levadas com muita cautela aos estudos especulativos somente depois

de ter experiência com as próprias coisas e saber diferenciar o que é útil do que não é. E ainda nos faz refletir: quais são os benefícios que teríamos se alguém fizer tudo para nós por toda a vida e ao final dela descobrirmos que perdemos as forças de nossos membros? Além de nos levar a várias reflexões, Rousseau também nos faz um importante alerta em relação à utilidade. É importante que os adultos saibam o que é útil às crianças, mas não é interessante e muito menos, importante, que as crianças saibam tudo o que os adultos precisam saber. Certamente, isso lhe causaria mais prejuízos do que benefícios.

Para que serve isso? Eis uma pergunta muito comum, principalmente – não exclusivamente – entre as crianças. O filósofo John Locke, um dos maiores expoentes do empirismo, em seu livro *Ensaio acerca do entendimento Humano*, de 1690, defendeu o argumento de que ao nascer, a mente do homem era como que uma “tábula rasa”, um “papel em branco”, que, por meio da experiência sensorial, vão sendo, gradativamente, gravadas as ideias. Tomando por referência esse modo de conceber o homem, compreendemos perfeitamente o sentido da pergunta que inicia este parágrafo. Perguntas como: onde? Quando? Por quê? Como? São perguntas práticas, simples e diretas de se obter conhecimentos. Contudo, a pergunta *Para que serve isso?* É um pouco mais complexa, pois, se refere à utilidade de determinados objetos. Inicialmente, a pergunta é proposta pelo preceptor ao aluno, para que este, ao estilo socrático, analise antes de perguntar. Mas rapidamente foi incorporada ao repertório infantil, fazendo-a indiscriminadamente.

Segundo o *Grande Dicionário Sacconi*, versão eletrônica, a palavra utilidade significa 1. *Qualidade, estado ou condição de ser útil; serventia; proveito: a utilidade de uma medida; sempre tive dúvidas acerca da utilidade dessas CPIs; a utilidade dos computadores na vida moderna é inquestionável.* 2. *Objeto ou coisa útil: as utilidades domésticas.* 4 s.sc.(a) 3.Fig. *Pessoa útil: um político desses é uma utilidade para o establishment.* 2 Do latim *utilitas*, de *utilis* = *útil*. Atualmente, vivemos em uma sociedade capitalista e utilitarista, que se importa, por vezes, muito mais com o “ter” do que com o “ser”; mais com o “para que serve?” do que com o “o que é?”. Muitas pessoas só fazem determinadas coisas se encontrarem naquilo algo que lhes dê um retorno ou um bem estar imediato, seja ele financeiro ou de outra ordem. Investimentos a médio e longo prazos estão sendo cada vez mais deixados de lado.

Os efeitos desastrosos desse sistema utilitarista, não são exclusivos dos adultos, mas se propagaram rapidamente entre os jovens, passando pelos adolescentes até chegar às crianças. Emilio foi educado de acordo com os moldes da natureza, também para se livrar desse contágio, mas as paixões certamente alcançarão a todos, até o Emílio. Não defendemos aqui a posição que as paixões são ruins ou devem ser evitadas, certamente essa não é nossa defesa, inclusive o próprio Rousseau desconfia que aquele que não as tem, não seria um bom cidadão e ainda que as paixões exercem o papel de principal instrumento de nossa conservação. Muitas pessoas, inclusive, por talvez não encontrarem um prazer imediatista nos estudos, não conseguem encontrar uma justificativa para cursarem uma faculdade, por exemplo, e por vezes, nem mesmo uma escola de nível fundamental primário, ou seja, o básico para o ser humano se alfabetizar. E com frequência à frente da mínima dificuldade que seja já repetem a mesma pergunta: *Para que serve isso?* Seguida de várias outras indagações: “Em que precisarei deste ou daquele conteúdo em minha vida profissional futura? Esses ensinamentos vão me servir algum dia para alguma coisa? Qual a utilidade disso para minha vida?” Se elas não encontrarem boas e convincentes respostas para suas perguntas, facilmente se desmotivam e o seu rendimento cai drasticamente. E dessa realidade, nem mesmo alguém educado como o Emilio escapará: “Mas o nosso Emilio... quando ouvir a primeira palavra que não entender, irá embora, brincar no quarto, deixando-me a arengar sozinho”. (ROUSSEAU, 2004, p. 237).

Em uma sociedade formada por uma geração que nasceu imersa a infíndáveis recursos tecnológicos, acostumada a realizar várias atividades simultaneamente, chega a ser quase que um pecado pensar em “perder tempo”. A educação negativa – que defende que a demora não é perda de tempo, mas ao contrário, é um ganho – seria um castigo para essa geração. Cabe aqui um comentário particular verificado em nossa sociedade por meio de nossa experiência. Se um jovem contemporâneo ao longo do dia tem apenas uma simples atividade a ser realizada, ele deseja realizá-la o mais rápido possível para não “perder tempo”, mesmo que no restante do dia ele não tenha nenhuma outra atividade a realizar. A questão da utilidade tornou-se crucial em nosso meio. No entanto, é preciso ter bom senso para nos manter equilibrados em relação àquilo que chamamos utilidade. Afinal, nem tudo o que fizermos, terá uma utilidade imediata. No caso da escola, citado acima, nem tudo aquilo que uma criança aprende na escola hoje, terá uma utilidade imediata. Umás serão mais fáceis de serem visualizadas: aprender a

ler e a escrever, por exemplo: a criança que aprende a ler hoje, mal espera chegar em sua casa para ler para os pais. Já outros aprendizados, o aluno terá oportunidade de utilizá-los somente depois de um determinado tempo. É o caso da Filosofia, que terá utilidade sim, mas talvez não de imediato. Isso para a criança é terrível ao ponto de não fazer sentido e como muitos não querem “perder tempo”, não se interessam por inúmeras novidades apresentadas pela vida. Contudo, o filósofo nos orienta a ensinar às crianças apenas aquilo que elas percebam imediatamente a sua utilidade.

Devemos, pois, ensinar as coisas às pessoas, mas tais ensinamentos devem ser de acordo com o nível de entendimento de cada uma. Qual a justificativa de ensinar um adulto a caminhar? Isso ele já faz há décadas. Ao contrário, uma criança sempre se encanta ao aprendê-lo, pois, para ela é uma grande novidade. Da mesma maneira, qual a justificativa de ensinar uma criança a dirigir veículo automotivo? Ainda não é o tempo oportuno, isso causaria a ela e também à sociedade, mais prejuízos do que benefícios. Uma vez que não há como “fugir” da utilidade, o ideal é ensinar à criança aquilo que é útil para a sua idade, nada mais. Para que ensinar algo para a criança, de uma idade que talvez ela jamais alcance?

“Os maiores riscos vida estão em seu começo; quanto menos tiverdes vivido, menos devemos esperar viver. Das crianças que nascem no máximo a metade chega à adolescência, e provável que vosso aluno não alcance a maturidade (ROUSSEAU, 2004, p. 72).

Dessa maneira sim, podemos dizer que é uma perda de tempo. Para evitar esses equívocos, é que surge a necessidade de ensinar ao aluno, aquilo que ele quer aprender, o que enxerga ter um proveito, um benefício, uma relação com o seu bem estar próprio. Quando o preceptor conseguir dar ao seu aluno uma ideia da palavra útil, terá mais um grande meio para educá-lo.

Para ilustrar, Rousseau apresenta no Emilio, uma situação onde isso fica claro. É a passagem que o preceptor ministra aulas de astronomia – uma das mais antigas ciências naturais que estuda corpos celestes – quando de repente é interrompido pela pergunta: *para que serve isso?* Bom, podemos supor que o conteúdo não lhe era interessante naquele momento, pois, se fosse, não teria feito tal constrangedora pergunta. O preceptor entendera que com jovens, adolescentes e crianças, longos discursos se fazem cansativos, logo, não prendem a atenção dos ouvintes por muito tempo, tornando o ensinamento improdutivo. Também, que o preceptor não deve propor o que o aluno deve aprender, mas sim, este deve desejá-lo por si mesmo. Desse modo,

ao invés de prosseguir com a aula, inverte totalmente a didática, propondo-lhe refletir até o dia seguinte sobre a pertinência de tratarem daquele tema, pois, afinal, se existiam inúmeros outros ensinamentos divertidos e úteis, para que “perder tempo” com ensinamentos inúteis? Convida-o para um passeio na floresta antes do almoço.

Pois bem, saíram no dia seguinte para o tão esperado passeio na floresta. Certamente os alunos apreciam este tipo de atividade, pois, antes de serem estudantes, são apenas crianças e estas estão sempre prontas para correr e se divertir. Andaram bastante e por volta do meio dia, no momento oportuno de regressarem para casa, verificaram que estavam “perdidos”. Na realidade não estavam, pois, estavam bem em frente à Montmorency, atrás somente de alguns arbustos, mas o preceptor fez que sim para ensiná-lo não na teoria, mas na prática. Ele estava apenas “jogando” com o menino e o fez acreditar que estava sendo sincero, simulando muito bem. Com o passar do tempo, a brincadeira ficou sem graça; o calor, o suor, a fome, o cansaço físico, a sensação de estar perdido e a imensa vontade de regressar ao lar, fizeram com que o tão agradável passeio se transformasse em um verdadeiro pesadelo. O que fazer? Perguntalhe o preceptor. Ele não só não sabe, mas como também começa a se desesperar e a chorar, afinal, era apenas uma criança. O preceptor o leva a compreender que o choro não seria capaz de tirá-los daquela situação, mas a astronomia sim. Conversando “inocentemente”, o leva a lembrar a lição – mesmo que incompleta – do dia anterior e acaba por despertar o menino a refletir, a fim de descobrir o caminho. Feito! Tática perfeita, didática adequada, objetivo alcançado! Enfim, o menino conseguiu por meio de sua reflexão, associação e lembrança das lições teóricas, associar com a prática e com êxito, encontrar o caminho de volta para casa. Nesse momento aprendeu a “utilidade” da astronomia, quando diz “a astronomia serve para alguma coisa” (ROUSSEAU, 2004, p. 240). Quando a criança aprende na prática, o conhecimento adquirido pode perdurar por toda a vida, ao passo que, somente na teoria, em poucos dias, o conhecimento é esquecido. O ideal é “falar” por meio de ações e aproveitar o desejo do aluno querer aprender espontaneamente e “falar” por meio de palavras somente em último caso.

Existem muitas coisas a serem ensinadas às crianças, e estas estão sedentas por aprendê-las. Contudo, devemos observar o modo mais eficaz para essa aprendizagem. Falta por vezes aos preceptores, aquilo que não pode faltar jamais: o bom senso, o mais universal instrumento do homem. Utilizando-o, teremos condições de ensinar coisas que as crianças consideram pertinentes aprender; coisas que lhes causam bem estar. Quando

conseguem discernir o que lhes convém e o que não lhes convém, terão a capacidade de separar aquilo que chamarão de trabalho daquilo que chamarão de diversão. Ao sair para passear na floresta, foi se divertir; mas para encontrar o caminho de volta se viu envolvido na necessidade de trabalhar. Assim, a necessidade nasce como uma lei. O aluno aprenderá que na vida, mais cedo ou mais tarde, que obrigatoriamente necessitará fazer algo que o incomoda para que no futuro não surja algo que o incomode ainda mais. A missão do preceptor é fazer com que a criança compreenda por si só que determinadas coisas são importantes para ela. No entanto, apenas falar é muito pouco, pois, não que elas simplesmente não acreditem, mas de fato, não possuem ainda condições de tal compreensão. Podemos constatar que os verdadeiros mestres são a experiência e o sentimento. Aquele que deseja que elas compreendam todas as coisas apenas teoricamente incide em um grave e determinante erro.

Verificaremos que apenas os objetos físicos podem interessar as crianças. O desejo de aprender algo hoje para utilizá-lo no futuro não lhes é em nada atraente. Os conhecimentos que aprendem hoje querem utilizá-los agora, imediatamente. Se fosse o contrário, o menino Emilio não teria passado por tantas dificuldades ao se “perder” na floresta.

Rousseau quis proporcionar, aos preceptores e aos leitores do *Emílio*, valiosos ensinamentos, além dos morais, vários outros. Se pudéssemos resumi-los, os faríamos em duas palavras: utilidade e experiência. Principalmente crianças e adolescentes não valorizam aquilo que não veem utilidade imediata, não conseguem enxergar, por exemplo, a importância de ensinamentos que só utilizarão dentro de três ou quatro anos, se não em mais. Podemos concluir também que a educação moral é um artifício indispensável na constituição de um sujeito moral e que Rousseau privilegiou ao educá-lo, a experiência em detrimento dos livros. Destacou que com livros, a criança apenas aprende palavras, não a “ler o mundo”. Essa leitura mais ampla, somente advém por meio da experiência, logo, aprenderá na prática e verificará que em um diálogo apenas será capaz de aprender mais da vida do que em um ano de leitura. Rousseau rejeitará o que chamou de “filosofia de gabinete” e oferecerá ao seu aluno, experiências concretas da vida real; seu gabinete é o mundo inteiro.

Não me canso de dizer: colocai todas as lições dos jovens em ação e não em discursos; nada aprendam pelos livros daquilo que a experiência possa ensinar-lhes... Todos os preceitos da retórica parecem apenas palavrorio para quem não percebe o proveito de seu emprego (ROUSSEAU, 2004, p. 350).

Gostaríamos na sequência de tratar também de importantes temas de Rousseau e nos propomos a discorrer sobre o amor de si e amor próprio, consciência e educação religiosa por meio da análise do intertexto *Profissão de fé do Vigário de Saboia*.

2.6 Amor de si e amor próprio.

Para que se forme o homem raro, é necessário que a educação perpassasse por toda a vida do indivíduo. Para Rousseau no momento em que esse indivíduo deixa a infância, é como se ele nascesse novamente, só que agora, para a verdadeira vida. Nessa “verdadeira vida”, o indivíduo se deparará com as paixões, que são inevitáveis, inclusive, o reinado da natureza se sustenta por elas e se relacionam com o ser cidadão do homem. É necessário observar que as paixões foram dadas ao homem pela natureza como principal instrumento de sua conservação, por isso, aquelas que nos subjagam e nos destroem não advém da natureza, mas de outra parte. Elas surgem das necessidades humanas e quanto mais se aprende e se conhece o mundo, mais elas aumentam. Segundo Rousseau, as paixões são tão importantes e decisivas na vida do ser humano que seria “uma tentativa tão vã quanto ridícula querer destruí-las; é governar a natureza, é reformar a obra de Deus” (ROUSSEAU, 2004, p. 287), logo, aqueles que concluíram que Rousseau é contra tais paixões, certamente estavam equivocados. Destacamos neste momento, apenas duas, uma que faz analogia ao homem natural e outra que faz analogia ao homem civil. Trata-se do amor de si e o amor próprio, respectivamente. Vejamos.

O amor de si é anterior a todas as outras paixões, ela é natural do ser humano, primitiva e inata, ou seja, paixão terna e afetuosa, naturalmente boa que nasce com o homem. Como está ligada a conservação de sua vida, ela perdurará para sempre. Esta paixão está em conformidade com a ordem e com a bondade; só considera a nós e nossas necessidades, como que em um instinto de autopreservação, inclusive se confunde com o estado natural e impera no estado selvagem do homem; ela ignora a diferença com o outro, levando-se em conta apenas o eu. Este é o primeiro sentimento da criança, uma inclinação para o bem, pois, quando se ama a si mesmo, só se deseja o que se precisa. Em síntese, podemos afirmar que o amor de si é um sentimento natural que leva todo animal a zelar pela própria preservação; uma inclinação natural para a benevolência e a criança se manterá nesse sentimento até o momento em que tudo

“conspira” a seu favor. Quando essa realidade começa a se modificar, quando suas necessidades e relações sociais se ampliam, despertando seus deveres e preferências, ela certamente se transformará, correndo o risco de nem ser mais reconhecida. Neste contexto aparece também a piedade como um sentimento de comiseração, empatia, sensibilizar-se com a dor do outro, enquanto o amor de si é um sentimento de autopreservação.

Até aqui, só se apresentou fatores positivos em relação a essa paixão, chamada amor de si. No entanto, o amor de si também faz nascer paixões não proveitosas, como o amor próprio, o que veremos a seguir.

O amor de si, que só a nós mesmos considera, fica contente quando nossas verdadeiras necessidades são satisfeitas, mas o amor-próprio, que se compara, nunca está contente nem poderia estar, pois, esses sentimentos, preferindo-nos a eles, o que é impossível. Eis como as paixões doces e afetuosas nascem do amor de si, e como as paixões odientas e irascíveis nascem do amor-próprio. (ROUSSEAU, 2004, p. 289).

Como já falado anteriormente, o amor próprio faz uma analogia ao homem civil e é a modificação do amor de si. Esta paixão não se manifesta no estado natural, ela vem de fora e apresenta-se tardiamente no homem, constituído pela reflexão. Ela surge com nossas necessidades que são fortalecidas pela razão. Esta paixão se constitui como um entrave na construção autêntica do indivíduo e impede a construção de sua identidade própria. Apesar de ser um instrumento útil, o amor próprio é perigoso e traiçoeiro, pois, com frequência fere quem o ajuda e o bem que faz é seguido de um mal. É considerada uma paixão odienta que surge exclusivamente devido a um fator: a socialização com outros homens. Para Rousseau, o homem é bom por natureza, mas o que modifica esta situação, ou seja, o corrompe, é justamente o seu contato com os outros homens. Inegavelmente, o processo civilizatório traz inúmeros benefícios para toda a sociedade, no entanto, em relação a esta paixão, quanto mais civilizado se torna o homem, mais sente amor próprio e mais se torna egoísta e quer se comparar aos outros e essa comparação leva ao desejo de sempre atingir o primeiro lugar.

Como a comparação é inevitável àquele que se entrega ao amor próprio, o adulto preceptor deve ser sábio ao indicar o caminho correto a seu discípulo. Rousseau ilustra essa situação, apresentando o exemplo dos jovens que acabam de sair da primeira educação. Se conhecerem em primeiro lugar a vida dos ricos, ao invés de se encantar-se,

certamente se revoltará pelo fato de não viver a mesma vida prazerosa e luxuosa, logo, não é recomendável expor a pompa das cortes e o luxo dos palácios; ao contrário, se começar por conhecer a vidas dos pobres, mesmo que aparentemente se sinta insatisfeito e apresente piedade, no seu interior sentirá alegria, satisfação e alívio de não precisar passar por aquele infortúnio. Certamente serão mais felizes quando compreenderem que os homens não nascem nobres ou reis, cortesãos ou ricos; mas pobres e nus e isso só compreenderão após seu “novo nascimento”. Em síntese, podemos afirmar que o amor próprio é um sentimento relativo, artificial e nascido na sociedade, que leva cada indivíduo a dar mais importância a si do que a qualquer outro.

Para Rousseau, com o surgimento da sociedade, surge também inevitavelmente o amor próprio. É o processo de socialização que corrompe e deprava o indivíduo, contribuindo assim com a formação de um caráter maldoso no homem. No *Emílio*, este grave problema poderia ser resolvido pela educação. Nesta obra, Rousseau alega que além do amor de si, podem surgir outras paixões, não naturais, mas igualmente boas como a solidariedade, a compaixão, a humildade, a caridade, dentre outras, e essas só nascem da socialização com os outros homens. Por isso é que não se pode desconsiderar o amor próprio por completo e só o ver como negativo, pois, afinal de contas nasce de uma reflexão, pois, ele contribui para a formação de um caráter digno e solidário.

Talvez, para Rousseau, o amor próprio assume essa característica devido ao recurso da educação. Assim, o amor próprio só será negativo dependendo do uso que o homem fizer dele. Seria o momento ideal de se aplicar a educação negativa – como já apresentada acima – que, segundo o genebrino, consiste em não ensinar virtudes ou verdade às crianças até os doze anos, apenas evitar que os erros ou preconceitos lhe tomem o espírito e, os vícios, o coração. Se esta educação atingir esse objetivo, já terá feito muito pela virtude dos homens. O certo é que a socialização, inevitavelmente gera novas necessidades, muito diferentes das necessidades naturais (voltadas à conservação do homem – o amor de si mesmo). Quanto mais socializado, mais se afasta do amor de si e se aproxima do seu contrário, o amor próprio (núcleo das necessidades artificiais e fictícias), sua satisfação é alcançada mediante a comparação com os outros.

Poderíamos nos perguntar: seria as paixões a causa da força ou da fraqueza do homem? Como saber se o homem é bom ou mal, fraco ou forte? Rousseau nos responde logo no início do Livro III do *Emílio*. Segundo o genebrino, a fraqueza do homem vem

da desigualdade entre a sua força e seus desejos. As paixões os tornam fracos, pois, para satisfazê-las, precisam de mais força do que a natureza lhes deu. Se os desejos diminuem, naturalmente as forças aumentam. Quem pode mais do que deseja é considerado forte. Quando a criança se aproxima dos doze anos as forças se desenvolvem mais rápido do que as necessidades, está cercado o tempo todo de tudo o que necessita; a necessidade imaginária não o atormenta e os seus desejos são facilmente alcançados por seus braços. Segundo Rousseau, é o único tempo da vida que isso ocorrerá. Podemos constatar que em nossa sociedade atual essa realidade não se apresenta mais, pois, os jovens criaram necessidades que ultrapassam em muito as suas forças e suas capacidades. Com isso, podemos considerar que o ser humano nunca se contenta com aquilo que tem ou é, pois, suas necessidades sempre exageradas nunca o contemplarão por completo.

Para ilustrar, Rousseau traz a figura da dualidade campo-cidade. O campo representa o homem natural, neste sentido, é o amor de si que determina as ações do indivíduo; os desejos são equilibrados com as faculdades. Em relação às crianças e jovens são habituados a desejar menos, pois, como estão imersos em uma realidade de simplicidade e subsistência, não são suficientemente estimulados. Logo, tornam-se pessoas fortes em relação aos desejos, conseqüentemente pessoas boas, pois, são satisfeitas com aquilo que possuem. Em relação aos adultos, também são fortes, pois, vivem praticamente para conseguirem o necessário para o seu sustento e o de sua família. Desse modo equilibram os desejos e as faculdades. Ao contrário, a cidade representa o homem civil, neste sentido, o amor próprio é o mais presente, o que leva a desestabilizar o equilíbrio, fazendo com que os desejos se sobreponham às faculdades. As crianças e os jovens são estimulados a desejar cada vez mais – lembra-nos muito nossa realidade atual pautada no consumismo exagerado. Essa situação transforma-as em pessoas más, devido ao fato, de considerarem que a vida não lhes deu tudo o que desejaram possuir. De igual modo, os adultos se apresentam fracos devido aos desejos que possuem em relação aos bens materiais, característico do amor próprio. Podemos facilmente verificar essa situação em nossa sociedade atual: pessoas que possuem tantas roupas, a ponto de elas ficarem velhas sem ao menos ter sido utilizadas uma única vez; pessoas que trocam de carro ou de telefone móvel não por necessidade, mas para acompanhar um modismo ou satisfazer um desejo pessoal; dentre vários outros exemplos.

No entanto, é necessário destacar que os dois tipos de “amores” citados até aqui não são os únicos, resta ainda o principal, o amor à pátria, que será abordado no último capítulo deste trabalho.

2.7 Consciência, consciência!

“Se este fosse o lugar, tentaria mostrar como dos primeiros movimentos do coração erguem-se as primeiras vozes da consciência” (ROUSSEAU, 2004, p. 323). Entendemos sim que este é o lugar e o momento adequado para ouvirmos suas vozes. A palavra consciência é muito utilizada em nossa sociedade e de várias maneiras: consciência ambiental, política, social, dentre várias outras. Seria nesse sentido que Rousseau tratará desse tema?

Como vimos acima, a moral independe dos livros e dos colégios, aliás, o que eles podem fazer é contribuir para a sua degeneração. Ao contrário, a moral está inserida na consciência e segundo Rousseau, existi uma moral inata que guia o ser humano em suas ações e está inserida na consciência, que no *Emílio*, o genebrino a definiu como princípio inato de justiça e virtude. Para ele, a consciência tem uma fundamental importância, a ponto de ser a responsável por distinguir os homens dos animais. Até aqui, muitos filósofos consideravam que era a razão a responsável por tal distinção, no entanto, Rousseau alega que a razão não é capaz de levar os homens à virtude e à felicidade e se ela por vezes induz ao engano, é possível recusá-la. Nesse caso, os homens deverão se recorrer à consciência, que por ser o verdadeiro guia do homem, jamais o enganará.

Rousseau chega a “endeusar” a consciência, dizendo que ela é um instinto divino e infalível e se é divino, sua voz celeste e imortal sempre será o guia seguro dos seres limitados e ignorantes. Em *Júlia ou a Nova Heloísa*, Rousseau, na carta XVIII da segunda parte, também apresenta o mesmo argumento pela boca de Júlia: “Muitas vezes senti-me errada em meus raciocínios, nunca nos impulsos secretos que nos inspiram e isto faz com que eu tenha maior confiança em meu instinto do que em minha razão” (ROUSSEAU, 1994, p. 232-233). Logo, verificamos que razão é diferente de consciência. Sócrates, por exemplo, só conseguiria encontrar virtude na razão; e segundo Rousseau, se o gênero humano dependesse disso para sobreviver,

provavelmente já não mais existiria, logo, não podemos nos apoiar exclusivamente no uso da razão.

Rousseau trava um debate com os filósofos acerca da consciência. Para ele, a consciência não é fruto do hábito ou dos preconceitos sociais, mas ao contrário, é de origem inata. Já para seus adversários, a consciência não é inata, mas formada pela cultura, logo, não há como atribuir-lhe valores universais, somente históricos. Rousseau os critica porque alegando que a história em geral é defeituosa por só registrar fatos sensíveis, mas nunca as causas. Aponta valores positivos à consciência e não é pelo simples fato de alguns povos não praticarem tais valores que a consciência perderia sua universalidade. Ao analisarem o problema da consciência, os filósofos incorreram em dois erros fundamentais: o primeiro foi o de confundir e analisar o homem em seu estado momentâneo atual (como está) ao invés de analisá-lo em seu estado permanente (como ele é de fato); o segundo erro foi atribuir ao homem em estado de natureza, paixões que só poderiam surgir no estado civil. Isso é porque, como já sabemos, “o homem é naturalmente bom” e apresenta apenas sentimentos inatos, tais quais o amor de si, desejo de bem-estar, dentre outros. Já as paixões, criam necessidades no homem e os levam a associar-se, o que os tornam dependentes uns dos outros. Essa associação faz com que se relacionem com o outro, mas também consigo mesmo. Isso faz com que se estabeleça um sistema moral e desse sistema, surge a consciência.

Não significa que, pelo fato de a razão ser diferente da consciência que elas não se relacionam, ao contrário. O desenvolvimento das paixões e da razão são pré-requisitos para o desenvolvimento da consciência no ser. Nessa relação, a razão faz o homem conhecer o bem, mas somente a consciência é capaz de fazer o homem amá-lo. Para ilustrarmos essa relação, resgatamos um tipo de “consciência” presente em nossa sociedade e que evidenciamos no início desse tópico: a consciência ambiental. Assim, a razão faz o homem conhecer as ações ambientais e depois de conhecê-las, a consciência os faz amá-las, logo, podemos dizer que aquele determinado indivíduo possui uma “consciência ambiental”.

Destacamos neste momento, a relação que Maruyama (2001) faz da consciência com a vontade geral. Segundo ela, é por meio de sua consciência que o homem se torna capaz de reconhecer no outro o seu semelhante, de generalizar seus interesses particulares e estender os objetos de sua vontade a todos os homens, ou, mais

particularmente, aos seus concidadãos. É a consciência moral do indivíduo que permite que ele seja capaz de impor a si mesmo as leis e obrigações da vida política, ou, por assim dizer, é a consciência moral que confere ao indivíduo que integra uma nação particular a responsabilidade política. Mas essa consciência moral, tal como é descrita no *Emílio*, “um sentimento natural”, uma espécie de “voz da natureza” no homem, deixará de ser ouvida para dar lugar quando for efetuado o pacto e será a voz da vontade geral que se fará ouvir, voz que não mais se situa no plano natural.

No *Emílio* verificaremos a importância da moral para a felicidade e que as relações entre os homens não dependem exclusivamente da razão por dois motivos: o primeiro é que no estado natural, os homens possuíam apenas necessidades básicas para a sua sobrevivência, logo, não necessitavam se relacionar uns com os outros. O segundo é que a consciência deve mais aos sentimentos do que a razão. Isso se dá pelo fato de que, no estado de natureza, a razão afirmar que o homem é independente porque estando suas necessidades ao “alcance do braço”, não dependerá de ninguém; ao passo que os sentimentos faz com que os desejos ultrapassem as necessidades, obrigando-os a associarem-se, formando assim o sistema moral, surgindo a consciência. A razão não é o principal meio pelo qual se adquire a moralidade e só existe moralidade no homem quando este se encontra no estado civil.

Rousseau trata da relação razão-consciência também no segundo *Discurso*, alegando que nossos deveres para com os outros não são determinados pela razão, mas pelos sentimentos – por isso é que ele defende no *Contrato Social* que os laços afetivos colaboram para a solidez dos estados menores – logo, o homem não precisa ser filósofo para ser um bom cidadão. No *Emílio*, Rousseau, pela boca do Vigário de Saboia, repete o mesmo raciocínio, ou seja, o homem não precisa ser filósofo e nem se pautar por aquilo que chamou de “pavorosos sistemas filosóficos” para conceber o mundo, desse modo, a consciência também se constitui um guia muito mais eficaz e seguro para julgar do que a razão. “Não são os filósofos que melhor conhecem os homens; eles só veem através dos preconceitos da Filosofia... um selvagem julga-nos de modo mais sadio do que um filósofo” (ROUSSEAU, 2004, p. 338). Parafraseando Karl Marx, segundo Rousseau “os filósofos não têm feito outra coisa senão interpretar a *virtude* de diferentes maneiras, cabe agora, *vivê-la*”. Rousseau critica assim novamente a cultura letrada educada por meio dos livros, justificando que onde a cultura é letrada, os costumes são corrompidos e isso ele constatou verdadeiramente na prática por meio de suas viagens,

ao passo que nos ambientes rurais reinava a ordem e os bons costumes. Quando o indivíduo é guiado por sua consciência é capaz de suportar habilmente os desgostos inevitáveis da sociedade, assim como suportou o garoto Emilio em várias ocasiões.

2.8 Educação religiosa: Profissão de fé do Vigário Saboiano

Como havíamos anteriormente proposto, concluiremos este segundo capítulo tratando da educação religiosa por meio da análise do intertexto *Profissão de fé do Vigário de Saboia*. Dos vários temas e tipos de educação, a educação religiosa não poderia ser ignorada, uma vez que em sua sociedade, grande parte das pessoas era adepta de alguma religião. O próprio Rousseau teve experiência tanto na religião protestante quanto na católica. A partir desta experiência, obteve condições de conhecer e tratar de ambas. Suas concepções religiosas eram diferentes de muitos de sua época e devido a esse modo diferente de conceber as coisas, foi duramente criticado e perseguido. Um dos motivos diretos pelos quais foi duramente perseguido é que, ao apresentar a sua defesa do não ensino de religião às crianças, afirmou que “toda criança que crê em Deus é necessariamente idólatra” (ROUSSEAU, 2004, p. 358). Certamente, essa afirmação despertou a ira de muitos, inclusive a do arcebispo de Paris. Em resposta a essas perseguições, originaram-se duas obras defendendo-se; sobre as acusações em Paris, redigiu a *Carta a Chistophe de Beaumont*, e em relação às acusações em Genebra, redigiu as *Cartas escritas da Montanha*.

Apresentamos no primeiro capítulo, um autor extremamente confiante na eficácia da educação, principalmente a das crianças. É por isso que o tema educação está presente na maioria de seus escritos. No entanto, apesar de ele crer em Deus, ser cristão e possuir uma religião, é contrário ao ensino de religião para crianças. O motivo é simples: até aqui defendeu a necessidade de a criança aprender com a experiência, por isso é que criticou severamente a educação livresca. Deus existe, mas não é possível comprovar a sua existência de modo sensível, apenas seria possível transmitir a ideia de Deus que, além de ser muito abstrata, não é esse o objetivo. Assim, como ensinar algo que não se aprenderia por meio desse adequado “guia” denominado “experiência”? Se as ensinarem por outros meios, os resultados serão vazios, pois, mesmo as infundáveis palavras não fariam o menor sentido para as crianças, pois, a natureza ainda não as preparou para tal compreensão. Por essa razão, o garoto Emilio atravessou a primeira

infância sem lhe falarem de religião. Antes, segundo o preceptor, demorar saber algo sobre, mas aprender corretamente e educar um crente do que aprender precocemente algo errado, formando um fanático. O sentido do aprendizado aparecerá aproximadamente aos dezesseis anos de idade, por já estar apto a compreender as questões ligadas à religião, tanto em sua razão quanto em seu coração. Nessa idade, não significa que está totalmente preparado para essas questões religiosas, logo, deve-se iniciar pelas questões morais, àquelas ligadas ao fazer sempre o bem aos seus semelhantes e gradativamente adentrar nas misteriosas questões dogmáticas.

Rousseau enxerga nos dogmas, ensinamentos contraditórios. Por exemplo, o dogma *é preciso crer em Deus para ser salvo*, fácil é reconhecer nele o ápice da intolerância e causa de vãs educações que dão um golpe moral na razão humana, acostumando-a a contentar-se com palavras. Na verdade, todos os cristãos querem a salvação eterna, mas se para conquistá-la basta proferir certas palavras, fácil seria alcançar o céu. Como condenar uma criança que não compreende o que fala e se fala, é porque alguém a ensinou a falar daquela maneira? Se a ensinarem que Deus é bom, falará que Ele é bom; mas se a ensinarem o contrário, certamente falará o contrário sem medo de incorrer em erro. Outro questionamento é em relação à “geografia da salvação”: incoerente pensar que se a criança nasce em um lugar está salva e se nasce em outro está condenada. Há também casos em que é possível ser salvo sem crer em Deus. Acredita-se que as crianças que morrem antes da idade da razão alcançarão a felicidade eterna e também os que por motivos de doença não são suficientemente competentes para conhecer ou reconhecer os conceitos de divindade ou mesmo salvação. Os católicos acreditam que elas a alcançarão após o batismo, mesmo sem nem ter ouvido falar em Deus. Para concluir a temática da idade, segundo Rousseau, antes dos dezesseis, a criança que diz acreditar em Deus, na realidade, acredita é em quem disse a ela que existe Deus, pois, de Deus ela só conhece o nome.

Em relação à sua crença, Rousseau se declarava cristão da religião natural ou racional, que surge em oposição às religiões reveladas. Para ele, as revelações não são mais que paixões humanas e mais degradam à Deus do que o contrário. O filósofo genebrino não consegue conceber a ideia de um Deus que ao criar o homem lhe presenteia com a razão e o impede de utilizá-la. Ele é adepto do modelo teísta (aqueles que acreditam que Deus é o único responsável pela criação do mundo), diferente daquele Deus da razão dos deístas (filósofos que aceitam a ação divina na criação do

mundo, contudo, não por revelação de Deus, mas por uma concepção racional de Divindade, uma percepção que parte do conhecimento das leis que regem a vida e a natureza), da qual a religião faz parte da natureza humana e que Deus era o “arquiteto” do universo. Revela ao arcebispo que sua fé fundamentada no Evangelho exclusivamente em Cristo. Tal afirmação revela sua severa crítica ao Catolicismo alegando que confia e crê em Cristo, não nos padres. Neste contexto é feita uma reflexão: como acreditar que, em sua infinita misericórdia, Deus escolheu e se revelou para um povo em especial em detrimento dos outros? Para os deístas e teístas, Deus não precisa de intermediários ou representantes, pois, fala diretamente ao coração humano para protegê-lo da sedução humana.

A consciência, que provavelmente é o ponto de equilíbrio entre a razão e as paixões, exerce um importante papel na religião natural em Rousseau. Outro importante aspecto da religião natural que gostaríamos de destacar é que é marcada por uma grande diferenciação das religiões reveladas. Enquanto estas são marcadas pelo ritualismo, àquela se caracteriza pela total ausência dos ritos. No *Emílio*, se encontra a expressão “cultos bizarros” que ensinam aos homens a maneira como Deus queria ser servido.

O culto que Deus pede é o do coração, e este, quando sincero, é sempre uniforme. É ter uma vaidade muito louca imaginar que Deus tenha um interesse tão grande pela forma da roupa do padre, pela ordem das palavras que ele diz, pelos gestos que faz no altar e por suas genuflexões (...) Deus quer ser adorado em espírito e em verdade. (ROUSSEAU, 2004, p. 420).

O culto não é uniforme devido o grande número de religiões existentes. Ninguém quer pertencer à religião “errada”, mas qual é a “certa”? Como escolher a “verdadeira”? Para reconhecê-la, seria injusto e incoerente analisar apenas uma e decidir, pautando-se apenas nela, que as outras estão incorretas. Seria preciso verificar todas, investigar, comparar as objeções com as provas para somente então ter condições adequadas de escolher. Quanto tempo demoraria essa empreitada? Correr-se-ia o risco de passar a vida toda nessa vã procura sem nada encontrar. Para Rousseau seria inútil procurar algo que provavelmente não exista. Logo, o recomendável é retornar para a pátria e desejar que haja religiões que levem as pessoas a Deus e não as afastem d’Ele; independentemente do lugar em que a pessoa nasceu que ela faça de seu justo coração, o verdadeiro templo da Divindade e que possa amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo, logo, independente da religião que optar praticar, será um homem justo, que desejará o bem do outro e praticará a moralidade. É esse Deus que o

ensinará a ser necessariamente amável, retamente justo e verdadeiramente moral. Deus esse que é incomparável, e que seria um enorme absurdo pretender compará-lo com qualquer grande nome da filosofia ou da humanidade de maneira em geral. A esse respeito, disse, quando quiseram compará-lo com o filho de Sofronisco: “Se a vida e morte de Sócrates são de um sábio, a vida e morte de Jesus são de um Deus” (ROUSSEAU, 2004, p. 440).

Ao tratar da relação corpo-espírito, Rousseau tem um opositor, John Locke. Sua defesa é que se devia começar pelo estudo dos espíritos e depois passar para o estudo dos corpos, que para Rousseau era um grave erro, pois, ao fazer isso era como se tapássemos os olhos para aprender a enxergar e bloquear os ouvidos para aprender a escutar. Antes, é preciso estudar os corpos para formar a verdadeira noção dos espíritos e suspeitar que eles existam. Isso, porque os sentidos são as primeiras vias de acesso para o conhecimento humano e os únicos caminhos que imediatamente temos alguma ideia. A palavra espírito, inclusive, só tinha sentido para os filósofos. Para os demais, os espíritos não passam de corpos, principalmente pelo fato de não conseguirem imaginar espíritos que falam, gritam, arrastam correntes, dentre outras ações estritamente humanas. Assim, destacamos que todos os povos do mundo que criaram deuses corporais são antropomorfistas, ou seja, atribuem aspectos humanos a deuses que deveriam ser puramente espíritos. E não somente aspectos humanos, mas fizeram de seres materiais, concretos e visíveis, seus deuses, tais como o sol, as estrelas, as montanhas, os rios, as árvores, dentre outros. Essa concepção se manteve até o momento em que ao generalizar suas ideias, o homem foi capaz de chegar a uma primeira causa da divindade e reconhecer um único Deus. O que Rousseau sempre defendeu é que as crianças e jovens só concebem o que conseguem tocar; as noções de eternidade, onipotência, atributos divinos, ainda lhes são confusos e obscuros, pois, seu entendimento ainda é curto, uma vez que a natureza ainda não lhes deu condições suficientes para uma melhor compreensão de tais coisas. Alcançarão o conhecimento à medida do possível, na medida da experiência sensível. Podemos verificar novamente aqui, o quanto Rousseau valoriza e considera importante a experiência.

CAPÍTULO III – Educação política do indivíduo como homem e cidadão

3. A educação formadora de homens e cidadãos

O objetivo do terceiro e último capítulo deste trabalho é tratar da educação política em Jean-Jacques Rousseau, que notadamente é um filósofo da política. Em suas obras, percebemos que a educação é essencial e de fundamental importância para o ser humano, desde os primeiros choros até o momento final de sua vida.

Nos capítulos anteriores apresentamos vários tipos de educação convenientes para as primeiras idades, neste, ao contrário, apresentaremos a educação necessária para a vida adulta do indivíduo: trataremos de educação política. É esta educação, a responsável por formar o homem e o cidadão e para que isso ocorra com sucesso, ela deve ordenar seus princípios segundo o desenvolvimento das faculdades e das paixões do indivíduo. O indivíduo que se torna cidadão saberá respeitar seus concidadãos, obedecer as orientações legais e morais da sociedade, contribuindo de forma positiva para a boa constituição de sua pátria.

Para compreendermos melhor a educação política em Rousseau, duas de suas obras nos servirão de base e nos propomos a discorrer sobre elas, a saber: o verbete *Economia (moral e política)*, inserido nos verbetes políticos da *Enciclopédia* de Diderot e D'Alembert, também conhecido como *Discurso Economia Política* e as *Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada*. Além destas, citamos o *Discurso sobre as ciências e as artes*, que segundo, Master (1968) encontram-se as primeiras implicações políticas no pensamento rousseauiano. Na sequência, abordaremos dois dos conceitos centrais de Rousseau: educação pública e educação doméstica. Após abordarmos esses conceitos, faremos uma síntese da viagem de Emilio e de seus inúmeros aprendizados. Ao concluir esta viagem, o preceptor levará Emilio a compreender o conceito de cidadão e de amor à pátria.

3.1 Lições de educação política

Faz-se necessário, antes de tudo, formar o cidadão pelo aprendizado dos deveres, início de toda instrução e de todo comportamento ético. Por isso, discorreremos neste

tópico, sobre as obras políticas de Rousseau acima citadas¹¹. Por meio delas, verificaremos que, ao escrevê-las, ministra verdadeiras e profundas aulas de educação política, não apenas para os franceses, mas para os poloneses e quaisquer outros públicos que venham a ter acesso às referidas obras. Não foi gratuitamente que foi considerado um dos mais poderosos escritores políticos de todos os tempos.

Conforme Sahd (2009), o comportamento cívico do cidadão seria uma preparação à vida ética. Sem essa pedagogia, cujo fim ultrapassaria a ordem dos valores da cidade, a vocação ao universal como retificador do interesse particular permaneceria restrita às contradições do político. Tudo se passa, no fundo, como se a educação pública devesse preceder o desenvolvimento completo da consciência ética, descrita como um “sentimento verdadeiro, mas muito vago”, e onde a lógica do dever ser deixasse à lógica do empirismo o lugar para a imposição dos valores particulares, devido às necessidades imediatas da ordem, da autoridade e da obediência.

Almeida Júnior (2009) via além. Segundo ele a ética não pode existir sem a política e nem a política sem a ética. Se alguém conceber que sim, provavelmente não conseguiu compreender bem nem a primeira, nem a segunda.

Compreendemos que todo cidadão é um político e que deve se nortear por princípios éticos e não pelos vícios escondidos em cada homem. Se sua reflexão pousar sobre tais vícios, será acometido de desprezo por seus concidadãos e se tornará indiferente a eles. Essa indiferença é perigosa e não se restringe ao campo individual, mas atinge as relações sociais e se transforma em um problema de natureza política, tais como, o enfraquecimento dos laços de respeito e benevolência entre os homens na sociedade e o esvaziamento do sentido das palavras *pátria* e *cidadão*. Certamente tais palavras não possuem o mesmo sentido para os poloneses do século XX como o que possuía para os poloneses do século XVIII.

3.1.1 Sobre o verbete *Economia (moral e política)*

Neste momento, gostaríamos de trazer luz ao conceito de “economia”, apresentado no verbete *Economia (moral e política)* da *Enciclopédia*.

¹¹ O verbete *Economia (moral e política)* e as *Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada*.

Economia. Esta palavra vem de casa e de lei e ordinariamente significa apenas o governo sábio de legítimo da casa, em vista do bem comum de toda a família. O sentido do termo foi em seguida estendido para o governo da grande família que é o Estado. (ROUSSEAU, 2006, p 83).

Já no início do verbete, Rousseau explica o significado do termo economia. Entenderam conveniente, adotar esse sentido terno estendendo-o ao Estado como sendo também, uma grande e numerosa família. Para distingui-las, Rousseau chamou a primeira concepção de economia doméstica ou particular e a extensão do termo ao Estado, chamou de economia geral ou política. Neste verbete, ele se propôs a tratar da segunda concepção.

Ao se referir ao governo da casa, apresenta a figura do pai que vê tudo por si mesmo e seu poder é estabelecido pela natureza. Este tem direito total sobre os filhos, pois, foi ele que deu tudo a eles. Não é aceitável a desobediência. Todo o trabalho da casa é reservado para manter e aumentar o patrimônio da família, pois, na morte dos pais, a herança é assegurada aos filhos. O destino desta família, com o passar do tempo é de se desfazer para que novas famílias sejam criadas, por isso, quanto maior esta família, melhor. Nesta casa, para que não haja conflitos desnecessários, a mãe não pode ter a mesma autoridade do pai. Os filhos obedecem ao pai inicialmente por necessidade e posteriormente por reconhecimento daquilo que ele fez por eles. Quando se trata do Estado, a economia é geral ou política. Nela, o chefe “vê” as coisas pelos olhos dos outros. A autoridade é fundada sobre convenções e sobre forma de leis. O chefe não tem direito sobre os cidadãos, pois, não lhes deu nada, apenas tem a função de cuidar de sua propriedade, que inclusive, era anterior ao chefe. O fisco é um meio de assegurar a paz e a abundância aos particulares. Esta família permanecerá sempre na mesma situação e quanto maior o número de membros, mais difícil é sua administração. No governo deve haver uma voz preponderante que resolva as coisas. Os “criados” inicialmente precisarão do Estado, mas quando não mais precisarem, devem prestar serviços em troca da manutenção que dele receberam.

A comparação foi feita, pois, em síntese, as funções do pai de família e a do chefe de Estado deveriam tender para o mesmo fim, contudo, como vimos, existe uma gigantesca diferença entre o governante pai de família e o governante oficial do Estado, pois, este, não raro procurará seus interesses particulares em detrimento da felicidade geral da nação; enquanto aquele, motivado pelos laços sanguíneos e pelo amor paterno, defenderá com todo ardor os interesses de sua família. Dessa realidade podemos inferir

que a natureza humana cria com facilidade bons pais de família, mas infelizmente não possui a mesma habilidade para criar homens íntegros o suficiente para bem governar os seus semelhantes.

Um fator de destaque nesse verbete, é que Rousseau evidencia a distinção que faz de economia pública, a qual chama de governo, da autoridade suprema, que chama de soberania. Segundo ele, “esta distinção consiste no fato de que uma tem o direito legislativo e obriga em certos casos o próprio corpo da nação, enquanto a outra tem apenas poder executivo, e só pode obrigar os particulares” (ROUSSEAU, 2006, p. 87). Compara também o corpo político ao corpo humano que é vivo e organizado em estruturas. Quando um órgão é afetado, todo o corpo sente as dores. Aqui cabe uma observação particular: é inacreditável que nas sociedades atuais, existam cidadãos que desejam a ruína de seus governantes. Eles não entenderam que fazem parte de um único corpo e se o governante é afetado, conseqüentemente todos os seus governados também o serão. Neste corpo vivo e organizado, cada membro da sociedade tem uma função, enquanto os cidadãos representam os membros do corpo responsáveis por fazer a máquina mover-se, viver e trabalhar, o soberano ocupa o lugar da cabeça.

Outro ponto evidente é a questão da justiça. Podemos entender que os indivíduos naturalmente se reúnem em torno de seus interesses. Fácil é verificar em nossa sociedade os grupos que ora chamamos de “comunidades”, ora “tribos” ora de “associações” diversas; ora permanentes, ora temporárias. Percebemos claramente nestas associações que a vontade geral, não raro, é vista como justa e virtuosa, enquanto que as vontades particulares são geralmente vistas como viciosas. Tanto é que “alguém pode ser um padre devoto, ou bravo soldado, ou patrício zeloso, e mau cidadão” (ROUSSEAU, 2006, p. 89). Entendemos isso como uma grande contradição que não deveria ocorrer naquela época e nem nos dias de hoje, no entanto, ocorria com frequência nos tempos de Rousseau e ocorre com mais frequência ainda na atualidade. Se tomarmos por base os políticos atuais da sociedade brasileira, por exemplo, verificaremos como uma decisão pode ser benéfica a um pequeno grupo de pessoas e muito prejudicial para a grande massa da população, pois, os interesses pessoais estão sempre evidenciados. Até o próprio Rousseau considera que seria uma loucura esperar que os governantes prefiram outro interesse que não seja o seu próprio. Ele alega que seria interessante dividir a economia pública em popular e tirânica. A popular seria quando os interesses do Estado coincidem com os do povo; já a tirânica, ao contrário,

ou seja, quando Estado e povo possuem interesses distintos, o que não raro acontece. O filósofo genebrino nos recorda que Maquiavel se preocupou em registrar as máximas dos governos tirânicos ao longo da história, as outras máximas se encontram nos escritos de muitos filósofos que se sensibilizaram em defender ou ao menos refletir sobre o direito da humanidade.

Apresentamos a vontade geral como a primeira e mais importante máxima do governo popular ou legítimo. A segunda máxima também se refere a esta vontade geral, que será cumprida somente se as vontades particulares se convergirem para ela, nisso se evidencia a virtude. Se, no entanto, todas as vontades particulares se voltarem contra a vontade geral, as leis pouco poderão valer e facilmente serão sufocadas pelos vícios. Segundo ele, “quanto mais se multiplicam as leis, mais as tornamos desprezíveis” (ROUSSEAU, 2006, p. 97). Isso se concretiza na sociedade brasileira nos servindo de reflexão, pois, temos inúmeras leis, sendo que grande parte delas não é, nem ao menos, do conhecimento da população em geral, logo, dela não se obtém proveito algum. E com toda essa infinidade de lei que, por diversos interesses pessoais não são cumpridas, nossa sociedade, por vezes, se parece com uma “terra sem lei” ou parece se pautar na lei do “mais forte” ou do “mais esperto”. A terceira máxima se relaciona com os cidadãos e é uma consequência natural da vontade geral. Protegê-los é de fundamental importância, mas, além disso, é necessário pensar em sua subsistência e prover suas necessidades públicas permanentemente, o que nem sempre se verifica na vida de todos os cidadãos, mas apenas de alguns. Esse fato nos remete a questão da desigualdade social. A educação certamente não alcançaria o mesmo êxito se se tratar os cidadãos de forma diferenciada, privilegiando uns em detrimento de outros. No entanto, deixaremos para falar mais detalhadamente dessa desigualdade mais a frente, quando trataremos da questão do amor à pátria.

3.1.2) Sobre as *Considerações*

Assim como no verbete *Economia (moral e política)* Rousseau apresenta inúmeras novidades políticas, também o faz nas *Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada*. A obra é estruturalmente composta por quinze capítulos fundamentados em uma realidade local e real, diferente das abstrações que

fizera em obras anteriores. De tão importante e decisiva, Fortes na apresentação da obra em questão a considerou como uma espécie de “testamento político”.

Logo no primeiro capítulo, o autor apresenta dois dos graves problemas do país: o desânimo e a desunião. Como esperar que uma nação constituída de cidadãos desanimados e desunidos prospere? Certamente isso seria praticamente impossível. Contudo, Rousseau se impressiona, pois, apesar desta realidade, a Polônia ainda vive e se apresenta vigorosa, fato este que não se percebe nos demais países da Europa.

Verificamos que as “tímidas mudanças” citadas no primeiro capítulo deste trabalho, na realidade não eram tão tímidas assim. Sugere incluir os burgueses e camponeses na participação da soberania. Como formar homens livres e felizes em um ambiente desigual, onde muitos ainda se encontram nas mais diversas prisões e privações? A justiça deveria prevalecer. Compara-a com a saúde, da qual gozamos sem enaltecê-la e só sentiremos o seu valor quando a perdemos. Mas a decisiva mudança ainda estava por vir: a solução não estaria apenas no campo político-jurídico, mas ao mesmo tempo, no campo educacional, capaz de modificar os costumes dos cidadãos. Pois compreendia que nenhuma efetividade teria criar ou modificar leis que não fossem compreendidas ou aceitas por cidadãos politicamente educados, pois, a constituição só será respeitada quando a lei fizer sentido no coração do cidadão. Desse modo, este sempre a cumprirá, não apenas por compreender a necessidade de cumpri-la, mas porque sentirá prazer em fazê-lo, além de ser um fiel propagador dessa ideia. Rousseau pretendia levá-los a compreender que o plano coletivo, naturalmente é mais eficiente, mais vantajoso, mais adequado e mais racional do que o plano individual. Exorta-os também a corrigir os abusos de sua constituição, sem, no entanto, desprezar o que lhe faz virtuosa e o que lhe dá o “fogo da juventude”.

Novamente a educação é enaltecida, desta vez no quarto capítulo da obra em análise, apresentado logo no início como “o artigo mais importante”. A educação tem a capacidade de moldar a alma à forma nacional, formar seres patriotas por inclinação, por paixão e por necessidade. É como se o ser encontrasse exclusivamente na pátria a razão de sua felicidade. Neste contexto, as instituições nacionais aparecem como fundamentais para contribuir na formação de um povo, a começar pelo seu gênio, seu caráter, gostos e costumes, que lhe dão uma identidade e inspirando um profundo e verdadeiro amor pela pátria tão intenso que seria praticamente impossível de se

desenraizar. Franceses, ingleses, espanhóis são praticamente o mesmo homem, pois, saem dos colégios completamente modelados para a servidão. Isso não poderia ocorrer com o polonês. Essas instituições conseguem suscitar de modo tão grandioso as virtudes de seus cidadãos e de modo igualmente esplendoroso um zelo patriótico inexplicavelmente capaz de defender sua pátria contra qualquer inimigo. Certamente os sentimentos mais afetuosos nutridos pela pátria desde a mais tenra infância, seriam mais eficazes do que armas nas mãos de mercenários que realizam suas atividades, exclusivamente, mediante um pagamento.

E é nesse sentido que Rousseau faz alerta aos chefes, principalmente aos ambiciosos de que não vale a pena comandar cidadãos que não os honre, ao contrário, é um grande risco. O mais seguro é comandar cidadãos que honrem e respeitem seus chefes, mas antes, é necessário que os chefes os honrem e os respeitem de igual modo. Honra, respeito e liberdade são fatores fundamentais no pensamento rousseauiano. A liberdade não é incompatível com a igualdade, muito pelo contrário, são indissociáveis e devem figurar desde o princípio para o bem da comunidade. O alerta feito por Rousseau é para que a Polônia não repita os erros das outras nações um desses erros que não podem ser repetidos é vincular religião à educação. Por isso é que Rousseau insiste para que a educação seja laica e vise aos interesses da nação. Tanto é que sugere que os estudos ordinários não ministrados por estrangeiros ou padres e que a lei regulamente tanto o conteúdo, quanto a forma dos estudos. Desse modo o governo honra, respeita e dá liberdade aos seus cidadãos.

Segundo Becker (2009), o preceito da educação laica era extremamente necessário na época e deveria continuar a ser repetido na contemporaneidade, quando percebemos por vezes em países como o nosso, que quando a população se descuida os recuos são extremamente maléficos. As diretrizes do Brasil, por exemplo, também são de um Estado laico, no entanto, existem algumas regiões brasileiras que aplicam uma ou duas religiões em detrimento de outras. Entendemos que, a partir do momento em que o Estado contrata professores para ministrar aulas de religião, mesmo sabendo que muitos não a possuem, comete desrespeito para com parte de seus cidadãos e isso é inadmissível para um país que se intitula “pátria educadora”.

Esse amor pela pátria deve ser transmitido continuamente uns aos outros e de forma hereditária, de geração em geração, inclusive as mães devem transmitir esse sentimento aos seus filhos, que por sua vez, devem “sugar” esse sentimento patriótico

assim como sugam o leite do seio de suas mães. “Todo verdadeiro republicano sugou com o leite de sua mãe o amor de sua pátria, isto é, das leis e da liberdade” (ROUSSEAU, 1982, p. 36). É desse modo que os cidadãos devem amar e obedecer às leis da pátria por entenderem que as seguindo, estarão contribuindo para o bem de todos, a começar pelo seu próprio bem. O seguimento das leis, mesmo uma lei proibitiva, não é uma prisão ou privação, mas ao contrário, é sinal de zelo pela coletividade, logo, libertação. Por vezes é necessário que seus corpos fiquem privados de algum prazer passageiro para que suas almas se encontrem permanentemente livres.

Se a educação é uma forma adequada e oportuna de introduzir na sociedade a necessidade de seguir as leis e conseqüentemente amar a pátria, se encontraria nos livros a melhor metodologia para educar um cidadão virtuoso? Certamente que não. Segundo Rousseau a educação não consiste apenas em livros, mas destaca a importância da presença de ginásios esportivos para favorecer as práticas esportivas. É a educação que estimula o sentimento pátrio nos indivíduos desde a mais tenra idade, obviamente de maneiras tais quais possam compreender, destas, destacamos a vida comunitária, as festas públicas e importância dada aos jogos.

Para ilustrar a importância da vida comunitária, recordamos o episódio de *Robinson* em sua ilha. Ele não precisou de ninguém para ajudá-lo a retirar da natureza o seu sustento e por mais que conseguiu sobreviver na solidão, foi somente na relação com os outros que conseguiu ser verdadeiramente feliz. A presença de outros indivíduos se faz necessário para que os homens criem laços afetivos e exercitem a sua humanidade. Assim, não é a necessidade que une os homens, mas os laços afetivos. Isso se comprova no seio familiar, pois, se fosse o contrário, os filhos ao adquirirem sua independência financeira, romperiam definitivamente os laços com os pais e podemos verificar que não é isso que geralmente ocorre.

Em relação às festas públicas, para que a pátria “colha amor” de seus cidadãos, precisa “plantar e cultivar” esse amor, dando-lhe, no mínimo atenção e respeito. Tudo o que atrapalha a relação amorosa entre o cidadão e sua pátria deve ser ao máximo evitado. No lugar de se ocupar com outras coisas, as crianças devem valorizar a importância do olhar público para elas, devendo ao máximo desejarem a aprovação pública de seus concidadãos. Os prêmios ganhos nas vitórias devem ser por aclamação e pelo juízo dos espectadores. A esses jogos, os bons cidadãos sentirão no dever de comparecerem, não apenas para prestigiar os atletas, mas cientes que estão contribuindo

na formação cidadã de cada um deles. Rousseau faz um destaque para a educação em Berna, onde verdadeiramente seus jovens são educados para serem cidadãos. Realizam exercícios práticos, uma simulação de como dirigir negócios públicos para quando se tornarem adultos já estarem exercitados, é o que chamamos em nossa sociedade de “aprender brincando”.

Os jogos, muitas vezes negligenciado, segundo Rousseau, “é a parte mais importante da educação” (ROUSSEAU, 1982, p 38). As crianças devem se cansar, gastar suas energias que estão em sua quase totalidade. Isso lhes causará prazer e será benéfico para educar um cidadão. De tão importantes, devem se fazer obrigatoriamente presentes na formação e educação das crianças e é por isso que devem existir os ginásios em todos os colégios para favorecer as práticas esportivas das crianças. Esse proceder contribui de maneira decisiva na formação de temperamentos robustos e saudáveis, para além de contribuir com a formação moral do indivíduo. As práticas esportivas despertam nas crianças o espírito de coletividade e retrai o da individualidade. Os jogos coletivos, além de contribuir na constituição física robusta e saudável, contribuem principalmente, desde cedo a introdução das regras no cotidiano infantil, estimulando a fraternidade e as competições e é exatamente por esse motivo que as crianças devem ser orientadas a não brincarem sozinhas segundo sua fantasia (Rousseau já nos exortou sobre o perigo da imaginação para as crianças), mas coletivamente e aos olhos do público. Isso deve ocorrer desta maneira para que haja sempre um alvo comum a qual todos devem aspirar para que se exercite a concorrência e a tentativa de superação em relação às outras. Todas as crianças devem se ocupar de tais exercícios coletivos, mesmo aquelas aos quais os pais optaram por instruí-las de maneira doméstica. Nos momentos oportunos, elas devem ser encaminhadas aos referidos jogos, pois, não se trata apenas de zelar pela sua saúde física, mas também de conservar a sua saúde mental, social e patriótica, pois, como acabamos de explicar, esses jogos são formas eficazes de acostumá-los com as regras sociais que as acompanharão por toda a vida.

Rousseau utiliza a figura da mãe para se referir à pátria e a figura dos filhos para se referir aos cidadãos e afirma que “muitos jogos públicos em que a boa mãe pátria se compraza em ver brincar seus filhos. Que ela se ocupe deles com frequência a fim de que se ocupem sempre dela” (ROUSSEAU, 1982, p. 32). Se o filho não ama a mãe, certamente esta não o educou da maneira como deveria. A mãe pátria polonesa criou

uma lei que reza que seus filhos, cidadãos poloneses, devem ser educados por professores poloneses, de preferência, casados, honrados e seguidores dos costumes de sua pátria. Talvez isso explique porque a Polônia possui um “fogo juvenil”, enquanto as demais nações europeias se encontram enfraquecidas.

A educação visa estimular os indivíduos a serem cidadãos desde o seu nascimento. Rousseau mostra sua preocupação com a humanidade de modo em geral pelo fato de ela ter muitas ideias e muitas delas, fáceis de serem praticadas, no entanto, essas ideias muitas das vezes não saem do papel. Muitos esperam apenas das instituições o que eles mesmos teriam perfeitas condições de fazer. Segundo as análises feitas por Rousseau, somente se os poloneses se deixarem conduzir pela educação, a Polônia “nasceria” novamente e sairia da terrível crise em que se encontrava colhendo muitos bons frutos de uma nação ponderada. Dessa forma, seus cidadãos se orgulhariam dela e a amariam ainda mais seguindo suas leis, na certeza de que seriam livres e de igual modo protegidos e amados. Do contrário, “não espereis nada de vossas leis. Por mais sábias, por mais providentes que possam ser, elas serão eludidas e vãs; e tereis corrigido alguns abusos que vos ferem, para introduzir outros que não tereis previsto” (ROUSSEAU, 1982, p.40).

3.2 *Emílio*: educação doméstica, da natureza e pública

Empenhemo-nos nesse momento em tratar de alguns conceitos-chave na filosofia de Rousseau. Recordamos que no primeiro capítulo, fizemos um importante esclarecimento: educação doméstica e educação da natureza, ao contrário do que muitos pensam, não são termos sinônimos. A educação doméstica se caracteriza pelo fato de ela ser individualizada e essa é a única característica que a difere da educação ofertada nos colégios, que é coletiva, pois, ambas seguem os moldes da sociedade. A educação doméstica e a educação pública são chamadas de educação da sociedade, pois, seja individual ou coletiva, como já dissemos, é realizada obedecendo aos ditames sociais. Essas duas modalidades de educação também são chamadas de educação positiva, uma vez que é o contrário da educação negativa apresentada no segundo capítulo deste trabalho. Já a educação da natureza, não obedece as leis sociais, mas é guiada pela lei da natureza. O seu princípio é observar a natureza e seguir o caminho por ela apontado.

Segundo Rousseau, “começamos a nos instruir quando começamos a viver; nossa educação nasce junto conosco; nosso primeiro preceptor é nossa ama-de-leite” (ROUSSEAU, 2004, p. 15). Já tivemos por diversas oportunidades, demonstrar que Rousseau tem um grande apreço pela educação e a evidenciou em muitas de suas obras. Nestas próximas linhas, nos deteremos na tentativa de explicar a diferença entre o que chamou de “educação da natureza” para o que chamou de “educação pública”. Para isso, adotaremos a seguinte sequência: iniciaremos rememorando o conceito de “vontade geral” que se relaciona com as virtudes necessárias para se tornar um cidadão, citaremos exemplos de personagens históricos que se demonstraram cidadãos autênticos até chegar à diferenciação que acabamos de propomos.

O conceito de “vontade geral”, ideia consagrada na obra *Contrato Social* (1762), é um elemento determinante do sistema político proposto por Jean-Jacques Rousseau, pois, defende a liberdade de cada indivíduo no estado civil. Seu fundamento é a moral objetiva, não podendo ser determinado ou mesmo influenciado pela moral subjetiva que pode levar à arbitrariedade. Para Rousseau, a vontade geral é sempre constante, inalterável e pura, mas está subordinada a outras que a sobrepujam e exerce o papel de fundadora da soberania popular e única detentora de um poder civil legítimo. Desse modo, a vontade geral é a reunião das vontades e interesses comuns em cada indivíduo no pacto social. É importante destacar que a vontade geral é diferente da vontade da maioria ou mesmo de todos. A vontade de todos ocorre quando em um grande grupo ou em uma assembleia, por exemplo, existe uma unanimidade na decisão, sendo que muitas vezes, os indivíduos pautam suas escolhas visando objetivos e interesses particulares. Já a vontade geral deve ser medida pelo interesse de todos e de cada indivíduo, como componente do corpo político e deve valer somente se atende o interesse comum, independente se existe unanimidade ou não.

Enquanto muitos homens reunidos se consideram como um só corpo, têm uma só vontade que se refere à conservação comum e ao bem-estar geral. Então todos os móveis do Estado são vigorosos e simples, suas máximas são claras e luminosas, não existem interesses confusos e contraditórios, o bem comum mostra-se por toda parte com evidência e não exige senão bom senso para ser percebido (ROUSSEAU, 2003, p. 125).

Explica Diderot, no verbete *Direito Natural* da *Enciclopédia*, que o indivíduo deve dirigir-se à vontade geral para saber quase tudo, como por exemplo, que ponto deve ser homem, cidadão, súdito, pai, filho e até mesmo quando lhe convém viver ou morrer. Rousseau a define como um “ato de puro entendimento” que raciocina no

silêncio das paixões e evita o enfraquecimento de noções como bondade, justiça, virtude. No entanto, ao que se parece, somente Rousseau atribui à vontade geral uma função especial para a criação da sua moralidade republicana.

Conforme Fortes (1976), a vontade geral como uma “ideia reguladora”, responsável por fazer uma síntese entre a natureza, na qual a liberdade é absoluta por causa do isolamento, e a sociedade, que necessita de leis e regras por causa da convivência. Segundo ele, essa vontade não pode ser corrompida pelas paixões e o homem deve sempre escolher o melhor possível. Resumindo, a vontade geral é aquela que é a mesma para todos, é compreendida quando todos os homens, sendo racionais, se libertam das paixões e dos interesses pessoais, e são persuadidos que o seu bem é o comum.

Na segunda parte do verbete *Economia (moral e política)*, é evidenciada a virtude como fator de realização da vontade geral e para que esta seja cumprida, as vontades particulares devem se convergir para ela. A segunda regra essencial da economia política diz respeito a cumprimento da vontade geral, que perpassa pela existência e o cumprimento da lei.

No sentido de fazer “reinar a virtude”, o filósofo genebrino evidencia a importância da existência da lei, comparando-a com “os decretos imutáveis da divindade”. Para que ninguém oprima o homem, nem o comande o tempo todo e ainda o deixe livre ao mesmo tempo, necessário é que as leis sejam respeitadas e a primeira lei é que as leis devem ser respeitadas, pois, se elas existem para não serem cumpridas, seria tão funesto, que seria melhor se elas não existissem. A virtude da lei é que ela seja observada e cumprida por todos, inclusive pelo chefe, pois, o seu poder depende mais de sua sabedoria do que de sua severidade. Isso, porque o governo não é senhor da lei, mas a sua garantia e o talento de reinar, consistem em fazer com a lei seja amada, logo, cumprida. Podemos verificar que as virtudes são manifestadas na pátria e exercidas pelos cidadãos, mas estes só se constituirão desse modo se forem educados para tal. No verbete *Economia (moral e política)* da *Enciclopédia*, é explicitada a necessidade de se formar cidadãos, pois, “não basta dizer aos cidadãos que sejam bons; é preciso ensiná-los a sê-lo” (Rousseau, 2006, p. 99).

Ao se tratar de cidadania, Rousseau possui como fonte inspiradora dois personagens antigos, Platão, autor da República onde depura o coração humano e

Licurgo que teria feito algo ainda maior, desnaturar o coração do homem. Segundo Gouhier (1984), enquanto Platão tenta reencontrar a natureza, fazendo com que suas paixões ultrapassem o limite do estado de natureza; Plutarco, por meio de seu feito – desnaturação – consegue retirar do indivíduo sua identidade, sua particularidade e inseri-lo no eu comum. Para ilustrar, apresentamos dois exemplos dessa façanha. O primeiro é do homem que pleiteou participar do conselho dos trezentos:

O lacedemônio Pedareta apresenta-se para ser admitido no conselho dos trezentos, é rejeitado e volta muito feliz por haver em Esparta trezentos homens que valem mais do que ele. Suponho que era uma demonstração sincera, e cabe acreditar que o fosse: eis o cidadão (ROUSSEAU, 2004, p. 12).

O segundo exemplo é o da mulher espartana que tinha filhos na guerra.

Uma mulher de Esparta tinha cinco filhos no exército e esperava notícias da batalha. Chega um hilota; ela lhe pede as notícias, tremendo. “Vossos cinco filhos foram mortos. – Vil escravo, terei perguntado isso? – Nós ganhamos a batalha!” A mãe corre até o templo e dá graças aos deuses. Eis a cidadã. (ROUSSEAU, 2004, p. 12).

Exemplos que, de tão distantes daqueles que presenciamos em nossa sociedade, nos dificulta o entendimento e a crença que isso ocorreu verdadeiramente um dia em algum lugar deste mundo. Para alguns de nossa época, ao ouvir tais relatos, imaginariam que isso não passaria de meras fábulas. O que fica evidenciado é que os personagens acima citados são exemplos adequados daquilo que podemos chamar de cidadãos autênticos, pois, na ordem civil, demonstraram que se preocupam mais com o todo, com a sociedade em geral, do que com seus interesses particulares, inclusive daquilo que, geralmente, é mais caro para as mulheres, seus filhos. Se, ao contrário, deixassem se levar pelos sentimentos, demonstrariam não saber o que querem, logo, não seriam bons para si mesmos, nem tão pouco para os outros.

Assim como Almeida Júnior, Natália Maruyama trata sobre a questão da educação. De acordo com o primeiro autor (2009, p.90), aquele que educa uma criança ou legisla para um povo deve conhecer muito bem a natureza para que a educação atue sobre ela. Ele considera que “a natureza é o ponto de partida para os dois caminhos da educação: o público e o doméstico”. Por isso é importante conhecer a natureza seja para segui-la (na educação doméstica ou para desnaturar o aluno, na educação pública), daí descobrimos não haver contradição entre o *Emílio* e as *Considerações*, mas sim, meios

diferentes para chegar ao mesmo fim, isto é, um cidadão capaz de colocar os interesses comuns acima dos particulares.

Para Maruyama (2001), desde o *Discurso sobre a desigualdade* até a *Nova Heloisa*, é sobre o homem que Rousseau pretende falar, mas é somente no *Emílio* que sua concepção de natureza humana aparece no mais alto grau de maturidade e acabamento. Ela analisa a oposição entre o homem e o cidadão, apontada por Rousseau, que remete ao conflito possível entre a vontade particular e a vontade geral. Na verdade, na obra do autor, por assim dizer, se resolve, seja pela via da educação privada, por meio da qual o Emílio, homem raro, poderá ser bom cidadão em qualquer lugar, seja pela educação pública, propiciada pelo Estado, cuja função primordial é formar o coração do homem de tal modo que ele ame o bem público, a sua pátria e seus concidadãos em primeiro lugar.

A seguir, gostaríamos de apresentar, dois tipos de educação, suas similaridades e distinções. Esses conceitos nos exigem bastante atenção, pois, as obras de Rousseau, são reconhecidamente complexas e por vezes parecem nos apresentar algumas ambiguidades. É chegado, pois, o momento de tratar sobre o que propomos no início deste tópico, discorrer sobre educação da natureza e educação pública.

Em suas obras, Rousseau tratou da educação negativa, feminina, religiosa, doméstica, da educação da natureza e da educação pública, sendo essas últimas, formas contrárias de educação. Na realidade, Rousseau quer evidenciar a contradição entre natureza e sociedade. No *Emílio* ou *da Educação*, afirma que

a instituição pública não existe mais, e não pode mais existir, já que onde não há mais pátria não pode mais haver cidadãos. Essas duas palavras, pátria e cidadão, devem ser canceladas das línguas modernas. Sei muito bem a razão disso, mas não quero dizê-la; ela nada traz a meu assunto (ROUSSEAU, 2004, p.13).

E continua enaltecendo e sugerindo a leitura da *República* de Platão para se aprender sobre a educação pública, explicando que ela não é uma obra de política, mas um dos mais belos tratados de educação já escritos. Podemos supor que Rousseau teria deixado para tratar a educação pública em textos como o *Discurso sobre a Economia Política* e as *Considerações sobre o Governo da Polônia*, onde se encontram pequenos extratos que refletem sobre a formação do cidadão. E conclui que o que “resta” é a educação doméstica ou da natureza. Começemos, pois, por ela.

Em uma determinada conversa, o preceptor diz ao discípulo: “mantive-me no caminho da natureza, esperando que ela me mostrasse o da felicidade. Acontece que era o mesmo e, sem o saber, eu o tinha seguido” (ROUSSEAU, 2004, p. 653). A Educação da natureza é individual e deve ser aplicada nos Estados em que a educação pública não pode mais formar cidadãos. Emilio foi educado seguindo os ditames da educação da natureza, por isso é feito primeiro homem, mas posteriormente se tornará um cidadão, pois ser cidadão é condição necessária para que seja homem. Certamente ele não foi educado para viver isolado, assim, a inserção de Emilio no meio social não é uma contradição, mas o coroamento da educação da natureza. A individualidade na educação é apresentada no *Emilio*, onde encontramos um processo de educação centrado em um único indivíduo, de modo campestre, longe do mundo e das cidades corrompidas. Essa educação individual e particular é conduzida na esfera doméstica, sob a iniciativa e idealização da família, que, para tanto contrata os serviços de um preceptor, no caso de Emilio, Rousseau. Percebe-se que é muito forte a relação entre preceptor e discípulo que só tardiamente se abrirá às relações sociais. No momento em que isso ocorrer, em seu convívio social o discípulo aprenderá a conviver com a opinião pública, aceitando-a ou rejeitando-a, mas jamais sendo influenciado por ela.

Tudo parece indicar que a educação de Emilio está bem distante daquela oferecida nos colégios. No século XVIII, como opções de educação, havia basicamente duas: a dos colégios e a educação doméstica. Os colégios eram católicos ou protestantes, mas não se percebia facilmente a diferença entre eles, pois, possuíam praticamente o mesmo método e concepção filosófica de educação. Rousseau tecia duras críticas a esses colégios, tais quais já foram apresentadas neste trabalho. Na contramão dessa realidade, podemos citar o filósofo Sócrates, que em Atenas, na Grécia antiga, dizia nada ensinar a ninguém, mas dialogava na *ágora*, com crianças e jovens, por acreditar que nessa faixa etária, ainda estariam livres dos preconceitos transmitidos pelos colégios, pela sociedade e pela família.

Em muitos momentos de seus escritos, o autor nos dá a entender que o objetivo maior de toda a educação do indivíduo é a formação do homem natural, tanto é que entre as ações dos três mestres que formam o homem (a natureza, as coisas e o homem), a única possibilidade é a natureza ter a condução do processo de formação do indivíduo. Essa ideia é reforçada quando diz que o homem deveria ser educado “para si mesmo” e não “para os outros”. Pode-se dizer que a maior diferença entre educação da natureza e

educação pública é em relação à formação do cidadão. Educar “para si mesmo” e não “para os outros” corresponde a dizer que o mestre homem, ao formar, deveria ter os olhos voltados no homem natural, e se guiar somente por ele. Para isso, é necessário afastar a pretensão de formar o cidadão, ou seja, colocar de lado a pretensão de fazer o homem social para se fazer apenas o homem natural. Logo, podemos entender que existe uma contradição entre homem e cidadão: “Forçado a combater a natureza ou as instituições sociais, é preciso optar entre fazer um homem ou um cidadão, pois não se podem fazer os dois ao mesmo tempo” (ROUSSEAU, 2004, p. 11).

Segundo Francisco (2008), a educação da natureza tem como preocupação a de formação do homem. Quando Rousseau, em suas obras, trata de definir o que se chama “homem”, o autor utiliza, com intenção de maior precisão, o termo “homem natural”. Já do lado do cidadão e da sociedade, a variedade terminológica é bem maior. Além de “instituições sociais” e “corpo social”, encontramos: “homem civil”, “ordem civil” e “instituição pública”.

No estado de natureza, o homem natural é educado para si mesmo e isso se torna útil para os demais homens. Devemos lembrar que Emilio, foi educado de forma doméstica e natural, contudo, não foi educado para viver eternamente privado do contato com os outros de sua espécie, ao contrário, foi educado exatamente para se relacionar com os demais, mas de forma autêntica, consciente, moral e coerente, para quando chegar o momento de viver em sociedade, que seja o melhor entre os cidadãos.

Até agora, vínhamos apresentando os argumentos do filósofo, no que tange à defesa da Educação Doméstica, onde nos leva a entender que o objetivo maior de toda a educação do indivíduo é a formação do homem natural, justificada por meio da existência dos três mestres que formam o homem que deveriam se harmonizar e seguir a natureza, formando o homem natural. Mas se nos atentarmos a outras citações, poderemos compreender de outra forma. Como vimos, ele elogia a *República* de Platão como “a mais bela obra de educação”, mas tem consciência da importante contribuição de suas obras sobre este tema para a sociedade. No *Emílio*, Rousseau abordou o tema da sociabilidade e nos mostrou que o que permitiu o desenvolvimento da moral no homem foi a associação deste com outros homens. Sem essas associações, jamais o homem conheceria a verdadeira felicidade. Como verificamos em Robinson Crusoé, isolado em sua ilha, no estado de natureza os homens eram solitários e independentes, porque não

precisavam da ajuda de outros para sobreviver, contudo, não eram completamente felizes. Daí, verificamos a importância da moral para a felicidade do homem. Logo, ele só pode ser feliz no estado civil e não no de natureza. Nesta mesma obra, que faz direta referência à educação, não tratou efetivamente sobre temas políticos, preferiu fazê-lo em outras obras, tais como, as *Considerações*, por exemplo. Nestas, assegura que o processo da educação pública é superior ao da educação da natureza e que esta última é desnecessária se a primeira for possível.

Diferentemente da educação doméstica, que é individual, a educação pública é coletiva. Enquanto a primeira deseja formar o homem, esta almeja formar o cidadão e é a ideal para os povos livres. Quando o indivíduo vive para si, torna-se homem, mas quando vive para a sociedade, torna-se cidadão. Para Rousseau, nem toda educação coletiva é necessariamente pública, pois, os colégios – como já fizemos uma crítica logo acima – não prestam o devido serviço à educação.

Concordamos com Rousseau em relação à importância da educação pública, mas alerta da impossibilidade ofertá-la em uma sociedade corrompida. Em meio a essa corrupção, os colégios não farão mais do que reproduzir os preconceitos sociais dentro de seus muros. Mas se o Estado se propõe a oferecer uma educação pública, deve se atentar aos desfavorecidos financeiramente e ofertar de algum modo, uma redução de custos a eles. Após uma breve reflexão, poderíamos facilmente nos questionar se é válido formar cidadãos preconceituosos ou se o mais conveniente é formar apenas o homem.

Inicialmente, a educação pública seria o tipo ideal de educação e deveria ser aplicada apenas quando fosse possível restaurar ou instaurar a liberdade de um povo. Mas Rousseau faz menção ao uso da educação doméstica por acreditar que as instituições públicas não mais existem. Neste caso, se a sociedade estiver corrompida com seus preconceitos, a solução, uma espécie de paliativo, seria a implantação da educação da natureza. Segundo o filósofo, somente a educação pública é capaz de conduzir o ser humano do estado de natureza ao estado de cidadão. Transformado em cidadão, este se torna livre, não a liberdade do estado de natureza, mas a liberdade própria do estado civil.

A pátria não pode subsistir sem a liberdade, nem a liberdade sem a virtude, nem a virtude sem os cidadãos; isso é possível quando os cidadãos são

educados para tal, caso contrário têm-se apenas escravos ruins, começando pelos próprios chefes de Estado (ROUSSEAU, 2006, p. 104).

Se os colégios são exemplos de instituições ruins, as boas instituições sociais são aquelas que sabem desnaturar o homem. Lembremos que “desnaturar” é um termo utilizado por Rousseau para explicar o grande feito do legislador Licurgo. Ele conseguiu levar os habitantes de Esparta a compreenderem que não são indivíduos únicos, isolados e independentes, mas ao contrário, que fazem parte de um todo e isso os levou de uma existência absoluta a uma existência relativa. Conseguiu transformar suas inclinações naturais para que não tendam ao individualismo e ao amor-próprio.

Para que esta “desnaturação” seja feita com eficácia, o exercício deve ser feito desde o nascimento da criança. Se, necessariamente, mesmo de forma inconsciente, os pais vão transmitir seus preconceitos aos filhos, a sugestão é que a educação seja feita pelo Estado e não pela família. A justificativa é simples e de fácil entendimento: com a morte dos pais a educação do filho, necessariamente se findaria e os efeitos funestos dessa ação seriam sentidos por todos seus concidadãos. Ao contrário da família que, mais cedo ou mais tarde se dissolverá, o Estado permanece para sempre. Logo, seria um bem para os pais, para os filhos e para toda a sociedade, delegar a educação dos filhos ao Estado. Estes deixariam de ser chamados filhos para serem chamados de cidadãos.

Rousseau cita no *Economia (moral e política)*, as cidades de Creta, Esparta e Roma como exemplos de cidades que teriam praticado a educação pública. A de Esparta, especialmente, teria sido muito importante na formação de seus cidadãos, ou seja, homens individualistas transformados em homens que se comportam conforme um “modelo comum”. Afinal, como se esquecer do exemplo citado acima do lacedemônio que foi recusado no conselho dos trezentos e ainda ficou feliz por ter em sua pátria tantos cidadãos melhores que ele? Como imaginar isso em nosso tempo e em nossa sociedade? E outro ainda mais distante de se imaginar, o da mulher espartana, que cederia os cinco filhos para a guerra e ficara mais feliz ao saber da vitória de sua pátria do que triste ao receber a notícia da morte de todos eles? Impensável aos nossos dias. Nem mesmo aquela considerada a pior mãe, a mais ingrata ou indiferente de nossos tempos seria capaz de aproximar-se de tal ato. Segundo Rousseau, a ilustração (luxo e riqueza) levou Atenas à corrupção, já a rusticidade de Esparta a manteve longe da degeneração, o que talvez explicasse a atitude da espartana. Como não citar ainda o “Milagre Romano”? Uma nação envolta em cidadania, exemplo para o mundo, mesmo

se ter tido a educação pública. Provavelmente, a virtude dos romanos fora forjada pelo horror, fazendo de todas as casas, do seio da família, sob a autoridade do pai, outras tantas escolas de cidadãos.

Verificamos que muito antes de Rousseau, ainda na antiguidade, já havia a preocupação em desnaturar os homens. E por que essa preocupação? Porque se entendia que, uma vez que o homem não nasce “para si”, mas é obrigado a relacionar-se com toda a sociedade, o *eu particular* torna-se um problema. Por isso, segundo Almeida Júnior (2009), desde a infância as instituições sociais devem evitar que as inclinações naturais identifique o homem como *eu* individual, mas levá-lo a compreender que pertence à pátria e a ela deve servir, pois, somente assim será virtuoso. Para o comentador, a educação da natureza pode até salvar uma alma da corrupção, mas a educação pública é capaz de salvar todo um povo da escravidão, obtendo assim muito mais valor. Um exemplo desse amor à pátria pode ser facilmente encontrado em Catão, o velho, que de tão cidadão trazia sua pátria no coração, só vivia por ela e não pôde sobreviver a ela.

Conforme Becker (2009), o paradigma da educação pública para Rousseau é o cidadão romano Catão, o velho, e o paradigma da educação da natureza é Sócrates.

Já nos aproximando para concluir este tópico, fazemos um resgate da importante distinção feita por Rousseau entre instrução e educação. Distinção esta que a maioria dos pais de alunos dos dias de hoje não consegue fazer. Enquanto que a instrução tem por função a simples transmissão de conteúdos, inclusive os pais podem fazer isso em casa, a educação é muito mais ampla, pois, integra a formação moral e social do indivíduo. Segundo ele, a instrução até pode ser doméstica, mas a educação deve ser coletiva, em meio a jogos e brincadeiras coletivas e em público, as crianças estarão sendo estimuladas a regras, à igualdade, competições, a viver sob os olhos de seus concidadãos e a desejar a aprovação pública. Isso contribuirá no entendimento que elas não são apenas uma parte isolada, mas pertencente a um todo maior chamado pátria. Educa-se assim, não para si, mas para o todo, para salvar um povo da escravidão.

Como já fora falado anteriormente, a obra de Rousseau é vasta, rica, de reconhecida complexidade e por vezes, parece apresentar ambiguidades. Ora privilegiando um tipo de educação, ora outro. Talvez ele não quisesse “formar” homem natural *ou* cidadão e sim, homem natural *e* cidadão, ou seja, preferiria uma conciliação a

uma opção. Este processo ocorreria ao mesmo tempo, pois, ao se formar o cidadão, certamente teria se formado o homem. Neste sentido, o *Emílio* não seria apenas um tratado de educação natural, mas de igual modo, um tratado de educação pública. Poder-se-ia supor, petulância à parte, que sua intenção era começar por formar o homem natural e “seguindo a marcha da natureza” formar também o cidadão, o que o levaria a ser completamente feliz.

3.3 A viagem de Emílio

Esta tão rica viagem, que ensinou tantas coisas ao discípulo está inserida no Livro V do *Emílio ou da Educação*, livro que abrange o período entre os vinte e vinte e cinco anos de idade, chamada “a idade da sabedoria e do casamento”. Neste último livro, verificaremos se a educação oferecida ao jovem Emílio foi exitosa ou fracassada.

Período em que Emílio conhecerá Sofia e “ajudado” por seu preceptor, apaixona-se por ela e tem o amor correspondido. Iniciam um relacionamento de namoro e se envolvem muito um pelo outro, tanto que seu preceptor percebera que seu discípulo não se entregava como antes às conversas de raciocínio e conclui que o protegera de todos os males, menos, dele mesmo. Emílio mudara seu comportamento e sua postura, é verdade, mas não perdera os ensinamentos que recebera desde a infância. Podemos verificar a solidez dos ensinamentos por meio de experiências reais e não apenas teóricas advindas dos livros. Certa vez quando viajava ao encontro de sua amada, se depara com um homem acidentado e se sentiu na obrigação de ajudá-lo e essa boa ação, certamente o fez atrasar em seu encontro com a namorada. Chateada, ela recusa-lhe a mão que seria beijada pelo amado que se atrasara. Ouve dele algo que não imaginava: “Sofia, és o árbitro de meu destino, como bem sabes. Podes fazer-me morrer de dor, mas não esperes fazer-me esquecer dos direitos da humanidade; eles são para mim mais sagrados do que os teus, nunca renunciarei a eles por ti” (ROUSSEAU, 2004, p. 650-551). Ao ouvir tais palavras, Sofia, ao invés de se irar, apaixona-se ainda mais, abraça-o, beija-lhe o rosto e lhe entrega a mão, não apenas para ser beijada, mas para ser tomada em casamento. Que surpresa! Tão pouco tempo de conhecimento e de namoro! Isso não seria aprovado pelo preceptor. Mesmo diante de tudo isso, aquele que estava preso apenas à condição humana, agora era prisioneiro de todas as afeições que

adquiristes e quando aprendeu a amar, tornou-se também escravo de seus próprios desejos.

Certa vez o preceptor aplicou-lhe um “teste”: perguntou o que faria se recebesse a notícia que sua amada havia morrido. O jovem discípulo sai de si, se desespera. Fora “reprovado no teste”. Era a confirmação que o preceptor esperava para concluir com certeza que de fato, seu discípulo tinha se modificado. Sempre em suas tão proveitosas e sábias conversas, o mestre fala sobre felicidade ao aluno, e o orienta que é necessário saber procurar a felicidade para não correr o risco de nunca encontrá-la. Resgata e apresenta a metodologia que empregou com ele ainda na primeira infância, a educação negativa e explica-lhe o verdadeiro significado de virtude.

Que é, então, o homem virtuoso? É aquele que é capaz de vencer suas afeições, pois então ele segue a razão, a consciência; faz seu dever, mantém-se na ordem e nada o pode afastar dela. Até agora só eras livre em aparência; tinhas somente a liberdade precária de um escravo a quem nada foi ordenado. Sê, agora, livre de fato; aprende a te tornares teu próprio senhor; governa teu coração, Emilio, e serás virtuoso (ROUSSEAU, 2004, p. 656).

O preceptor reconheceu que a paixão entre os jovens não era criminosa, mas ao contrário, pura e doce, formada pela honestidade e nutrida pela inocência; mesmo assim, se preocupava e percebeu que teria que tomar providências para que a mesma não sufocasse Emilio, transformando-o em escravo dela. Afinal, as paixões só são boas se não as deixamos reinar sobre nós. Com isso, exorta-o sobre o perigo das ilusões do orgulho; que deveria se apegar de fato, naquilo que é imperecível, pois, as pessoas passam, são mortais e o risco que temos de perdê-las é grande, logo, deveria aprender a perder o que lhe pode ser tirado. Referia-se a perda de pessoas queridas, Sofia, no caso. Não possuía uma visão negativa da morte e defendia que, ao contrário do que muitos concebem, a morte é o fim do mau e o começo da vida do justo. E o que seria mais precioso e mais doloroso perder naquele momento? Sofia, certamente. Logo, ela deveria “morrer” para Emilio.

A separação mesmo que inicialmente dolorosa, traria grandes ensinamentos a ambos. Emilio aos vinte e dois anos e Sofia aos dezoito, ainda, segundo o preceptor, não estavam aptos para se casarem. A idade em que se encontravam era adequada para o amor, mas precoce para o casamento. O casamento naquele momento, certamente traria mais malefícios do que benefícios o dois e a toda a sociedade, inclusive no que se refere à educação dos filhos. Os pais não podem crescer juntamente com os filhos, mas antes, para que possam cuidar deles com todas as exigências e os cuidados que são próprios

exigidos pelas crianças. Certamente, muitos ensinamentos precederiam esta união definitiva: ser esposo, pai, chefe de família; aprender os conceitos de cidadão, governo, leis, pátria, dentre outros. O preceptor exorta-o da seguinte maneira “antes de assumires um lugar na ordem civil, aprende a conhecê-la e saber o lugar que te convém” (ROUSSEAU, 2004, p. 662).

Seria necessário o jovem afastar-se de sua namorada para, quando retornar, ser digno dela. Uma espécie de retirada estratégica por dois anos. A princípio, o jovem recusa a proposta, procedimento natural a se esperar de um jovem apaixonado, mas o preceptor lhe recorda que seu compromisso é com ele, antes de ser com ela. Acata, pois, a exortação e decide deixá-la. Um duro e inesperado golpe recebe Sofia, mas não definitivo e que colheria futuramente os saborosos frutos. Alívio, procura suportar o golpe com sensatez. Chora, geme, apavora-se, não diante do amado, mas diante de seu preceptor. Seria muita inocência não reconhecer que esse ato fora previamente pensado, porque sabia que sua sorte estava nas mãos do preceptor do amado, pois, apenas uma palavra sua, seria capaz de fazer Emilio “mudar de ideia” e não abandoná-la.

Para amenizar a dor da separação, trocam livros, os seus favoritos. O dela, *Telêmaco*¹², o qual Emilio ao lê-lo, aprenderia a parecer-se com ele; o dele, o *Espectador*, que ensinaria a Sofia, os deveres das mulheres honestas. Chegada a hora da despedida, os amantes reagem de modo extremamente diferentes: ele, eufórico, emotivo, confuso; ela, triste, pálida, inerte até mesmo ao receber o derradeiro abraço do amado. Para ela, é como se ele já tivesse partido. Seu silêncio é mais ensurdecedor que o barulho do jovem. Ao perceber a reação da namorada, Emilio entristece ainda mais, mas parte, com o “coração partido”. E o preceptor longe de compadecer-te dele, vê nessa triste imagem, um forte argumento para convencê-lo a retornar a ela caso pensasse o contrário depois do período estipulado para se ausentar. Dificilmente isso ocorreria, pois, afinal, ele aprendera ainda criança a honrar os compromissos assumidos, isso já fazia parte de seu ser moral.

O preceptor sugere viajar. Para que? Para que com seus dezoito anos conheça a história e a política. Por que viajar? Simples, a educação livresca não é capaz de educá-lo por completo e as experiências domésticas são insuficientes. O melhor livro continua sendo o “livro do mundo”, aquele em que não se lê, mas se vê com os próprios olhos. Quando lemos, “vemos com os olhos dos outros” e não raro perceberemos que cada um

¹² Personagem da mitologia grega. Filho de Penélope e do herói Odisseu.

enxerga o mundo a sua maneira. Outra resposta, também simples de se admitir é que quem conhece apenas um povo, não pode dizer que conhece a humanidade. Como são diferentes os povos do sul e do norte! Isso não significa também que deva ser necessário conhecer e estudar todos, até porque muitos povos são bastante parecidos uns com os outros. Mas ao viajar, deve-se ser bastante atento e saber observar para não correr o risco de nada aprender. Para aquele que viajante distraído, talvez fosse melhor uma boa leitura, pois, ao menos seria conduzido pela razão do autor, já que não é capaz de seguir a sua. As viagens não são úteis a todos, logo não convém a todos, mas a poucos. Convém àqueles que são seguros de si, que conseguirão ouvir as lições tendenciosas e ignorá-las, pois, quem viaja inclina-se, dependerá de sua educação e sua virtude se se inclinará ao bem ou ao mal. Para filosofar, os homens devem começar por observar em suas viagens, os seus semelhantes, coisa que era amplamente feita na antiguidade; devem ter o desejo de se instruir e retornar melhores e mais sábios do que quando partiram. Assim deseja Emilio, retornar melhor e mais digno de Sofia. No primeiro momento da viagem, procurará estabelecer relações físicas e morais com os semelhantes, passado esse período, estabelecerá relações civis com seus concidadãos.

Quando seu preceptor lhe pergunta, antes da viagem se ele sabe o que é cidadão e pátria, ele não sabe responder. Pois bem, o aprenderá agora. Estudará a natureza do governo em geral para saber um pouco de seu país e discernir se lhe convém continuar a morar nele, pois, esse direito lhe é legítimo. O preceptor o leva a compreender que dentro em breve será um homem completo, deverá manter-se e também a sua família, por isso a necessidade de saber empregar sua fortuna, seja no comércio, na área pública ou em outra instância. Por falar em família, ela é um dos tesouros essenciais ao homem e que o Emilio já conquistara, restava-lhe agora, a terra, para a total felicidade do homem sábio. Essa sabedoria deve ser empregada para se instalar em lugares seguros para sua família e manutenção de sua propriedade. Para isso, Emilio deverá se atentar aos impostos exigidos pelo governo e aos infortúnios causados por seus semelhantes, mas ainda não sabe o que é o governo, mas precisará encontrar o melhor para ele e família.

Ele já tem um projeto honesto e precisa executá-lo, mas como tem apenas dois anos para isso, precisará do auxílio de seu experiente preceptor, que vê no projeto algumas dificuldades. Dentre elas citamos duas: como julgar de modo sadio os governantes e como são e como tratar as matérias do governo, pois, geralmente não são tratadas equitativamente. Começa a ter noções de vida coletiva, de povo, de sociedade

civil e contrato social. Reconhece a existência de um corpo moral e coletivo formado por vozes de várias pessoas. Aprende o que é pessoa pública, corpo político, Estado, soberano, súdito, povo, magistrado, governante e poder. Ele se vê envolvido duplamente nessa associação: possui muitos direitos, mas também deveres a serem cumpridos e toma conhecimento do que é a *vontade geral* e passa a compreender que obedecendo este princípio, só obedece a si mesmo e é mais livre no pacto social do que no estado de natureza. Isso ocorre porque além de súdito, o povo é, ao mesmo tempo, soberano e sua soberania é intransferível, pois, a essência da soberania consiste na vontade geral e não em interesses particulares. Este último tende a privilegiar, enquanto que o primeiro tende a igualar. Certamente o jovem descobrirá que os atos do soberano devem coincidir com os atos de acordo com a vontade geral, ou seja, o uso das leis. Além disso, conhecerá outras formas de governo: a democracia, a aristocracia e a monarquia ou governo real. Acompanhará grandes discussões acerca de saber qual é a melhor forma de governo e aprenderá que cada uma delas é a melhor em certos casos e pior em outros, dependerá do tamanho do Estado: nos menores, o mais adequado é a democracia; nos médios, a aristocracia e a monarquia é o mais aconselhável para os maiores. Por meio dessas formas de governo, aprenderá o que é cidadão e o que é pátria.

Rousseau, ao fazer menção ao *Telêmaco*, recorda novamente da importância de se saber viajar: preocupar mais com a instrução do que com a diversão e coisas sem importância; se a utilidade é abandonada e o conhecimento deixa de ocorrer. Destaca que nas províncias afastadas, adquirem-se mais conhecimentos do que nas grandes capitais. Longe desses grandes e corruptos centros, sem misturas, consegue-se verificar com mais exatidão, os efeitos do governo, sejam eles bons ou não.

Emílio deverá conhecer também as leis e a melhor obra, certamente estaria em *O espírito das leis*. Para aqueles que não conhecem a obra, o autor nos apresenta duas dicas para reconhecermos um bom governo. A primeira é verificar se o Estado é bem povoado: se ele for despovoado é sinal que seus habitantes não aprovam o governo. A segunda característica é verificar se os habitantes estão bem distribuídos pelo território do país e se o mesmo não tem grandes cidades, pois, nelas, as riquezas são aparentes e ilusórias. Emílio não buscará as aparências, mas a realidade.

A viagem foi-lhe proveitosa: não perdeu o amor do coração; seu espírito ficou mais esclarecido; conheceu o que são governos viciosos e povos virtuosos; relacionou-se com pessoas de costumes diferentes dos seus; aprendeu algumas das principais línguas estrangeiras da Europa; aprendeu história natural, artes, matérias relacionadas ao

governo. Já se julgava digno de Sofia. Seu preceptor também. Mas não poderia ir retornar sem obter resultados daquela inesquecível e valiosa experiência. Decidira ser conduzido, além da natureza, agora também pelas leis, decidira ser livre. Ele já seria capaz de conservar ao mesmo tempo sua riqueza e sua liberdade, afrouxaria cada vez mais os laços da dependência financeira, o principal, deduz, é ser livre e sua fortuna não lhe tiraria jamais a liberdade. Liberdade essa que teria independentemente do lugar em que se encontrasse, considerando que onde houvesse homens, estaria em casa. O preceptor entendera que seu discípulo virara um homem, pois, além de tantos ensinamentos, aprendera que as leis dos homens geralmente são empregadas em benefício próprio e desse erro ele deveria se afastar e aproximar-se da sábia lei da natureza, “escritas no fundo do seu coração pela consciência e pela razão”. No entanto, as leis humanas não eram completamente ruins ou maléficas, pois, desde que bem seguidas, ensinam a serem os homens justos, mesmo entre seus semelhantes maus. Aprendera que a liberdade não está nesta ou naquela forma de governo, mas no coração do homem livre. Ele se tornara um ser moral livre e virtuoso. Aprendera também que se tornara um cidadão.

Quando lhe é perguntado onde morar, não hesitou em responder que em qualquer lugar, pois, poderia também ser livre neste ou naquele país, não importaria a localidade em que se encontrara. Após essas palavras é repreendido por seu preceptor que considerava aquele pensamento um grande equívoco, pois, todos os cidadãos possuem uma dívida para com sua pátria.

É importante para ti que estejas onde possas cumprir todos os teus deveres, e um desses deveres é o apego pelo lugar em que nasceste. Teus compatriotas protegeram-te quando criança, deves amá-lo sendo adulto. Deves viver no meio deles, ou pelo menos num lugar onde lhes possas ser útil tanto quanto possível e onde eles saibam onde te encontrar caso venham a precisar de ti (...) tu, meu bom Emilio, (...) vai viver no meio deles (ROUSSEAU, 2004, p. 701).

“É hora de terminar”. Passado os dois anos estipulados pelo preceptor, cheio de aprendizados, feito homem e, principalmente cidadão e digno de Sofia, Emilio retorna. Não para utilizar os ensinamentos que aprendeu nas grandes cidades, pois, lá os homens de bem não satisfaz bem as suas tendências, mas para viver tranquilamente no campo, de modo patriarcal, seguindo as orientações da natureza; esse seria o local ideal para quem não tem o coração corrompido. Emilio compreenderá que uma vida doce não lhe isenta de seguir os deveres penosos de cidadão dos quais, definitivamente, não estará livre. Ao reencontrar Sofia, ela perceberá nele, virtudes morais que, além de úteis, não

se acabarão juntamente com a beleza ou juventude, mas perdurarão para sempre. Eles se casam, pois, o amor não teria acabado, ao contrário, fortalecido. O seu experiente e sábio preceptor os alerta que o amor quando está no ápice, só poderá diminuir, uma vez que já está no seu limite máximo e que o casamento não é garantia eterna da manutenção do amor. Para que isso não surpreenda o jovem casal, mesmo depois de casados, devem ser eternos namorados. Emilio e Sofia se consideram livres de tais surpresas desagradáveis da vida, novo equívoco. Nenhum casal, por mais habilidoso nas virtudes morais que seja, está livre dos devires da vida. Nos primeiros dias de casados, nas primeiras contrariedades do casal, o preceptor ainda pôde orientar Sofia: será amante, mulher, amiga, mãe dos filhos de Emilio, deverá ser equilibrada e fazer reinar a felicidade no seu novo lar assim como contribuiu para que a felicidade reinasse na casa de seus pais. Sofia faz jus ao significado de seu nome e, sábia, aceita os ensinamentos. Ajustam-se e provavelmente serão muito felizes. Valiosos ensinamentos tanto para ela e principalmente para ele, mas provavelmente os últimos nessa tão importante e digna missão de preceptor porque Rousseau considera que seu discípulo já é capaz de assumir o lugar do mestre, sendo o preceptor de sua família.

3.4 Amor à pátria

No verbete *Economia (moral e política)* vemos a ideia de que o amor pátrio é o principal objeto para o qual os governantes devem dirigir o coração dos súditos. Concordamos com Almeida Júnior (2013) que para que amor de si não se transforme em amor próprio é preciso dar-lhe outro objetivo, este seria o amor pátrio. Segundo o autor, para formar cidadãos é preciso que eles amem a pátria, mas este amor não é fruto de discursos vazios e sim da realidade concreta: a pátria deve ser de fato protetora de seus “filhos” e eles devem se sentir parte dela. Esse amor à pátria também se evidencia nas *Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada*.

É chegado, pois, o último tópico do terceiro capítulo deste texto. Optamos por percorrer um pouco mais sobre este importante tema tratado por Rousseau, principalmente em suas obras políticas. Referimo-nos ao amor à pátria. Gostaríamos de introduzir este conceito, trazendo à luz, outros dois personagens da antiguidade, que, pelo resumo de suas vidas, nos auxiliará no entendimento do que é um cidadão que ama a sua pátria. Estes são Sócrates e Catão. Façamos uma breve comparação entre eles.

Sócrates foi mais filósofo; tinha como pátria o mundo inteiro; sua virtude é a do mais sábio dos homens; instruiu alguns particulares, combateu os sofistas e morreu pela verdade; um digno discípulo seu, seria o mais virtuoso de seus contemporâneos; sua virtude bastaria para sua felicidade. Ele poderia nos instruir a todos; contudo, nunca se fez um mundo apenas de sábios. Já Catão foi mais cidadão; “trazia sua pátria no coração, só vivia por ela e não pôde sobreviver a ela”; sua virtude se reconhecia na pátria; defendeu o Estado, a liberdade, as leis contra os conquistadores do mundo e quando não viu mais nenhuma pátria para servir, não viu, de igual modo, sentido em viver; um digno discípulo seu, seria o maior; sua virtude se encontra da felicidade de todos. Ele poderia nos conduzir, pois, não é impossível tornar um povo feliz.

Neste breve resumo da trajetória desses dois personagens, certamente conseguiríamos diferir qual deles foi mais filósofo e qual foi mais cidadão: aquele que passou pelo processo de desnaturação, ou seja, que conseguiu renunciar a seus interesses particulares em prol dos interesses comuns a toda a sociedade. Em uma breve reflexão, poderíamos nos perguntar: o que leva um indivíduo “comum” a ser um cidadão autêntico, a amar de tal modo a sua pátria a ponto de sufocar as outras paixões? O que desencadeia esse amor? Como explicar as atitudes do lacedemônio que foi recusado no conselho dos trezentos e ainda ficou feliz por ter em sua pátria tantos cidadãos melhores que ele ou ainda, da mulher espartana, que cedera os cinco filhos para a guerra e ficara mais feliz ao saber da vitória de sua pátria do que triste ao receber a notícia da morte de todos eles? Podemos sugerir que foi puramente pelo amor que sente por sua pátria, um amor que está no todo, nunca nele mesmo, que não é egoísta, assim como podemos perceber pelas atitudes de Catão. Mas para os cidadãos atingirem a grandeza de Catão e serem verdadeiramente virtuosos, é necessário fazer amá-los desde a mais tenra idade a sua pátria. Como fazer isso? Uma dessas maneiras é fazer com que o amor de si não se transforme em amor-próprio, mas em amor à pátria. A outra é permitir que a pátria proporcionasse condições para que seus cidadãos a amem com um amor puro e incomparável.

É certo que os maiores prodígios da virtude foram produzidos pelo amor à pátria: este sentimento doce e vivo, que une a força do amor próprio a toda a beleza da virtude, lhe dá uma energia que, sem desfigurá-la, faz dela a mais heroica de todas as paixões. É ele que produz tantas ações imortais cujo brilho ofusca nossos fracos olhos, e tantos grandes homens cujas virtudes antigas são consideradas fábulas desde que o amor pela pátria tornou-se objeto de escárnio... e o amor pela pátria, cem vezes mais vivo e mais delicioso do que o de uma amante, só pode ser concebido se o

experimentarmos... cuja virtude mais pura não brilha quando dele é separada (ROUSSEAU, 2006, p. 99).

Podemos perceber que Catão, o velho, é um adequado modelo daquilo que nos referimos de autêntico cidadão, amante de sua pátria. Vimos no tópico acima que, Emilio concluiu sua educação e torna-se também cidadão. As *Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada* é uma das principais obras de Rousseau que tratará do tema da cidadania e amor à pátria. Percebemos aqui uma grande diferença entre Emilio e os poloneses. Como vimos nas *Considerações*, os poloneses se tornam cidadãos desde seu nascimento. Como já citamos neste trabalho, ao nascer, a primeira coisa que enxergam é a pátria; sugam o sentimento pátrio, assim como sugam o leite do seio de suas mães. Enquanto crianças já conhecem seu país e seus costumes; aprende a ler lendo as coisas da Polônia; ainda crianças devem conhecer as produções e as províncias, as cidades, a história e as leis de seu país. São educados por cidadãos poloneses, de preferencia aqueles casados, praticantes de bons costumes e que gozam do prestígio público, logo, não admitem professores estrangeiros.

Diferentemente dos outros povos, tais como os alemães, franceses, ingleses, já não são mais que apenas europeus, pois, de tal maneira se equiparam nos costumes, que já perderam sua identidade nacional, fato que não ocorreu com os poloneses. Todos os indivíduos nascidos na Polônia devem ser obrigatoriamente, autênticos poloneses, jamais outra coisa. Já o Emilio não. É educado no campo, conforme a orientação da natureza; passou pela educação negativa, que o conservou longe dos vícios sociais transmitidos pelos pais, pelos colégios e por toda a sociedade. Mas não fora educado para viver isolado, mas no seio da sociedade, contudo, sendo assim educado, poderia facilmente recusar tudo aquilo que não considerava virtuoso. Recebeu educação moral, religiosa; aprendeu com a experiência, não com os livros, só tardiamente entrou em contato com os livros úteis e necessários para a sua vida para que sua imaginação não o traísse. Soube receber as orientações, ora da razão, ora de sua consciência; conheceu o amor e pode concluir sua formação por meio de uma viagem cheia de aprendizados políticos. Libertou-se das amarras da ignorância. E apenas após tudo isso, tornou-se um cidadão do mundo, assim como Sócrates. Isso só ocorre com a maior idade, às vésperas de seu casamento e ainda não tinha a certeza de onde iria morar; dúvida essa que jamais acometeria um polonês, pois, desde criança já “comprara” a ideia de servir sempre a pátria e independente de qualquer coisa, pois, reconhecia sua dívida para com ela, já

tinha em mente que todo homem na Polônia não deve ter outro estado permanente além do de cidadão.

Uma pergunta poderia ser feita: como é possível amar alguém ou algo que não o ama e nem ao menos lhe quer bem? Certamente ninguém nasce cidadão, “é a educação quem deve dar às almas a forma nacional” e para se formar um autêntico cidadão, deve-se, ao menos, satisfazê-los em suas necessidades básicas e demonstrar-lhe respeito e consideração para que possam reconhecer a necessidade de amar e servir a pátria desde o momento de seu nascimento até sua morte.

Compactuamos com os pensamentos de Becker (2009) e Almeida Júnior (2009) que tais preceitos, que vinculam a própria legitimidade de um governo que se diz republicano ao cuidado e ao respeito demonstrado por este às questões relativas à educação pública, evidenciam a preocupação do cidadão de Genebra com a formação de cidadãos autênticos, que tendo sido cuidados e protegidos pela República quando pequenos, possam retribuir quando chegada a hora com ações benéficas para o conjunto da mesma. O que não se pode esperar é que sejam formados cidadãos virtuosos a despeito do cuidado que se teve com eles. Ou seja, não se nasce virtuoso nem tampouco se pode dar à luz cidadãos prontos e cumpridores da lei sem que se tenha trabalhado para isso.

Logo, a seriedade e a dignidade de um governo podem ser medidas, nesse sentido, pelo empenho que este demonstra em formar seus cidadãos. Para que estes possam amar e respeitar as leis, é preciso que entendam o porquê das mesmas. Tal situação só se torna possível se as leis estabelecidas pela República estiverem de acordo com as máximas da vontade geral, e que sejam estabelecidas ou ao menos ratificadas pelo conjunto de sua população.

Esse amor pela pátria se faz necessário ser um amor verdadeiro, vivido em seu mais alto grau de autenticidade, transmitido não de forma banal ou displicente aos concidadãos, mas com todas as forças e convicções do coração. A pátria tem que dar condições aos cidadãos para que esse amor se demonstre, respeitando-os. Esse respeito se materializaria por várias maneiras e uma das principais é quando o cidadão é reconhecido pela pátria. Vejamos algumas situações.

Retomamos aqui a questão da desigualdade social entre os cidadãos que havíamos citado no início deste capítulo quando tratávamos sobre o *Verbete*. Rousseau é contra a nobreza ser educada separadamente: os pobres dos ricos, ao contrário, defende uma educação coletiva e pública. Se for o caso de serem pagas, que todos possam ter condições de pagá-la. Para isso, sugere que a pátria disponibilize “bolsas de estudo” – utilizadas até nos dias de hoje em nossa sociedade – que já eram utilizadas na França. Certamente, a exclusão se constitui uma grande barreira para o cidadão amar a sua pátria. Tais bolsas não deveriam ser entregues sem critério algum, mas deveriam ser concedidas aos filhos dos honrados fidalgos pobres, que fizeram por merecer isso da pátria, logo não seria esmola, mas uma retribuição pelos bons serviços prestados à pátria.

Outra situação que merece análise é a questão das homenagens. Estas eram oferecidas e distribuídas pelo rei, a seu critério. Isso não poderia ocorrer, pois, para uma pátria justa, o critério deveria ser o da meritocracia, dessa forma, as homenagens que os cidadãos viessem a receber e os cargos que viessem a ocupar, o critério deve ser o do merecimento. A pátria é “mãe” e deve tratar todos os seus filhos de forma equânime.

Outra questão se refere à segurança e a liberdade do cidadão. Este deve reconhecer a segurança de sua vida e seus bens, verificar que possui a liberdade de participar e reclamar das leis, para que estas se tornem garantias de liberdade comum; que o governo lhes deixe parte suficiente na administração pública e que previna das extremas desigualdades entre as fortunas. Assim, de tão acolhidos, os cidadãos se sentiriam como se estivessem em casa, acolhidos pela pátria, como que amados e protegidos pela própria mãe. Caso contrário, como por exemplo, a lei se voltar como arma ofensiva para o cidadão, o nome pátria só lhes traria sentimentos odiosos e ruins. Se a pátria não contribuir na formação de indivíduos livres e virtuosos, contribuirá, ao contrário, na formação de escravos cruéis, desde os maiores até os menores. Formar escravos cruéis não é tarefa muito difícil, difícil mesmo é educar os indivíduos para que se transformem em cidadãos autênticos. Só orientar os cidadãos por vãos discursos para que sejam bons é infrutífero; antes é preciso ensiná-los a ser por meio da educação.

“Assim, a palavra *educação* tinha entre os antigos um sentido diferente, que já não lhe damos: significava alimentação” (ROUSSEAU, 2004, p. 15), talvez seja por isso, que Rousseau nas *Considerações* e no *Discurso sobre a Economia Política*,

defende que o amor à pátria é "sugado com o leite da mãe", logo, desde a mais tenra infância. A educação tem por objetivo estimular o sentimento pátrio entre os indivíduos por meio de jogos, vida comunitária e festas públicas, pois, para Rousseau, povo não é apenas uma multidão, mas o conjunto de homens reunidos por laços afetivos e costumes. Se as crianças fossem educadas no seio da igualdade, seguindo as leis do estado obedecendo-as acima de tudo e as orientações da vontade geral, aprendessem a fazer o correto por meio de bons exemplos que lhes mostrassem que a pátria é uma "mãe" terna e amorosa e que só lhe quer o bem, certamente aprenderiam amar uns aos outros como irmãos e a só desejarem aquilo que é o bem para todos.

Rousseau utiliza a figura do corpo humano para comparar com a pátria. O corpo humano é um só, apesar de apresentar vários membros. Assim, se um braço que seja, for cortado, não só o braço será prejudicado, mas todo o corpo. Do mesmo modo ocorre com os cidadãos, se eles ferirem-se uns aos outros, afetará a vontade geral, fazendo com que o todo o Estado sofra as dores. Dessa maneira, o compromisso do corpo da nação é prover com toda a eficácia a conservação de um de seus membros como se cuidasse da conservação de todos os demais, logo, cada membro deve comprometer seus bens e sua vida na defesa uns dos outros. Assim, a fraqueza particular sempre será protegida pela força pública, e cada membro por todo o Estado. Essa era a realidade vivenciada pelos espartanos, macedônios e romanos. Eles tinham a compreensão do respeito que o governo teria que ter pelos direitos de seu povo. Para que possamos compreender um pouco de sua cidadania, quando um indivíduo cometia um crime, era preciso reunir toda a assembleia para condená-lo. O crime e a pena de um cidadão era uma desolação pública tão grande, e que era tão duro ver sangue de cidadãos "correr", que a pena de morte foi substituída pelo exílio. Para Catão, certamente, uma pena mais dura que a própria morte. Poderíamos lembrar aqui, que o que ocorreu quando da condenação de Jesus Cristo foi exatamente o contrário dessa realidade e os relatos bíblicos apresentam a condenação de um homem justo por um pequeno grupo de pessoas que não souberam acolher seu concidadão.

Os romanos tinham essa consciência cívica e respeitavam-se mutuamente, por isso, podemos compreender como permaneceram tanto tempo no poder e essa é uma das características que fez de Roma uma cidade virtuosa e que se tornara "a senhora do mundo". O desejo de Rousseau é que a pátria se torne a "mãe comum dos cidadãos"; que os benefícios dos quais ele usufruem no país o torne mais caro a eles. E necessário é

lembrar aquilo que já falamos anteriormente, que Roma não adotou a educação pública, pois, suas próprias casas, sob autoridade dos pais, foram as melhores escolas formadoras de cidadãos. No entanto, essa realidade cívica romana não perdurou eternamente. Ao final da República, quando os romanos perderam a felicidade e se desinteressaram da causa comum, deixaram de ser defensores da pátria, e os magistrados puderam contar apenas com os mercenários. Os bravos cidadãos que dariam se fosse preciso, seu sangue pela pátria, foram substituídos por mercenários que só atuam mediante pagamento, desprezavam as leis que os protegia e subjugavam o povo. Sabendo dessa realidade, não é difícil entender os motivos pelo declínio deste império. Com isso, poderíamos concluir que o povo que ama seu país e vive na simplicidade é um povo mais sábio e feliz.

Considerações finais

Diante da pesquisa apresentada neste trabalho, tivemos a oportunidade de analisar, sob muitos aspectos, as concepções de educação em Jean-Jacques Rousseau: as suas principais obras que se relacionam com o tema, seus contextos, suas temáticas e suas tipologias. Dentre as obras estão, cronologicamente, o verbete *Economia (moral e política)*, *Júlia ou a Nova Heloísa*, *Emílio ou da Educação* e as *Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada*. Em relação às tipologias destacamos os três mestres enunciados pelo genebrino: a educação da natureza, a educação das coisas e a educação dos homens, e outras cinco formas de educação: a intelectual, a moral, a feminina, a doméstica e a pública. Procuramos demonstrar que, em suas obras sobre educação, o pensador genebrino propõe o conhecimento da natureza humana como orientação para as ações dos homens; o respeito ao desenvolvimento físico e cognitivo das crianças e já no início da pesquisa, comprovamos o que inicialmente imaginávamos: a importância que Rousseau emprega à educação em suas obras.

Procuramos também, demonstrar alguns aspectos pedagógicos ao longo das obras de Rousseau, evidenciados principalmente no *Emílio* e na *Nova Heloísa*, a partir de algumas passagens destas obras, tais como os diálogos com o jardineiro Robert e com o prestidigitador, o modo de ensinar moral para adolescentes, a crítica apresentada à educação livresca e a questão da utilidade das coisas por meio da passagem das aulas de astronomia. Apresentamos as paixões naturais denominadas amor de si e amor próprio, discorremos sobre o importante papel da consciência e também sobre a educação religiosa por meio do tão criticado e comentado intertexto da *Profissão de fé do vigário Saboiano*. Ao término do segundo capítulo, concluímos que estes aspectos pedagógicos estão resumidos em duas palavras: experiência e utilidade.

Enquanto nos dois primeiros capítulos abordamos o papel da educação, no terceiro capítulo, procuramos abordar e discorrer sobre a educação política em Rousseau. Este autor foi reconhecidamente um dos maiores e mais bem conceituados escritores políticos de seu tempo e suas contribuições no campo político permanecem até os dias atuais. Destacamos a educação do indivíduo inicialmente como homem e depois como cidadão – exceto, no caso da educação pública, que, analisada nas obras *Economia (moral e política)* e *Considerações sobre o governo da Polônia e sua*

reforma projetada, o processo é inverso: primeiro forma-se o cidadão e, por consequência, forma-se o homem – tanto no aspecto pedagógico, quanto nos aspectos social e moral, pois, propõe um projeto de um novo homem e uma nova sociedade para que todos sejam felizes.

Para fundamentar nossa análise, utilizamos principalmente o verbete *Economia (moral e política)* e as *Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada*, onde encontramos subsídios para discorrer sobre os conceitos de educação pública e educação doméstica. Além destas obras, utilizamos novamente o *Emílio* para narrar e analisar os aprendizados do jovem discípulo em sua viagem de dois anos longe de Sofia. Foi somente nesta viagem que Emilio aprende os conceitos de cidadão e amor à pátria. Percebemos visivelmente a grande diferença entre ele, que só se torna cidadão depois de adulto, incentivado por seu preceptor, e os poloneses, que ao abrir os olhos não veem outra coisa que não seja a pátria, que sugam o sentimento pátrio como sugam o leite materno e que se tornam homens e cidadãos ao mesmo tempo.

Conseguimos visualizar a completude da obra de Rousseau, que procurou abordar e contribuir com ser humano em suas múltiplas etapas, desde os primeiros choros até o término da vida por entender que a educação se apresentaria como solução de muitas situações conflituosas. No prefácio do *Emílio*, diz que não pretendia escrever grandes quantidades de brochuras para falar o que outros já haviam falado e o que muitos já sabiam, ou seja, que a educação de sua época era má, pois, os sábios prendiam-se ao que aos homens importava saber, desconsiderando o que as crianças estavam em condições de aprender. Rousseau se aplicou em considerar a criança como criança, pois, entendia que isso era a marcha da natureza, ao contrário dos sábios de sua época que procuravam sempre o homem na criança.

Educar, nunca foi e continua não sendo uma tarefa simples, mas ao contrário, exige-se um comprometimento com a instrução humana, desde o nascimento da criança. Por isso, equivocadamente, muitos pretenderam fazer dos escritos de Rousseau, um manual de educação, no entanto, já no prefácio do *Emílio*, ele dizia que ao assumir um tom afirmativo, não era para impô-lo ao leitor, mas porque não tinha dúvidas daquilo que pensava. E mais, segundo ele, em seu projeto, assim como em todos os demais tipos de projetos, haveria de se considerar duas coisas: sua bondade absoluta e a facilidade de sua execução. Em relação ao primeiro ponto, para que fosse praticável, admissível e

absolutamente boa, a educação proposta deveria ser conveniente ao homem em seus vários estágios da vida e bem adaptada ao coração humano. E em relação à aplicação do projeto, Rousseau não quer criar um modelo ideal, pois, considera que a aplicação dos princípios depende das circunstâncias e das relações dadas em certas situações que podem variar ao infinito.

Em nossas pesquisas, concluímos que não apenas a educação, mas também a política pode transformar a vida humana, determinando seu futuro. Concluímos, enfim, que as concepções de educação em Rousseau ainda possuem grande valor para a história da Filosofia, especialmente quando abordam temas como a política e ética. Referimo-nos a faculdade de pedagogia e ao universo escolar. A influência de seus escritos será de grande monta em inúmeros pensadores da educação e criadores de novas pedagogias.

Referências

Obras de Rousseau

ROUSSEAU, J.J. **Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Os devaneios do caminhante solitário**. Tradução: Fulvia M. L. Moretto. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Júlia ou A Nova Heloísa**. Tradução Fulvia M. L. Moretto. Editora da UNICAMP. São Paulo, 1994.

_____. **O contrato social**. Princípios do Direito Político. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. Revisão: Edison Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Emílio ou da Educação**. Tradução: Roberto Leal Ferreira – 3ª ed. – São Paulo: Martins fontes, 2004 – (Paidéia).

_____. **“Carta ao senhor de Franquières”. Carta a Chistophe Beaumont e outros escritos sobre a religião e a moral**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques e outros. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

_____. **Cartas escritas da montanha**. São Paulo: Unesp, 2006.

_____. **Economia (moral e política)**. In: DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. R. **Verbetes políticos da Enciclopédia**. Tradução: Maria das Graças de Souza. São Paulo: Discurso, Unesp, p. 83-127, 2006.

Bibliografia crítica

ALMEIDA JÚNIOR, J. B. **Educação e política em Jean-Jacques Rousseau**. Uberlândia: Edufu, 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, J. B. **Como ler Jean-Jacques Rousseau**. Coleção Como ler Filosofia. São Paulo: Paulus, 2013.

ALMEIDA JÚNIOR, J. B. **A educação pública em Rousseau**. Filosofia e Educação – ISSN 1984-9605 – Volume 4, Número 2 Outubro de 2012 – Março de 2013.

ARMOND, A. C. **A saúde da criança em Rousseau**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

BADINTER, E. Émilie, Émilie. **A ambição feminina no século XVIII**. São Paulo: Discurso Editorial: Duna Dueto: Paz e Terra, 2003.

BECKER, E. **Educação e política: notas sobre a formação do homem e do cidadão em Rousseau**. Contexto & Educação. Editora Unijuí. Ano 24 nº 82 Jul./Dez. p. 35-58, 2009.

BECKER, E. **Política e linguagem em Rousseau**. 2008. 267p. Tese doutoramento – Departamento de Filosofia da USP, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-25092008-165413/>>.

BOTO, C. **Rousseau preceptor: orientações pedagógicas para a instrução de crianças verdadeiras**. Cad. Pesqui. [online], vol.42, n.145, p. 226-247, 2012.

BRITO, T. C. As aventuras de Telêmaco. **Philia&Filia**, Porto Alegre, v. 03, n. 1, jan./jun., 2012.

DALBOSCO, C. A. **Paradoxos da educação natural no Emile de Rousseau: os cuidados do adulto**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 175-193, jan./abr. 2009. Disponível em <http://cedes.preface.com.br>.

DEFOE, D. **Robinson Crusoé**, Editora Virtual Books Online. M&M Editores Ltda.

DIDEROT, D.; ALEMBERT, J. R. **Verbetes políticos da Enciclopédia**. São Paulo: Discurso Editorial; Unesp, 2006.

DOZOL, M. S. **Da figura do mestre**. São Paulo, Eduspe; autores associados, 2003.

FRANCISCO, M. F. S. **Notas acerca da Educação Doméstica e Educação Pública no Emílio de Rousseau**. CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto 2008.

FORTES, L. R. S. **Rousseau, da teoria à prática**. São Paulo: Ática, 1976.

GOUHIER, H. **Les méditations métaphisiques de Jean-Jacques Rousseau**. Paris: J. Vrin, 1984.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. São Paulo: Martin Claret: 2004.

MARTINS, C. A. A. **A pedagogia de Jean-Jacques Rousseau: práxis, teoria e fundamentos**. Monografias de educação. Centro de Investigação em Educação. Universidade do Minho. Braga, 2009.

MARQUES, J. O. A. **Rousseau e os perigos da leitura, ou por que Emílio não deve ler as fábulas**. Revista de literatura. Araraquara (Pós-Graduação em Estudos Literários, FCL-UNESP), n.22, 2004, p. 205-216. ISSN 0103-815x.

MARUYAMA, N. **A contradição entre o homem e o cidadão: consciência e política segundo J.J. Rousseau** – São Paulo: Humanitas, 2001.

MASTER, Roger D. **The Political Philosophy of Rousseau**. Princeton: Princeton University Press, 1968.

SANTOS, S. G. **A pessoa em Jean-Jacques Rousseau**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

SIMPSON, M. **Compreender Rousseau**. Petrópolis: Vozes, 2009.

STAROBINSK, J. **A transparência e o obstáculo**. Seguido de Sete ensaios sobre Rousseau. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Bibliografia geral

A BÍBLIA SAGRADA. Tradução em Português dos originais hebraico e grego feita pelos Monges de Maredsous (Bélgica). Revisada por Frei João Pedreira de Castro. 33^a ed. Editora Ave-Maria.

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 2.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

BUENO, F. S. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Lisa, 1988.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Tradução da Edição Típica Vaticana, edições Loyola, São Paulo, 2000.

VOLTAIRE, **Dicionário Filosófico e outras obras**. Coleção os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1973.